

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS NO BRASIL:
DIFERENÇAS E DIVERGÊNCIAS NO DISCURSO
JORNALÍSTICO *SOBRE***

Carla Letuza Moreira e Silva

Prof^ª. Dr^ª. Solange Mittmann
Orientadora

Porto Alegre

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS NO BRASIL:
DIFERENÇAS E DIVERGÊNCIAS NO DISCURSO
JORNALÍSTICO *SOBRE***

Carla Letuza Moreira e Silva

Prof^ª. Dr^ª. Solange Mittmann

Orientadora

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teorias do Texto e do Discurso.

Porto Alegre

2007

*Toda a nossa ciência,
comparada com a realidade,
é primitiva e infantil – e, no entanto,
é a coisa mais preciosa que temos.*

Albert Einstein (1879 – 1955)

Polifonia

*Eu, constituído de nós.
Ato nós,
Somos eu.
Desato nós,
Sou eu polvilhado em mim.
Somos eu,
Sou nós.*

Manoella Neves, Poema no ônibus, Maceió

*As palavras são armas,
venenos
ou tranqüilizantes.*

G. Klaus, *In* Pêcheux, 1997a, p. 281

AGRADECIMENTOS

- Ao meu esposo Paulo Jacinto, obrigada por sua presença nas horas sempre difíceis, pelas palavras de incentivo, por seu exemplo de perseverança, pela confiança, por seu olhar, por seu ser.
- Aos meus filhos Pedro Henrique e Júlia, obrigada por chegarem na minha vida no momento certo e por completarem a minha existência.
- Aos meus pais Olinda e Antonio Carlos, obrigada pela presença na ausência e pelo infinito apoio.
- À Daniela Botti, minha nova amiga, obrigada por saber ouvir e por estar por perto nos momentos difíceis do processo de escritura desta terceira filha que foi a dissertação.
- À professora Solange Mittmann, orientadora desta dissertação, obrigada pela paciência e por seu olhar atento.
- À professora Maria Virgínia Borges do Amaral, da UFAL, obrigada pelo incentivo nas horas incertas.
- A todos os colegas das disciplinas comuns, em especial a Lia Cremonese, Antonio Carlos Cardoso Alves, Priscilla Simões e Fabiano Didio, obrigada pelas confidências, debates e consolos.
- Aos professores do curso de Pós-Graduação e Letras da UFRGS, obrigada por se fazerem inesquecíveis.
- Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em Letras, obrigada pela atenção.
- Ao CNPq, obrigada pelo incentivo financeiro.
- Ao mar de Maceió, obrigada pelo silêncio necessário que fala e cala.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é realizar uma abordagem discursiva da questão da polêmica no discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas realizado em 23 de outubro de 2005, no Brasil. A partir do quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, procuro refletir sobre a produção dos sentidos no discurso jornalístico enquanto prática social e ideológica, tendo em vista o efeito de verdade que sustenta e é sustentado pelo movimento dos sentidos nesse discurso. Assim sendo, na primeira parte, intitulada “O discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas na perspectiva da análise do discurso francesa”, busco relacionar as noções teórico-metodológicas mobilizadas nas análises ao quadro epistemológico da disciplina que relaciona a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise, através da historicidade em que são articulados língua, história e inconsciente. Nessa parte, faço apontamentos sobre a temática abordada e sobre as condições de produção do discurso. Na segunda parte, “Do quadro teórico-metodológico às análises”, apresento a metodologia utilizada nas análises das seqüências discursivas recortadas do discurso de três revistas nacionalmente conhecidas: *Época*, *Veja* e *IstoÉ*. Para tanto, analiso o conector condicional *Se* em uma perspectiva discursiva, por este elemento permitir observar as relações entre a interioridade e a exterioridade na linguagem. Diante da polêmica do discurso jornalístico *sobre* o Referendo, esta marca discursiva remete a um processo de contestação e permite apreender as relações de sentido entre os diferentes modos de dizer das posições-sujeito-jornalísticas (Sim e Não) no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida – FDJDV – na sustentação de determinados efeitos de sentido. O discurso em defesa do Não é aquele que defende o direito à vida através da manutenção do direito de propriedade de arma de fogo; o discurso do Sim é aquele que defende o direito à vida na proibição do porte/uso/comércio de armas de fogo. Esses discursos emergem ante o cenário social marcado pela violência urbana e pelos discursos sobre essa violência, construindo um imaginário discursivo em determinadas condições de produção. Desta forma, fica atestada a constituição contraditória e heterogênea do discurso jornalístico e fica registrado o olhar interpretativo do analista de discurso sobre a temática.

RESUMÉ

Cette dissertation a pour but réaliser une approche discursive de la question de la polémique concernant le discours journalistique sur le Référendum du Commerce d' Armes, réalisé le 23 octobre 2005, au Brésil. À partir du tableau théorique et méthodologique de l' Analyse du Discours de ligne française, j' essaye de réfléchir sur la production des sens dans le discours journalistique en tant que pratique sociale et idéologique, étant donné l' effet de vérité qui soutient et est soutenu par le mouvement des sens dans ce discours. Ainsi, dans la première partie, intitulée "Le discours journalistique sur le Référendum du Commerce d' Armes selon la perspective de l' analyse française du discours ", je cherche de mettre en rapport les notions théoriques et méthodologiques mobilisées dans les analyses concernant le tableau épistémologique de la discipline qui rapporte la Linguistique, le Matérialisme Historique et la Psychanalyse , par le moyen de l' historicité où ce sont articulés la langue, l' histoire et l' inconscient. Dans cette partie, je prends des notes sur la thématique considérée et sur les conditions de production du discours. Dans la deuxième partie, "Du tableau théorique et méthodologique aux analyses", je présente la méthodologie utilisée dans les analyses des séquences discursives, découpées du discours de trois magazines nationalement connus: "Época", "Veja" et "Isto É". Pour autant, j' analyse l' élément conditionnel SE sous une perspective discursive, car cet élément permet d' observer les rapports entre l' intériorité et l' extériorité dans le langage. Devant la plémique du discours journalistique sur le Référendum, cette marque discursive remet à un processus de contestation et permet d' appréhender les rapports de sens entre les différentes façons de dire des positions-sujet-journalistiques (Oui et Non) au sein de la Formation Discursive Journalistique du Droit à la Vie – FDJDV – comme soutènement d' effets de sens déterminés. Le discours à faveur du Non est celui qui défend le droit à la vie à travers le maintien du droit de propriété d' arme à feu, le discours pour le Oui est celui qui défend le droit à la vie par l' interdiction du port/usage/commerce d' armes à feu. Ces discours émergent devant la scène sociale signalée par la violence urbaine et par les discours sur cette violence, en construisant un imaginaire discursif dans des conditions déterminées de production. De cette façon, c' est attestée la constitution contradictoire et hétérogène du discours journalistique et c' est enregistré le regard explicatif de l' analyste de discours sur la thématique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
PRIMEIRA PARTE	
O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA	12
Considerações iniciais sobre os capítulos	13
1 DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: QUADRO EPISTEMOLÓGICO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
1.1 A LINGÜÍSTICA E A AD: RUPTURAS E DESLOCAMENTOS	17
1.1.1 Da língua ao discurso	18
1.2 O MATERIALISMO HISTÓRICO	24
1.2.1 Das condições de produção	25
1.2.2 Ideologia, sujeito e sentidos	28
1.3 A TEORIA DO PROCESSO DISCURSIVO DA AD	33
1.3.1 Formação discursiva: relações e representações	34
1.3.2 Memória discursiva e repetição	45
1.3.3 A paráfrase discursiva e o enunciado dividido	52
1.4 O SUJEITO DE NATUREZA PSICANALÍTICA DA AD	56
1.4.1 Língua, inconsciente e ideologia	57
2 O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS E AS PARÁFRASES DO DISCURSO JORNALÍSTICO <i>SOBRE</i>	61
2.1 OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR	61
2.1.1 O referendo	63
2.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO	66
2.2.1 O discurso jornalístico e a violência urbana	67
2.2.2 A pergunta do Referendo do Comércio de Armas e as relações parafrásticas	68
2.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL	80
2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA PARTE	82

SEGUNDA PARTE	
DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO ÀS ANÁLISES	83
Considerações iniciais sobre os capítulos	84
1 DAS ANÁLISES À CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO	84
1.1 O <i>CORPUS</i> EMPÍRICO	85
1.2 SEQÜÊNCIAS DISCURSIVA E SEQÜÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA	88
1.3 O TRABALHO SOBRE AS SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS.....	89
1.4 A ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES DISCURSIVOS	90
1.5 A CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DISCURSIVO	91
2 LEITURA, DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS DO CONECTOR <i>SE</i>	92
2.1 O ESTUDO DO CONECTOR CONDICIONAL <i>SE</i> : DA SINTAXE AO DISCURSO.....	93
3 O FUNCIONAMENTO DO CONECTOR <i>SE</i> NAS REVISTAS ÉPOCA, VEJA E ISTOÉ	99
3.1 PRIMEIRO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR <i>SE</i> EM ÉPOCA	100
3.1.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Sim	100
3.1.1.1 A arma de fogo representa risco de morte à família.....	100
3.1.1.2 Os homicidas matam mais com armas de fogo do que com armas brancas	102
3.1.1.3 Sem arma, sem morte	103
3.1.1.4 O cidadão comum não deve portar arma de fogo	105
3.1.1.5 O cidadão comum deve ter menos armas de fogo	107
3.1.2 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não	108
3.1.2.1 Sem munição, sem proteção	108
3.1.3 Algumas considerações sobre o Primeiro Recorte	110
3.2 SEGUNDO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR <i>SE</i> EM VEJA	112
3.2.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não	112
3.2.1.1 A proibição da venda de armas não é solução para crimes	112
3.2.1.2 O comércio legal de armas de fogo se tornará ilegal	114
3.2.1.3 A proibição do comércio de armas de fogo aumenta a insegurança	115
3.2.1.4 Somente as armas mal utilizadas são nocivas	116
3.2.2 Algumas considerações sobre o Segundo Recorte	118

3.3 TERCEIRO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR <i>SE</i> EM ISTOÉ	120
3.3.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Sim	120
3.3.1.1 Sem arma, sem morte	120
3.3.1.2 Os cidadãos estão despreparados e não sabem usar armas de fogo	122
3.3.2 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não	123
3.3.2.1 O Estado deve garantir a segurança pública	123
3.3.2.2 O desarmamento aumentará a ilegalidade	124
3.3.2.3 A arma de fogo serve à defesa pessoal	126
3.3.2.4 A proibição do comércio de armas de fogo suprime o direito de defesa	127
3.3.3 Algumas considerações sobre o Terceiro Recorte	129
3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RECORTES	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS I	139
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS II – Referência e textos utilizados nas análises	144

INTRODUÇÃO

Por acreditar que é por meio da linguagem que se dá sentido(s) ao mundo é que esta dissertação se propõe a analisar o discurso jornalístico. Para compreender como esse discurso faz para sustentar determinados efeitos de sentido é que surgiu o desejo de analisar os diferentes modos de dizer no discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas, mais conhecido como o Referendo das Armas no Brasil.

Com base em reportagens de três revistas nacionalmente conhecidas – *Época*, *Veja* e *IstoÉ* –, foram selecionados os textos que antecedem a data do Referendo, em 23 de outubro de 2005. A partir da exaltação e da euforia popular que antecedem um processo de votação, surge a necessidade de entender como se gerou a polêmica discursiva. Serão considerados, então, elementos discursivos para compreender o fazer jornalístico no Brasil e como ele trabalha em processo de significação.

Nesse processo de institucionalização de sentidos e ao mesmo tempo de buscas em desambigüizar o mundo (Mariani, 1998a) é que o discurso jornalístico tem seu lugar de destaque no cenário nacional. Por ocupar este espaço determinante de (trans)formação social e histórica é que se estabelecem sua força e seu poder.

O discurso jornalístico vai além do informar, pois é capaz de promover determinadas (re)leituras, determinar posições e colocar-se de forma extremamente opinativa, diferentemente dos tempos em que à imprensa cabia o manter o efeito de imparcialidade. Assim, coloca-se como um discurso interpretativo e por seus procedimentos (re)escreve a história da contemporaneidade, incessantemente. Portanto, ele constrói saberes dominantes e absolutos à semelhança de épocas passadas, quando o discurso religioso reinava absoluto.

Nesse sentido, é que esta dissertação se propõe a analisar o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas, por entender a linguagem enquanto fruto de uma ilusão de neutralidade, pois, ao mesmo tempo, “As palavras são armas, venenos ou tranquilizantes” (G. Klaus, *In* Pêcheux, 1997a, p. 281). O discurso jornalístico enquanto determinante de modos de dizer em sociedade.

O trabalho de pesquisa pretende, a partir da teoria-metodologia da Análise do Discurso francesa – AD daqui em diante –, analisar o funcionamento do conector condicional ou hipotético, assim classificado pelas gramáticas. A partir da observação do funcionamento do conector condicional *Se* adentra-se no nível da constituição, formulação e circulação do discurso, buscando em seu funcionamento os efeitos de sentido que ele constrói. O objetivo com estas análises será o de, a partir dos diferentes modos de dizer, apreender as tomadas-de-posição dos sujeitos no discurso através de relações que se estabelecem no âmbito da formação discursiva, para compreender *como o discurso jornalístico faz para dizer o que diz*. Esta proposta leva em conta o social, que tem a história e a ideologia como constitutivas da linguagem e é uma possibilidade de leitura, entre outras possíveis.

Portanto, a partir do campo epistemológico da AD, a primeira parte da dissertação tratará das questões teórico-metodológicas que são mobilizadas na operacionalização do olhar de analista de discurso. A partir disso, a segunda parte apresentará as análises das seqüências discursivas que compõem o *corpus* e que serviram para a apreensão dos efeitos de sentido do discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas.

PRIMEIRA PARTE

**O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O REFERENDO DO
COMÉRCIO DE ARMAS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE
DO DISCURSO FRANCESA**

Considerações iniciais sobre os capítulos

Para que se possa compreender a Análise do Discurso de linha francesa – AD daqui em diante –, é necessário lançar olhares sobre sua trajetória de legitimação enquanto disciplina autônoma. Nessa trajetória, ela aponta rupturas e deslocamentos em seu campo teórico por trazer para os estudos da linguagem uma outra maneira de observar o trabalho dos sentidos. Portanto, a AD trouxe uma nova perspectiva para os estudos da linguagem a partir daquilo que ela vai considerar como sendo seu objeto de estudos, propondo não o estudo do texto em si, mas do discurso.

Em seu quadro epistemológico, a AD promoveu o entrecruzamento de disciplinas vizinhas, considerando o terreno do político. Torna-se essencial entender a sua proposta teórico-metodológica através dessas diferentes disciplinas que são mobilizadas para compreender o funcionamento da própria AD. Isso significa trabalhar as condições de produção e a constituição dos seus dizeres: “É preciso, portanto, devolver uma memória à AD, na qual o trabalho de Pêcheux retoma seu sentido e lugar” (Courtine, 2005, p. 31). Assim, pergunto: como esta disciplina trabalha suas noções teórico-metodológicas tendo em vista a relação entre diferentes disciplinas em seu quadro epistemológico? E, com base nesse quadro teórico-metodológico, como analisar as leituras possíveis na pergunta do Referendo do Comércio de Armas e as paráfrases desta no discurso jornalístico? Acredito que uma visão geral da teoria e de seus pressupostos teóricos é fundamental para a compreensão de como a AD funciona. A partir disso, as noções de ideologia, história, sujeito e sentido são algumas das noções-chave que sofreram deslocamentos significativos na área, tendo como parâmetro áreas que trabalham com a materialidade lingüística.

1 DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: QUADRO EPISTEMOLÓGICO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A Análise de Discurso francesa, com origens em meados de 1960, preconizada por Michel Pêcheux, que chegou rompendo com modos e “modelos” de trabalhar a linguagem, amplia as perspectivas para um novo campo teórico e metodológico. Desde então, tem se expandido e despertado interesse de muitos estudiosos, apresentando-se como uma disciplina crítica da linguagem. Na virada da década de 70 a AD se concretizou como uma disciplina universitária¹, rompeu limites, criou adeptos e sugeriu novos gestos de interpretação. Para tanto, o seu campo de conhecimento está sempre investindo na (re)investigação de seus pressupostos. As relações sociais e ideológicas, as noções de língua, de sujeito e de história e as relações de sentido no processo de significação da linguagem estão sempre sendo lapidadas por esta disciplina estar situada no entremeio das ciências sociais e humanas. Ao tratar da linguagem e sua constitutiva relação com a exterioridade, e ao refletir questões que se processam principalmente atingindo a constituição dos sentidos na linguagem, a AD mantém-se firme em seu objetivo, que é o de “compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos, na perspectiva de uma semântica de cunho materialista” (Mariani, 1998a, p. 23). A partir disso, traço um panorama de estudos que contemplará a fundação da AD e a identificação desta com os conhecimentos advindos das diferentes regiões do conhecimento científico com as quais se articula.

Nesse quadro, não somente a língua passou a ser vista de modo diferente, mas no que diz respeito ao campo epistemológico, teórico e metodológico, a AD chega para desestabilizar a área. Tendo como objeto o discurso, deixa de considerar apenas o conteúdo para considerar como a linguagem funciona em processo de significação. Deixa de considerar a referencialidade da prática lingüística, para adentrar nas condições de produção daquilo que se diz (se pode dizer) e do que se deixa (não se deixa) de dizer. No entanto, com o passar do tempo, não deixou de se recompor de forma a acompanhar o quadro social da época.

¹ 1969 foi o ano da publicação da revista *Langages*, número 13, organizada por Jean Dubois e do Livro *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, ambos dedicados aos estudos da AD.

Na conjuntura teórico-política em que emerge a AD, Malidier (1994) destaca a presença de duas personalidades que supostamente marcam uma dupla fundação. Com Jean Dubois e Michel Pêcheux tem-se o encontro do lingüista com o filósofo, os quais, mesmo apresentando preocupações distintas, fazem parte de um horizonte comum que se caracteriza pela presença do marxismo e da política. Dubois e Pêcheux posicionavam-se diferentemente ante a “nova disciplina”. O primeiro vê dentro de um *continuum* em que é natural a passagem do estudo da palavra para o enunciado, e o segundo vê a necessidade de uma teoria do discurso (AAD-69) que alie discurso, sujeito e ideologia. Enquanto um oscila entre estruturalismo (imanência) e integracionismo (sujeito e situação), o outro desenvolve um questionamento crítico da lingüística. Mesmo com divergências, surgem pontos em comum: o ato fundador de uma disciplina transversal (constituição de teoria e objeto de estudos) e a constituição de sua metodologia (com o lançamento da revista *Langages*, em março de 1969).

Para tanto, referencio Michel Pêcheux enquanto fundador da AD e não tomo o ato de fundação da disciplina como sendo duplamente marcado pela importância que assumem os estudos deste teórico da AD, que são até hoje retomados e cultivados. Em um curto e produtivo espaço de tempo, Pêcheux constrói sua teoria dando à Semântica seu enfoque histórico e, para que isso fosse possível, articula outros campos teóricos.

Em uma *Tríplice Aliança*², segundo Pêcheux (1997a), a AD aparece como uma disciplina de ruptura que delinea seu quadro epistemológico articulando Lingüística, Teoria do Discurso e Materialismo Histórico, sendo estas atravessadas pela Psicanálise, campo que inclui a subjetividade (sujeito de natureza psicanalítica) na linguagem (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 163). Cada uma dessas regiões do conhecimento traz contribuições específicas para a AD. Para deslocar das ciências sociais seu caráter empirista-cientificista, Pêcheux (1997a, p. 89-90) toma o Materialismo Histórico com bases filosóficas que sustenta a continuidade entre práticas científicas e práticas políticas. Sobre uma base material no interior do Materialismo Histórico, apresenta a AD entre a Lingüística e as ciências das formações sociais. Para romper com a concepção de sujeito mestre de sua morada da Psicologia, toma a concepção de inconsciente introduzida por Freud e revista por Lacan. Tendo em vista a separação entre língua e fala promovida por Saussure, e conseqüentemente o seu deslocamento para determinado campo epistemológico, a Lingüística, então, “é solicitada constantemente para

² Esta é a *Tríplice Aliança* de que nos fala Pêcheux (1997a) em seu texto “*Só há causa daquilo que falha ou inverno político francês: início de uma retificação*”, 1978-79, publicado na edição brasileira de *Semântica e discurso*, associando as figuras de Saussure (Lingüística), Marx (Marxismo) e Freud (Psicanálise) na constituição da AD.

fora de seu domínio” (Pêcheux, 1997a, p. 87) e passa a ter de olhar para a subjetividade da linguagem, inevitavelmente.

Em sua caminhada de produção escrita, o fundador da AD dá a conhecer a Teoria do Discurso. Na AAD-69 (Pêcheux, 1997b), ele propaga o rompimento com as dicotomias que sustentam a base das tendências científicas idealistas ao questionar seus pressupostos. Ao observar as relações (oposição, combinação, subordinação) das formações formalista-logicista, histórica e da lingüística da fala enquanto tendências da Lingüística (1997a, p. 15-84), ele não coloca a AD como uma quarta tendência, mas contribui para pensar as contradições e mostrar o estatuto pré-científico em que considera as ciências sociais quando do estabelecimento de instrumentos e objeto/objetivos de análise. Portanto, desde o início Pêcheux propõe mais que uma nova forma de ler. Ele coloca o discurso em um lugar que não cabe somente à língua ou somente à fala, tal como tratadas por Saussure. Considerando as ciências sociais em um estado pré-científico, conforme Henry (1997, p. 15), ele pretende construir uma teoria do sentido em que a subjetividade seja não-subjetivista (Pêcheux, 1997a, p. 131). Em sua crítica ferrenha às concepções idealistas, Pêcheux afirma que não haverá compreensão das práticas políticas e de produção de conhecimentos, incluindo a pedagógica, caso o sujeito ideológico seja tratado como sempre já-dado e não como um efeito ideológico sujeito (Pêcheux, 1997a, p. 131).

No entremeio de campos de saber, considero o movimento entre leitura, descrição e interpretação constantemente. Nesse sentido, abro caminho com as noções teórico-metodológicas tal como (re)significadas pela AD. Estas noções não existem de forma isolada, mas em uma relação contínua e ininterrupta: elas (co)existem. Esta parte da dissertação, então, quer servir de guia ao leitor em uma viagem de compreensão dos deslocamentos que a AD provocou e ainda provoca para sua legitimação enquanto disciplina autônoma e não totalmente dependente da lingüística. Através da formação do seu quadro epistemológico pretendo evidenciar as noções fundamentais da área que foram mobilizadas na observação do *corpus*. Tendo em vista a história e a atualidade, tenho a pretensão inicial de dar a entender como se constituem os sentidos no discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas na perspectiva da AD.

Portanto, separo apenas metodologicamente este capítulo em quatro seções, de acordo com as disciplinas que fazem parte da *episteme* da AD. À medida que se apresentam as disciplinas, relaciono-as com as noções e como elas são articuladas pela AD em uma rede de significação, não de maneira unívoca ou direta, mas em um diálogo conjunto entre noções.

Isso leva a reconsiderar os equívocos que são causados pela pluralidade de sentidos para um mesmo objeto: o discurso.

Na primeira seção, intitulada *A Lingüística e a AD: rupturas e deslocamentos*, retomo aspectos da Lingüística que são (re)significados pela AD, sendo uma das questões primordiais a (re)significação do modo de olhar para o funcionamento da língua. Na segunda seção, *O Materialismo Histórico*, proponho refletir sobre a ideologia, sobre a história como constitutiva, a qual relaciona sujeito e sentidos ininterruptamente. Na terceira seção, *A teoria do processo discursivo da AD*, relaciono os estudos de Michel Pêcheux na caracterização dessa forma singular de olhar para a língua através do discurso, tendo na questão ideológico-discursiva – na contradição – seu pilar de sustentação. E, para articular as disciplinas do quadro epistemológico da AD, na quarta seção, *A natureza psicanalítica da AD*, abordo questões da relação entre língua, sujeito e inconsciente.

1.1 A LINGÜÍSTICA E A AD: RUPTURAS E DESLOCAMENTOS

A AD nasceu de rupturas em seu campo epistemológico, como já mencionei anteriormente. Dessas rupturas, surgem novos olhares sobre o sentido, abrindo para um novo e renovável objeto de estudos: o discurso (e seus efeitos de sentido). Desde o início, vai deslocando as noções propagadas pelos estudos da linguagem tradicionais e impondo um diferencial em seu modo de trabalhar a língua e outras questões de linguagem. Portanto, teórico-metodologicamente passo pela lingüística e é esta que disponibiliza o material que me servirá para a análise do funcionamento lingüístico-discursivo. Nesse sentido, a materialidade lingüística não é renegada, pelo contrário, ela é necessária, mas sob um outro ponto de vista. Com isso, diferencio o trabalho do analista de discurso do trabalho do lingüista, e é a própria concepção de língua que determina o olhar e o gesto que se mobiliza ante o trabalho da linguagem. De uma concepção língua/sistema (a do estruturalismo³, do gerativismo⁴), língua/pragmática (da enunciação⁵) para língua/discurso, existem diferenças no olhar sobre a língua.

³ Refiro-me ao estudo de Saussure (1974) e de seus seguidores.

⁴ Refiro-me ao estudo de Chomsky (In Lyons, 1970).

⁵ Refiro-me aos estudos de Benveniste (1995) e Ducrot (1987), entre outros.

1.1.1 Da língua ao discurso

Na década de 60, na França, a AD se opõe ao Estruturalismo reinante, que tem como representante o “pai” da Lingüística e, nos Estados Unidos, opõe-se à gramática gerativa transformacional em desenvolvimento, visando à explicação das línguas, já que as outras tendências se propunham a fazer descrição das línguas. Ao mesmo tempo se desenvolviam os trabalhos de Jakobson (como em *Lingüística e comunicação*), Benveniste e Ducrot na teoria da enunciação. Na Europa, o modelo lingüístico estruturalista que buscava ainda as regularidades estruturais nos mecanismos da língua se firma com Bloomfield e Harris (distributivismo) (*In Lyons, 1970*).

Do Estruturalismo, as questões que a AD vai abrir, opondo-se às correntes lingüísticas de postulados filosóficos idealistas, partem dos estudos estruturalistas de Saussure, que, no *Curso de Lingüística Geral*, mostram a dependência do lado social ao individual na linguagem. Ao separar a língua da fala, ele separa o social e essencial do individual e acessório (Saussure, 1974, p. 22). Com esse gesto o autor expõe o lado da imprevisibilidade e do equívoco da língua, se posta em relação com a exterioridade (a fala). Desta forma, Saussure constata que existe uma exterioridade que turva a língua, que a faz deslizar. Então, do estruturalismo, a AD desloca a noção do funcionamento da língua para a o funcionamento discursivo e, desta forma, rompe com modos de trabalhar a materialidade lingüística.

Noam Chomsky formula sua teoria criticando a descrição pura das línguas, como vinha sendo realizada, e faz emergir uma teoria com ênfase sintática, que reduzia o sujeito a uma posição dentro da frase (Lyons, 1970). Como ressalta Orlandi (1986, p. 108), nesta teoria “o que se procura determinar são os processos metodológicos que permitem reduzir e classificar segmentos do texto. Formalizar. Não se procura estabelecer a instituição do sentido do texto mas determinar como são organizados os elementos que o constituem”. Mesmo que tenha considerado como objeto de estudos o texto, o gerativismo se mostra como mera extensão dos procedimentos lingüísticos usuais (Pêcheux, 1997a, p. 61). Sem abandonar a língua sistêmica de Saussure, Chomsky e seus seguidores ainda trabalham a língua como objeto científico desvinculado do social e dos processos de significação, conforme Indursky (2005b). Da gramática gerativa transformacional a AD difere pela forma de abordar a questão

da transformação, para enfocá-la do ponto de vista da ideologia, que reflete sobre as relações de força e as relações de sentido no discurso.

No âmbito da Teoria da Enunciação, em Benveniste (1995), estão colocadas as questões de se tratar da língua em termos de subjetividade. Nesta tendência de estudo, a subjetividade funda-se na relação “eu” e “tu” (marca da pessoa) *versus* “ele”, marca da não-pessoa na linguagem, tida como “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”, isso mostra que a consciência de si é possível em contraste com o outro. A linguagem é, portanto, a possibilidade de subjetividade, e o discurso é que provoca a emergência da subjetividade como “sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo” (*Ibidem*, p. 286). Trata-se de perceber no exercício da língua uma relação intersubjetiva, isto é, a necessidade de se incorporar aos estudos lingüísticos os fatos envolvidos no evento da produção dos enunciados. Ao promover um estudo da natureza dos pronomes e a distinção entre discurso e história, diz que os aspectos discursivos da linguagem (entre interlocutores na e pela linguagem) fazem dela uso referencial. Portanto, na enunciação, o indivíduo apropria-se da linguagem e o funcionamento da língua se dá por um ato individual. Mesmo não se limitando ao sistêmico, e considerando os interlocutores em situação de enunciação, esta linha de estudos vai tratar de elementos lingüístico-pragmáticos, definindo assim outra forma de trabalhar com a linguagem (Indursky, 2005b).

Já a língua trabalhada em processo como na AD remete ao funcionamento da linguagem e aos efeitos de sentido identificados, por exemplo, enquanto diferentes sentidos possíveis de um mesmo enunciado, de acordo com as condições em que é (re)produzido. A partir disso, não se considera a língua enquanto entidade a-histórica. Se a língua produz efeitos de sentido, ela escreve e transforma a história, e o próprio texto se revela ao analista pela sua historicidade, que é o modo como a história se inscreve na linguagem e como se dá o trabalho dos sentidos no texto. Nesse contexto, Pêcheux (1997a, p. 87-94), ao relacionar base lingüística e processo discursivo, trabalha com uma autonomia relativa do sistema lingüístico. Vai mostrar que na medida em que há relação entre a Lingüística e a teoria dos processos ideológicos e históricos, a língua assume sua característica de base comum de processos discursivos diferenciados e que dessa relação advém sua opacidade.

Pêcheux (*Ibidem*, p. 95-103) mostra que os processos discursivos colocam em relação dois domínios de pensamento: o pré-construído⁶, termo sugerido por Paul Henry, o que foi construído antes, em outro lugar independentemente do formulado, e o que está

⁶ Conforme seção 1.3.1 nesta parte da dissertação.

contido na afirmação global da frase. Nessa relação se consideram as discrepâncias, separação ou distância entre “domínios/conteúdos de pensamento” constitutivos da linguagem como um efeito discursivo de “encaixe sintático”.

No nível da formulação da linguagem pode haver o efeito de linearidade e se apagam aparentemente as discrepâncias. Nesse nível da linearização, que diz respeito ao fio do discurso e não ao sentido, é que se percebe a articulação da teoria do discurso com a lingüística. Essa materialidade está em relação com suas condições de produção como material simbólico que contém espessura semântico-histórica e não superfície plana e organizada. Um mesmo tema terá diferentes efeitos de sentidos em diferentes condições de produção⁷. O texto assim considerado constitui um arquivo que não está enquadrado no critério da homogeneidade. Isso revela muito do movimento dos sujeitos/sentidos, do trabalho da ideologia e da interpelação do sujeito. No caso do discurso jornalístico, será esse o caminho percorrido devido ao trabalho significante da linguagem para poder adentrar no processo de significação do discurso.

Segundo Orlandi (2005), o texto não deveria ser tomado apenas enquanto unidade, mas enquanto unidade significativa, como “monumento”, na afirmação de Michel Foucault. Para tanto, ela situa a natureza da exterioridade ao se trabalhar com o discurso, relacionando-o aos sentidos de outros discursos. Então, o texto está sempre aberto a gestos de interpretação: “ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginados), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação) e com o que chamamos exterioridade constitutiva, ou seja, o interdiscurso, a memória do dizer (o que fala antes, em outro lugar, independentemente)” (*Ibidem*, p. 87). Portanto, os textos, em AD, não serão tomados enquanto estruturas fechadas, mas abertos à exterioridade que lhes é constitutiva, e há um deslocamento substancial em se ver o que o texto diz e o como o texto diz, como trabalhado nessa linha de pesquisa.

A relação texto-condições de produção, tal como entendidos em AD, serve de observatório ao analista de discurso por permitir observar o trabalho da história e da memória⁸ nas relações de sentido no discurso. Acredita-se que a língua serve tanto e ao mesmo tempo para comunicar quanto para não-comunicar (Pêcheux, 1997a, p. 26) e, por isso, ao se ocupar com a superfície lingüística ou a sua referencialidade (pragmática, por exemplo)

⁷ Sobre a noção, ver seção 1.2.1 nesta parte da dissertação.

⁸ Sobre a noção, ver seção 1.3.2 nesta parte da dissertação.

essencialmente, corre-se o risco de restringir o trabalho com a linguagem à evidência e à plenitude do sentido.

Nesse trabalho de observação discursiva é que apreendo a contradição em seus efeitos de sentido. O discurso para a AD, noção que será retomarei adiante, é efeito de sentido para os interlocutores, como nas palavras de Pêcheux. É uma das maneiras de perceber a ação da ideologia e sua não-neutralidade. A evidência de se saber exatamente o que um enunciado quer dizer é efeito de evidência necessário à produção e à tomada-de-posição do sujeito no discurso.

O que foi dito até aqui contribui para a uma visão das relações estabelecidas entre a teoria e a metodologia da AD não mais voltadas ao estudo da materialidade lingüística em si, mas de uma materialidade lingüística em relação à exterioridade. O que muda com a AD é o olhar do analista, que vai apreender o gesto de interpretação, o enfoque dado ao material lingüístico e ao seu dispositivo teórico-analítico. Não haverá mais espaço para um sujeito de consciência, separado do social, e para uma língua fechada, convencional, e que contribui para a hierarquia social, pois a ideologia imprime sentidos aos dizeres e pode ser observada nas e pelas práticas sociais. Se há consciência, se há linearização e estabilização de sentidos, será por um efeito necessário. Como diz Orlandi (2004b, p. 105), “A ideologia não é ocultação, ela é produção de evidências”.

Com o quadro abaixo, pretendo promover um olhar sobre as noções mobilizadas pela AD:

Quadro ilustrativo dos deslocamentos promovidos pela AD

	Tendências da Lingüística	Deslocamentos da AD
Texto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Textualidade ▪ Documento, funcionamento lingüístico ▪ <i>O que/para que/ para quem</i> o texto quer dizer? 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discursividade ▪ “Monumento”, materialidade simbólica, funcionamento discursivo ▪ <i>Como</i> este texto significa?
Situação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contexto: referência espaço, tempo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Condições de produção: lugares histórico-ideológicos
Conceitos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceitos teóricos independentes que servem para o trabalho com dados, com marcas lingüísticas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceitos teórico-metodológicos relacionados (rede) para o trabalho com fatos, pistas e propriedades discursivas
Língua	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contrato social ▪ Cristalizada, estabilizada ▪ Organização, transparência ▪ Abstrata ▪ Sistêmico-pragmática ▪ Homogênea ▪ Autonomia absoluta ▪ Objeto empírico ▪ Atividade criativa ▪ Lugar da explicação/descrição de sentido 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Determinação histórico-ideológica ▪ Dispersa, aberta ▪ Ordem, opacidade ▪ Material ▪ Sistêmico-discursiva ▪ Heterogênea ▪ Autonomia relativa ▪ Objeto teórico ▪ Atividade produtiva-processual ▪ Lugar do trabalho dos sentidos como possibilidades do/no discurso
Sujeito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falante ideal ▪ Individual /social 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interpelado ideologicamente e afetado pelo inconsciente ▪ Sócio-histórico-ideológico
Sentido	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estabilizado, literal ▪ Um mesmo tema tem sentido em diferentes ocasiões ▪ Forma lingüística ▪ Evidência 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Transformação de sentidos e seus efeitos ▪ A um mesmo tema são atribuídos efeitos de sentido diferentes em diferentes condições de produção ▪ Materialidade lingüística e histórica ▪ Opacidade e efeito de evidência
Objeto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Língua 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Discurso

No contraponto entre as diferentes maneiras de trabalhar com a língua/linguagem estabelecem-se divergências teórico-metodológicas. Esse quadro de deslocamentos promovidos e de ancoragem do trabalho da AD faz a diferença por trabalhar com base em uma teoria materialista e psicanalítica do sujeito/sentidos, isto é, trata-se de uma *teoria não-subjetiva da subjetividade*, a qual, para Pêcheux (1997a, p. 131), relaciona três regiões, a saber: subjetividade, discursividade e descontinuidade ciências/ideologia. O que falta à lingüística para pensar a língua é justamente esta relação que se estabelece com a exterioridade no diálogo com a materialidade lingüística. É a questão de se entender o que constitui o discurso em seu processo de significação. Falta entender e “aceitar” que a língua é o espaço político por excelência e, portanto, da contradição, e que nenhum sentido pode ser apreendido em sua completude e unicidade.

Na perspectiva da AD, a língua incessantemente trabalha sentidos, possibilitando interpretações. Ao mesmo tempo que ela reproduz esses sentidos, ela também tem a possibilidade de transformá-los, de (re)significá-los em suas condições de produção. Dessa forma, o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas recebe tratamentos diferentes na Lingüística e na AD, e dessa maneira constrói diferentes significações, por se tratar de um espaço de dizer repleto de discursos que se complementam/contrastam no discurso jornalístico. Ele é espaço para dizer e também para não dizer, e é através da materialidade da língua que esta temática permite que sejam apreendidos diferentes efeitos de sentido articulados, isto é, que se entenda a língua em uma determinação histórica.

1.2 O MATERIALISMO HISTÓRICO

O Materialismo Histórico se coloca como um fundamento capaz de explicar os processos sócio-históricos de uma formação social⁹ e é ele quem permite legitimar cientificamente os estudos que envolvem as relações sociais. À concepção idealista de História a AD contrapõe a concepção materialista da história, que foi construída a partir das relações de produção e de trabalho do homem, as quais determinam as relações sociais e políticas. Nesta caminhada epistemológica e teórica da AD existe atravessamento de conhecimentos advindos de campos diferentes se completando para constituir seu objeto de estudo. Se a AD trabalha também com o exterior da língua, se trata de refletir sobre a teoria das formações sociais e de suas transformações, trata-se, então, de uma teoria das ideologias (Pêcheux, 1997a, p. 32).

Nessa conjuntura, algumas personalidades desempenharam importante papel social para pensar o sujeito e a ideologia, ou seja, as relações imaginárias sobre o mundo. Uma das obras que servem de base para o estudo do pensamento social e político desde o aparecimento da AD impõe-se nesta área: *Aparelhos Ideológicos de Estado – AIE –*, de Althusser (1985). Este autor formula sua teoria para criticar a teoria funcional das instituições e refletir sobre o mecanismo de sujeição, como comenta Albuquerque na introdução crítica em AIE (*Ibidem*, p. 7). Althusser concebe uma teoria das ideologias levando em consideração as formações sociais e a luta de classes. É a partir da leitura de Althusser que Pêcheux (*In Henry, 1997*) sustenta a relação entre prática política e social, levando a concluir que não há prática fora da ideologia. Para Althusser, o sujeito é agente dessa prática e este só se torna sujeito através da interpelação ideológica. E é na falta de maior explicitação sobre a interpelação pela linguagem que Pêcheux (1997b, p. 34) introduz o que chama de discurso e desenvolve a teoria e o dispositivo da AD. Uma das críticas feitas por Pêcheux (1997b, p. 129) versa sobre a questão ideológica, pois em outras tendências ela é tomada enquanto modo de ocultação ou de mascaramento dos sentidos e dos sujeitos. No entanto, ele afirma que estas concepções são a

[...] *Dupla face de um mesmo erro central*, que consiste, de um lado, em considerar as ideologias como idéias e não como *forças materiais* e, de outro lado, conceber que elas têm sua origem nos sujeitos, quando na verdade elas “constituem os indivíduos em sujeitos”, para retomar a expressão de L. Althusser.

⁹ Formação social é o espaço para previsão de efeitos de sentido e seu funcionamento está articulado ao funcionamento da ideologia, relacionado à luta de classes e as suas motivações econômicas, conforme Leandro Ferreira, 2005a.

Com base nesses conhecimentos Pêcheux busca construir uma Teoria Materialista do Discurso e diz que o que interessa à AD é justamente o sujeito interpelado, sugerido por Althusser, sendo o lugar da materialidade da ideologia o discurso e não o sujeito. Em Leandro Ferreira (2005b, p. 188) está escrito que “na produção do conhecimento há/deve haver espaço para deslizamentos, deslocamentos, e isto sucede, de acordo com Pêcheux, em função da tensão existente entre o complexo das ideologias teóricas que determinam os ‘interesses’ teóricos em confronto”. Portanto, Pêcheux instaura uma nova perspectiva de estudos na linguagem, refletindo o seu funcionamento próprio que é a reinscrição da teoria em uma teoria marxista do discurso. Então, a linguagem (o discurso) é o jogo constante entre ideologias que configuram as tomadas de posição discursivas nunca de maneira aleatória, mas em uma base constituída de um processo histórico-ideológico.

De acordo com Pêcheux (1997a, p. 143), faz-se, portanto, necessário pensar o discurso sob a perspectiva do processo materialista do conhecimento por caracterizar um processo através de tomadas de posição do sujeito. A partir disso, faço a explanação mais detalhada desse trabalho de legitimação das noções de ideologia, sujeito e sentidos como trabalhadas pela AD e, para isso, parto da noção de condições de produção do discurso.

1.2.1 Das condições de produção

O termo discurso apresenta diferentes concepções em diferentes tendências de estudos. O mesmo ocorre com a expressão condições de produção. Em outros campos a noção é tomada enquanto contexto, isto é, como elementos externos ao texto que servem para ampliar sua significação global. Em uma situação comunicativa se fala em situação e circunstâncias que permeiam os dizeres, ou seja, em referencialidade. Diferentemente do modo como é tratada a noção de condições de produção em outras linhas, ela traz consigo uma trajetória de legitimação no trabalho da AD.

No início dos estudos a noção de condições de produção em Pêcheux, na AAD-69, foi definida como determinadas circunstâncias de um discurso em que se colocam em jogo as relações de força, as relações de sentido e o jogo de antecipações em uma interlocução – contrariamente ao que ocorre através do esquema informacional da comunicação de Jakobson (Pêcheux, 1997b, p. 72). Afirma-se que o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas tendo em vista os lugares sociais que são constitutivamente históricos e

determinados pelas relações sociais. Esses lugares sociais não seriam dados *a priori*, mas construídos e representados no processo discursivo através das formações imaginárias. Com base na noção de formação imaginária o sujeito locutor tem uma imagem de si, de seu interlocutor, da imagem que o interlocutor faz de si, do objeto do discurso, isto é, tanto *A* quanto *B* mergulham nas formações imaginárias que compartilham. O sujeito locutor poderá, a partir disso, antecipar as representações do imaginário do outro e produzir seu discurso.

Pêcheux (*Ibidem*, p. 81-3) define esses lugares como espaço de representações sociais constitutivas do processo de significação discursiva colocados em jogo em contraposição a um “feixe de traços objetivos”. Por exemplo, pode-se pensar na representação política, na figura do porta-voz, enfim, pensar nas relações postas em jogo no processo de significação. Nesse processo se colocam protagonistas não individualmente, mas na representação de lugares (que atribuem, a si e ao outro, a imagem do seu lugar e do lugar do outro) numa determinada formação social, e o referente como um objeto imaginário em condições históricas na produção de um discurso. Então, exterioridade e interioridade não se separam, pelo contrário, relacionam-se simultaneamente. Há movimento dos sentidos e a língua é tendente à falhas e deslizamentos, nunca fechada e homogênea. A partir do enfoque dado à língua pelo estruturalismo, como abordado e criticado na AAD-69, o autor se questiona (Pêcheux, 1997c) sobre as relações entre a língua e a exterioridade, e enfatiza, nos trabalhos posteriores, questões que envolvem a ideologia e o inconsciente, sendo a noção de processo o que o faz ver a questão da constituição e construção do *corpus* e outras questões de maneira promissora.

Assim, Althusser (1985, p. 53-4) fala da reprodução das condições de produção em uma formação social. Isso também auxilia Pêcheux a pensar na questão ideologia/contradição de classes: “Portanto a condição última da produção é a reprodução das condições de produção”, sendo estas condições de produção as que devem reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes (reais). Nesse contexto, Pêcheux difere por considerar não somente a reprodução das condições de produção, mas sua transformação.

Pêcheux e Fuchs (1997), na AAD-75, retomam Althusser e retificam uma ambigüidade do texto de 1969 sobre o termo condições de produção, por designar ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar no qual se acha inscrito o sujeito e a situação no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional e os papéis mais ou menos conscientes colocados em jogo. No limite, permitiriam dizer que determinam a situação vivida pelo sujeito no sentido subjetivo inerente a uma situação experimental. Faltava

a teoria do imaginário localizada em relação ao real, que possibilita também o modo de assujeitamento da AD.

Nesse sentido, as condições de produção não são os filtros ou os freios que interferem no funcionamento da linguagem, mas fazem parte de um processo social e sua base tem materialidade lingüística. Retomando o texto de Pêcheux (AAD-69), em Pêcheux e Fuchs (1997), irrompem no cenário as articulações entre condições de produção ligadas às formações imaginárias, procurando relacionar as questões ideológicas ao/no discurso.

Nessa trajetória teórica é Courtine (1981) quem contesta as origens das condições de produção enquanto lugar da análise do conteúdo (psicologia social), quando admite variáveis sociológicas, o estado social do emissor, o do destinatário, as condições sociais da situação de comunicação responsáveis pelas condições de produção do discurso. Para chegar à noção de condições de produção vigente, Courtine avança no estudo desta noção quando coloca que a definição de condições de produção de Pêcheux, inserindo as noções de imagem e formação imaginária, poderia ser substituída pelo termo “papel” da sociologia (elas não podem ser simples “circunstâncias” (Pêcheux, 1997b, p. 75)), conforme uma operação psicologizante. Postula, portanto, a redefinição de condições de produção alinhada à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos.

Conforme Orlandi (2001, p. 30), as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória que fazem parte da exterioridade lingüística e (sub)dividem-se em condições de produção de sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico) e estrito (enunciativo, contexto imediato). Portanto, para a AD, as condições de produção não compreendem as circunstâncias imediatas, nem o papel dos indivíduos colocados em jogo, ou o lugar definido por referências ou a situação de fala, mas um lugar historicamente constituído, de onde falam sujeitos interpelados pela ideologia e afetados pelo inconsciente.

Portanto, as condições de produção regem a interpretação por serem lugares que têm enquadramento em uma conjuntura histórica e política constitutivamente e que fazem com que os sujeitos mobilizem uma memória (outros discursos) dentro de uma interdiscursividade, pois na AD não se acredita em um discurso inaugural (o mito de Adão, por exemplo), e o analista, então, é aquele que retém um ponto de vista sobre uma época no momento de suas análises.

As condições de produção do discurso jornalístico têm relação com diversos fatores, sobretudo por estar amplamente inserido na ideologia do capital, e nesse contexto contar com

jornalistas que seguem regras e padrões de escrita e com leitores dotados de poder aquisitivo e vontade de compra. Portanto, o trabalho realizado diz respeito a um conjunto determinado de “atores sociais”.

Para Mariani (1998a) o discurso jornalístico recorta/seleciona acontecimentos a fim de que sejam recordados no futuro e torna-se também um modo possível de recordação do passado e, por isso, o discurso jornalístico é o retrato de uma época. O sujeito jornalista, através de sua coleta jornalística, é aquele que mobiliza vozes/lugares/discursos para sustentar dizeres institucionalizados enquanto testemunha ocular de sua época. Desta forma, o discurso jornalístico tende à coerção também por tornar gerais os seus interesses particulares.

No discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas em questão estão presentes dizeres que discutem a viabilidade de aplicação formal de parte de determinada Lei (Estatuto do Desarmamento (2003)) que trata do comércio legal de armas de fogo e munição. Este discurso emerge em um cenário mais amplo e mais complexo que o simples fato de se debater sobre a proibição ou não de parte dessa Lei para o pleito. O Referendo do Comércio de Armas surge como uma medida paliativa para combater o problema da violência urbana (dentre outras violências) generalizada que assola o Brasil. Portanto, o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas está relacionado ao discurso sobre a violência urbana divulgado pela mídia, que trata de uma violência determinada e que diz respeito à violência com a qual a classe burguesa convive. O debate sobre o Referendo do Comércio de Armas acompanha o retrato da violência que a mídia constrói através do discurso jornalístico de responsabilidade social. Portanto, constroem-se sentidos públicos baseados na contradição de classes na formação social capitalista. Neste sentido, o discurso jornalístico é sempre porta-voz da realidade por seu papel (trans)formador, por seus dizeres institucionalizados e enraizados nas relações históricas, nas práticas culturais e por ser determinado (constituído) pelas instituições.

1.2.2 Ideologia, sujeito e sentidos

Um dos deslocamentos mais importantes promovidos pela AD é o da noção de ideologia. Falar em ideologia na AD não é uma “força” que manipula ou impulsiona sujeitos a identificarem-se com determinados conhecimentos e com determinados idéias/sentidos, mascaramento, filtro ou ocultação. Em relação ao sujeito em AD, como já foi dito, ele é

interpelado pela ideologia, portanto, faz-se necessário compreender que no recrutamento¹⁰ dos indivíduos em sujeitos se observa justamente que eles recebem como evidentes os sentidos que ouvem, dizem, escrevem ou calam, já que o sujeito não é origem dos sentidos ou do discurso, porque se identifica com determinados domínios de saber.

Em AD, a ideologia imprime sentidos à linguagem, pois “A ideologia não possui um exterior (Pêcheux, 1997b, p. 177) (para si mesma), mas [...] ao mesmo tempo ela é exterioridade para a ciência e para a realidade”. Nesse sentido, a forma de trabalho que toma a ideologia como ocultação pretende a estabilização dos sentidos e colocam o sujeito como senhor do seu ponto de vista. No entanto, trata-se de uma necessidade que o sujeito afetado pelo inconsciente tem em ser o “proprietário” do seu dizer. Assim, o ponto de vista é o do sujeito e não da ideologia, nem da ciência, nem do real.

Althusser (1985), que é retomado por Pêcheux, diz que a ideologia é o motivo para o funcionamento dos Aparelhos Ideológicos de Estado, os AIE, que não são os repressores, pois eles não funcionam pela violência e, sim, pela ideologia. Ao tratar da ideologia desta maneira ele a relaciona diretamente à proposição de Freud sobre o inconsciente e retoma, afirmando: “a ideologia é eterna, como o inconsciente” (*Ibidem*, p. 85, 88, 93), por ter uma existência material e representar a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Deste modo, a ideologia não representa a ocultação ou a manipulação de sentidos, mas ela age na interpelação dos indivíduos em sujeitos no processo de significação. Têm-se, então, bases para uma teoria que leva em conta a maneira de pensar um sujeito que aceita “livremente” sua sujeição (afetado pelo inconsciente) e, por estar identificado a determinada formação discursiva, tem os sentidos como “naturalizados”.

Por tudo isso é de interesse desenvolver as noções de sujeito e de sentido a partir da afirmação: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é afetado pelo inconsciente simultaneamente. Nesta perspectiva, pode-se dizer que “os sujeitos se constituem pela sua sujeição”, segundo Althusser (1985, p. 104). Pêcheux (1997a) comenta que a ideologia e o inconsciente produzem um tecido de evidências “subjetivas” que constituem o sujeito. Nesse caso não se trata apenas de concordância ou apoio aos sentidos, mas de adesão ou antagonismo enquanto tomadas de posição (Pêcheux, 1997b, p. 85). A ideologia fornece o efeito de evidência ao sujeito interpelado por meio da própria dialética do discurso e por se tratar de um processo. Neste sentido, retomo a relação que o autor estabelece para explicar a figura da interpelação: a “[...] *constituição do sentido* junta-se à da *constituição do sujeito*, e

¹⁰ Expressão de Pêcheux (1997, p. 157).

não de um modo marginal [...], mas no interior da própria ‘tese central’, na figura da *interpelação*” (Pêcheux, 1997a, p. 153-4).

O sujeito trabalhado pela AD é uma posição entre as demais. Assim, ele ocupa um “lugar”, que não lhe é acessível, para ser sujeito do que diz. Quando um especialista em segurança pública do Estado, um cidadão paraplégico devido ao uso de uma arma de fogo ou um padre dizem que as armas são (ou não) a causa da violência nas cidades, eles o fazem de determinados lugares histórico-sociais. Funciona como se cada uma dessas vozes representasse um “papel” social sempre em construção pela história e pela ideologia nas relações de força e de sentido no discurso. Podemos dizer que do lugar em que os sujeitos inscrevem suas palavras derivam seu(s) sentido(s) em relação com outros sentidos/discursos.

A partir do enfoque dado ao trabalho ideológico na linguagem em AD, se concebem diferentes pontos de vista na maneira como é tratado o sujeito. Se Althusser traça o perfil do sujeito (agente-sujeito) enquanto ser ativo na história sob a determinação¹¹ das relações de produção e de reprodução e em suas formas, é Pêcheux quem dá autonomia ao sujeito na reprodução; então o sujeito produz, reproduz e transforma os sentidos na história. Com isso, considero a prática discursiva como uma atividade que tem a ideologia como constitutiva e que põe o sujeito em uma relação imaginária com o mundo “real”. Por isso, nem o sujeito, nem os sentidos serão literais, unos ou evidentes, senão aparentemente, mas poderão ser sempre outro(s), poderão deslizar, pois o próprio sujeito deixa de ser ideal para ser interpelado ideologicamente no processo de significação.

Portanto, Pêcheux formulou e reformulou a noção de sujeito da AD tendo na ideologia sua essência. Primeiramente (AAD-69) o sujeito é lugar determinado na estrutura social, ou seja, o sujeito aí se encontra representado, isto é, presente, mas transformado. Para ele o sujeito nunca foi individual, mas social. Num segundo momento (AAD-75), o sujeito ganha o traço de ser dotado de inconsciente. Afetado pelo inconsciente, o sujeito atua sob um efeito de ilusão, pensando ser a fonte do seu dizer. Com isso Pêcheux propõe uma “teoria não subjetiva da subjetividade”, articulando inconsciente e ideologia. O Sujeito (Outro de Lacan) permite discernir que o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico estão materialmente ligados, sem se confundirem no “processo do Significante na interpelação e na identificação, na realização do que chamamos as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção” (Pêcheux, 1997b, p. 133-4).

¹¹ Segundo Orlandi (2003, p. 17), “determinar não é antever, não é fixar. Não é, a rigor, nem prever, no sentido conteudístico. É conhecer o princípio de funcionamento, é saber as condições de realização”.

Por seu funcionamento, o sujeito da AD (Pêcheux & Fuchs, 1997) tem a ilusão de saber o que está dizendo, funcionando na zona do esquecimento 2 (do dizível, do repetível, do reformulável), da enunciação. Estamos diante da ilusão de liberdade do sujeito da AD: *eu sou dono de minhas palavras*. Relacionada a esta ilusão, existe a zona de esquecimento 1 (da ideologia), do recalçamento do sujeito. Nesta direção, percebe-se o sujeito da AD como sendo duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico e em seu funcionamento social; interpelado pela ideologia sem que se dê conta disso ou mesmo tendo a ilusão de domínio sobre o seu discurso: *eu sou dono de minhas palavras e eu sei o que elas querem dizer*. Portanto, o sujeito constitutivamente histórico-ideológico e dotado de inconsciente. No processo, Pêcheux (1997a) fala do efeito sujeito, do ponto em que há identificação do sujeito consigo mesmo e com o outro (ego): “A unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos” (*Ibidem*, p. 167) e do efeito de intersubjetividade nas relações de sentido da formação discursiva. Afirma, então, que na relação do sujeito consigo e com o outro e com a marca do inconsciente como discurso Outro na enunciação se observa a tomada-de-posição do sujeito:

[...] a tomada de posição resulta de um retorno do “Sujeito” no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele “toma consciência” e a propósito dos que ele toma posição, é fundamentalmente [...] O “desdobramento do sujeito” – como tomada de consciência de seus objetos – é uma reduplicação da identificação, precisamente na medida em que ele designa o engodo dessa impossível construção da exterioridade no próprio interior do sujeito (Pêcheux, 1997a, p. 172).

Nesse espaço de igualdades e diferenças, por exemplo, é que se instaura o gesto (que sempre pode ser outro) como prática significante (Pêcheux 1969, simbólico) “que traz em si tanto a corporalidade dos sentidos quanto a dos sujeitos, enquanto posições simbólicas historicamente constituídas, ou seja, posições discursivas (lingüístico-históricas)” (Orlandi, 2004b, p. 27).

Refiro-me ao fato de o discurso jornalístico fazer parte da “desambigüização do mundo” (Mariani, 1998a) por efeito de verdade para os leitores/eleitores e por se tratar de um discurso em que os enunciadores são “pessoas” que “experenciam” a violência da cidade. São sujeitos que participam da narratividade da cidade (expressão de Orlandi, 2004a), ou seja, da narratividade discursiva. Neste cenário, mais que as práticas sociais, observo posições discursivas, isto é, vejo relações entre sentidos e discursos, o que mostra o que se “deve/pode dizer” e o que “não se deve/pode dizer”, de acordo com a formação social-ideológica. O sujeito é, então, uma particularidade, por ser formado constitutivamente entre universalidade e

singularidade. Orlandi (2004b, p. 29) diz ainda que “É pelas condições de produção que o sujeito formula seu dizer, sua vida, seus sentidos, seus sentimentos”, mas não há homogeneidade no social, nem na cidade, nem no real, nem na violência, portanto, o sujeito é “a janela de que se olha”, sendo constitutivamente ideológico.

De acordo com Mariani (1998a), no discurso jornalístico, do qual trata esta dissertação, instauram-se determinadas possibilidades e previsibilidades. Aparentemente os sentidos são verdadeiros, porque fazem parte da “realidade” do leitor-cidadão. Este efeito de consciência se dá por se tratar de um discurso institucionalizado que deixa marcas do controle de sentidos. Tem-se, então, superficialmente, a impressão de que os fatos fazem parte de uma normalidade social. Esta naturalização dos sentidos faz parte do imaginário na/da imprensa. Assim sendo, o discurso é “o ritual da palavra. Mesmo o das que não dizem” (Orlandi, 2001, p. 10). O discurso é a língua no mundo. Pêcheux (1997a, p. 132/175) acrescenta que... “todo discurso é ocultação do inconsciente” e, portanto, o funcionamento empírico/especulativo da análise do discurso não vê a contradição e a luta de classes, mas as oposições, diferenças que expressam a dupla face da relação forças produtivas/relações de produção.

Nesse cenário, portanto, tem-se a relação entre o sujeito autor/jornalista e o sujeito leitor-cidadão, que é o sujeito de direito, como tratado por Pêcheux (1997a, p. 154), em seu vínculo com o sujeito ideológico. Esses sujeitos marcam pelo duplo sentido da palavra interpelação (o sujeito que fala de si mesmo e o sujeito relacionado a seus iguais) um vínculo superestrutural (entre o aparelho repressivo de Estado, jurídico-político, que distribui-verifica-controla “as identidades”, e os aparelhos ideológicos de Estado) como um pequeno teatro teórico da interpelação como crítica do teatro da consciência e da evidência. Como a lei tenta aplicar sua universalidade, ela produz a forma do sujeito-de-direito, que é a condição de funcionamento e realização da ideologia. E, então, é a forma do sujeito ideológico que reduplica a forma-sujeito-de-direito.

A esta altura posso dizer que a teoria materialista do discurso está longe de ser idealista e a prática discursiva nunca será vista como neutra. A ideologia trata dessas questões através da noção de contradição constitutiva da linguagem e acrescenta uma forma dialética de abordar a linguagem. O que permeia a AD, portanto, são os fundamentos que explicam a relação entre práticas sociais e ideológicas.

1.3 A TEORIA DO PROCESSO DISCURSIVO DA AD

Este campo epistemológico compreende a “teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Trabalhada por Pêcheux e Fuchs (1997, p. 164), esta teoria exige uma articulação entre o Materialismo Histórico, a Lingüística e as outras regiões do conhecimento requisitadas na constituição da AD (e todas articuladas pela Psicanálise). Pêcheux (1997a), ao articular as três regiões do conhecimento científico que fazem parte da Tríplice Aliança no quadro epistemológico, mostra que a teoria histórica dos processos semânticos está em constante (re)constituição.

De maneira geral, o trabalho da AD traz indicativos de um deslocamento na noção de sentido, pois existem diferenças teórico-metodológicas em não se tratar de um sujeito psicológico, mas de um sujeito feito do ideológico e dos processos inconscientes na linguagem; em não se tratar da estrutura lingüística, mas do modo de funcionamento discursivo; e em não se estabelecer como resultado do trabalho com o discurso sentidos estabilizados, mas buscar apreender os efeitos de sentido no processo de significação.

Em seu trabalho de instauração da teoria do discurso e de deslocamento na questão do que vem a ser língua na AD, Pêcheux (1997a, p. 91-3) vai explicar que o sistema da língua é o mesmo para todo sujeito, mas não se pode dizer que o discurso seja o mesmo. Nessa diferenciação entre língua e discurso ele vai deslocar a noção de língua enquanto função mantenedora de uma estrutura, enquanto base lingüística, para o funcionamento enquanto base comum de processos discursivos desenvolvidos sobre leis internas à língua e exterior. Mais que isso, a língua não é vista como superestrutura, pois em se tratando de processo discursivo tem-se uma língua que se inscreve numa relação ideológica de classes. Portanto, a língua serve para pensar o processo discursivo. Neste processo, ela é possibilidade do discurso e confirma o fato de que os discursos/sujeitos podem confrontar-se ou harmonizar-se em determinada conjuntura histórica na linguagem. Desta forma, Pêcheux e também Courtine (1981, p. 11) pensam no discurso enquanto mantenedor de uma constante relação entre o lingüístico e o ideológico no processo de significação, sem correr o risco de reduzir o discurso ao estudo da língua ou ao trabalho histórico sobre as ideologias.

Desse modo, a partir da constituição desse campo epistemológico, interessa-me como se dá o encontro do lingüístico com o ideológico, os funcionamentos responsáveis pela produção dos efeitos de sentido e a língua em processo de produção de sentidos. O discurso,

então, para a AD, não é fala (no sentido saussuriano); é prática social, cuja regularidade pode ser apreendida na análise dos processos de sua produção/transformação.

1.3.1 Formação discursiva: relações e representações

Uma das questões produtivas para entender a AD está na compreensão do modo de funcionamento da noção de formação discursiva. Esta noção é produtiva para pensar e “aceitar” que a linguagem é constitutivamente o palco de disputa de dizeres, de alianças e de contrastes entre diferentes domínios de saber, entre formas-sujeito e entre posições-sujeito no discurso. Na compreensão da noção de formação discursiva relacionada à de formação ideológica reside uma maneira de apreender relações de sentido e de força no discurso.

Posso afirmar que foi em Michel Foucault que o termo formação discursiva foi significado. De posse dos pressupostos que o autor utilizou para teorizar o discurso, mesmo que situado em outro quadro epistemológico, Pêcheux (1997a) (re)significou essa noção. Nesse sentido, retomar a trajetória de categorização dessa noção é compreender como a formação discursiva envolve regularidades e instabilidades dos sentidos de maneira dialética no discurso, especificamente no discurso jornalístico. Portanto, ao articular diferentes perspectivas da noção estou envolvendo um diálogo entre a interioridade e a exterioridade, inter e intradiscurso, entre a noção de formação discursiva, memória e história.

Na introdução da obra *Arqueologia do saber*, Foucault (2005), a partir da noção de história antropológica para a história voltada à arqueologia, faz uma crítica ao trabalho com textos e, para estabelecer as diferenças nas tendências de estudos, considera o texto-documento e o texto-monumento. A questão que o autor abre é a de pensar a descontinuidade (ruptura), e é pensando nesse pressuposto que a história recebe a função de transformar os documentos em monumentos e descrevê-los intrinsecamente. Isso significa que seu olhar estava voltado tanto para a regularidade quanto para a singularidade do texto/discurso. Com base em um mesmo tema, visto de maneiras diferentes, conjuntos de enunciados dispersos comportam “estratégias diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes” (*Ibidem*, p. 42-4), surgindo daí a necessidade de descrição dessas dispersões, através do que ele nomeia de sistemas de dispersão, como formas de (re)partições em formações discursivas. Portanto, ele descreve enunciados e procura estabelecer suas relações. Com base nas regularidades descritas (ordens,

correlações, posições, funcionamentos e transformações) o autor vai trabalhar a questão do sistema/regras de formação (*Ibidem*, p. 82-5), em que se preocupará com a caracterização de um discurso ou grupo de enunciados com a regularidade de uma prática.

Ao tratar da descrição dos enunciados e da função enunciativa, Foucault mostra (1996, p. 89-119) que as regularidades são princípios que constroem os enunciados entre o relacioná-los e o dispersá-los. “Assim, o enunciado circula, serve, esquiva-se, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade”. Enunciado, então, também é monumento, e a função enunciativa denomina o lugar que a língua ocupa para não significar apenas enquanto um conjunto de signos, mas para passar a constituir enunciados que surgem em sua materialidade com *status* para operar em estratégias que mantêm ou apagam sua identidade. Foucault pensa a organização do conhecimento e analisa as regularidades, e não as transformações do discurso. Portanto, a sua noção de formação discursiva não comporta a carga ideológica:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (Foucault, 2005, p. 43).

Pêcheux (1990) vai contrapor em seu texto dois estudiosos da linguagem para questionar a questão do trabalho com a ideologia: Foucault e Spinoza. Diz que o segundo, mesmo 300 anos antes do advento do materialismo histórico, a partir do discurso religioso previa uma abordagem ideológica da linguagem; e que o primeiro não avançou nos estudos que tomam a ideologia como o segundo e, portanto, não houve operacionalização da questão da contradição em Foucault. Na seqüência, o autor vai desenvolver sua crítica a partir da noção de formação discursiva em sua relação com a formação ideológica e vai colocar a questão de se trabalhar a língua e sua referência histórica ante a luta de classes na sociedade capitalista. Portanto, ele nada mais distingue que diferentes maneiras de pensar o político e de trabalhar nele.

Diferentemente de Foucault, Pêcheux tem na ideologia sua essência. No geral, no mesmo Pêcheux podem-se descrever duas etapas da noção de formação discursiva. A primeira concebe a noção de formação discursiva rígida, conversando consigo e não com outras, caracterizando-se como homogênea, na qual o sujeito histórico, isto é, a forma-sujeito,

responsável pela organização do saber de sua formação discursiva é dotado de unicidade (Pêcheux e Fuchs, 1997). Faz-se importante, assim, sempre levar em conta a noção de filiação de sentidos às formações discursivas, para que das relações que daí emanam eu possa trabalhar os efeitos de sentido na língua. Pêcheux ressalta que

As palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas... os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes (1997b, p. 160-1).

Na contrapartida de Foucault, a formação discursiva agora serve para pensar o político, pois insere aí o ideológico (não-neutralidade). É um princípio organizador ideológico que regula o que pode ou não estar dentro da formação discursiva. Uma formação discursiva é aquilo que numa formação ideológica dada (posição, conjuntura), determinada pela luta de classes, determina “o que pode e deve ser dito” (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 166) e “o que não pode e não deve ser dito” (Courtine, 1981, p. 49). Portanto, a formação discursiva deriva de determinadas condições de produção e existe historicamente. Num segundo momento, decorrente de reflexão discursiva, a formação discursiva passa a comportar diferentes posições-sujeito que geram a contradição e a igualdade, caracterizando a heterogeneidade da formação discursiva e da posição-sujeito, em que há a presença da diferença no interior da mesma formação discursiva e que caracteriza a fragmentação do sujeito:

[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos” (Pêcheux, 1997c, p. 314).

Em Pêcheux (1997a, p. 162) o interdiscurso é o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, sendo ele também submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas. Portanto, a heterogeneidade é característica marcante do interdiscurso. Posso, então, depreender disso que o interdiscurso e o intradiscurso são elementos relacionados, e o caráter da forma-sujeito que se identifica com a formação discursiva é que “simula o interdiscurso no intradiscurso”. Este sujeito do saber, universal e/ou histórico, como é chamada a forma-sujeito, é responsável pela ilusão de unidade do sujeito. A questão da forma-sujeito para a AD é a maneira pela qual o sujeito se identifica com a formação discursiva que o constitui, e se dá quando o sujeito retoma os elementos do interdiscurso que o determinam.

Pêcheux traz da psicanálise para o discursivo a (re)significação da questão da determinação do sujeito do discurso e aciona a noção de pré-construído (o estranho-familiar de Freud) na relação entre elementos do interdiscurso: “Os traços que permitem determinar o sujeito no discurso dependem do pré-construído (sempre-já-aí, universal) e do processo de sustentação (articulação, discurso-transverso)” (*Ibidem*, p. 163) e, portanto, em determinada formação discursiva, cujas margens “porosas” não permitem a estabilização dos sentidos, podemos trabalhar com a forma-sujeito.

Diremos, então, que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” constitui o sujeito em sua relação com o sentido, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito (Pêcheux, 1997a, p. 164).

A articulação funciona sobre as evidências do contexto situacional, que dispensa explicações e funciona como o que é consenso: “A articulação corresponde a ‘como dissemos’ (evocação intradiscursiva); ‘como todo mundo sabe’ (retorno do Universal no sujeito); e ‘como todo mundo pode ver’ (universabilidade implícita de toda situação ‘humana’). Em suma, todo sujeito é assujeitado no universal como singular ‘insubstituível’ [...]” (Pêcheux, 1997a, p. 171).

Esse efeito de universalidade através do pré-construído configura a relação interdiscursiva, e o efeito de linearização do discurso se dá através das relações intradiscursivas. Então, através do discurso-transverso é que o pré-construído se apresenta enquanto algo “naturalizado” discursivamente e sustenta o efeito de evidência.

O interdiscurso enquanto discurso-transverso atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construído, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito-falante”, com a formação discursiva que o assujeita (Pêcheux, 1997a, p. 166-7).

Portanto, Pêcheux faz compreender que não há como separar o estudo da língua do de suas condições de produção, por dizerem respeito a uma relação histórica e ideológica. Nesse processo de tomada-de-posição do sujeito na formação discursiva podemos pensar o desdobramento do sujeito, ou seja, a dissimulação do assujeitamento que corresponde à relação entre pré-construído e articulação ou efeito-transverso que constitui o sujeito em sua relação com o sentido, isto é, representa no interdiscurso aquilo que determina a dominação da formação ideológica.

Com base na noção de formação discursiva heterogênea em relação a si mesma e em relação às outras formações discursivas, observam-se as relações entre interdiscurso e intradiscurso. Para que isso seja possível faz-se importante pensar no “interdiscurso como espaço de acolhimento do mundo factual discursivizado”, segundo Dorneles (2005), constituindo-se em um observatório dos movimentos de sentidos/sujeitos através de lugares sociais instituídos na formação social. Para a autora, a formação social (capitalista neste caso) apresenta saberes que são regulados por códigos, manuais de comportamento, condutas tradicionais, práticas que simbolizam o social e que são recortados e acolhidos em determinada formação discursiva pelo movimento do interdiscurso sobre si mesmo, cujo assujeitamento pressupõe sua preexistência: “Esse grande conjunto de saberes, o interdiscurso, traz as formações sociais discursivizadas para o processo de assujeitamento. Da formação social é dado observar a realidade. É na formação social que os processos discursivos depositam transitoriamente seus efeitos”.

A formação social dá a reconhecer lugares sociais discursivizados e constituídos sob a dominância de diferentes formações ideológicas. Portanto, o interdiscurso articula e é articulado na formação discursiva, vale dizer, é articulação de dizeres diante de outros dizeres em suas diversas relações de sentido. Nesse sentido, Grigoletto (2005) traz importante contribuição para pensar lugares e posição no discurso na mídia. Para a autora existem diferenças/relações entre lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito na AD. Consideradas em processo, vê-se produtiva essa subdivisão das categorias de acordo com o dispositivo de interpretação do analista. A partir disso, ficam conferidos lugares de análise em um processo de relação que sustentam a teoria/metodologia da AD:

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo de seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico [...] que sustenta e legitima socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista comprometido tanto com a verdade da ciência quanto com a verdade da mídia e com os saberes do leitor (Grigoletto, 2005, p. 156).

Portanto, através do processo que trata de formações imaginárias (imagens projetadas pelos interlocutores de um discurso) fica definida a distinção de lugares e posição-sujeito por Grigoletto, ao asseverar que:

[...] tanto o lugar discursivo é efeito do lugar social, quanto o lugar social não é constituído senão pela prática discursiva, ou seja, pelo efeito do lugar discursivo. Isso significa dizer que ambos, lugar social e lugar discursivo, se constituem mutuamente, de forma complementar, e estão relacionados à ordem de constituição do discurso. Um não é anterior ao outro, já que um necessita do outro para se instituir. O lugar social só se legitima pela prática discursiva, portanto, pela inscrição do sujeito num lugar discursivo (2005, p. 158).

Para a autora, a noção de lugar discursivo funciona como modo do sujeito do discurso se relacionar com a forma-sujeito histórica e com as diferentes posições-sujeito simultaneamente. E para isso distingue no nível processual de análise os lugares e a posição-sujeito em articulação da constituição, formulação e circulação, e vice-versa, podendo ou não haver coincidência entre eles, como constata em sua tese de doutorado.

Então, a formação discursiva passa a ser de um conjunto de saberes produzidos através de um sujeito histórico-ideológico sujeito a (re)configuração. Em processo, trata-se de um sujeito, enquanto posição em determinada formação discursiva, que se identifica com a forma-sujeito da formação discursiva (Pêcheux, p. 1997a). Então, a forma-sujeito é o sujeito do saber de uma determinada formação discursiva e é por ela que o sujeito do discurso se inscreve em determinada formação discursiva por identificação. Em seu estudo sobre as tomadas-de-posição, Pêcheux (*Ibidem*, p. 199, 213-17) identifica modalidades que vão da superposição do sujeito do discurso com a posição-sujeito da formação discursiva a relativa identificação do sujeito do discurso com a posição-sujeito da formação discursiva, e uma terceira, caracterizada como a desidentificação do sujeito do discurso com a posição-sujeito da formação discursiva. Estas modalidades não estão estabilizadas, mas num movimento de identificação, contra-identificação e desidentificação que pode variar, justamente por se tratar da formação discursiva constitutivamente heterogênea.

Diante da heterogeneidade da própria formação discursiva (de seus saberes, sujeitos, sentidos) e desta com outras formações discursivas, associa-se a idéia de alteridade, que é a presença do discurso do outro como discurso de um outro e/ou discurso do Outro, em que é articulada na memória discursiva a relação entre inter e intradiscurso. Mesmo na movimentação que vai da identificação à desidentificação (efeito de dissenso) com a forma-sujeito, a ideologia funciona às avessas, sobre e contra si mesma, sem, no entanto, implicar a morte/desaparecimento do sujeito, pois ele nunca será neutro ou indiferente ideologicamente. O que ocorre é um deslizamento para outra formação discursiva ou forma-sujeito (historicamente determinada), e nunca seu apagamento.

Em sua leitura sobre a trajetória de legitimação da noção de formação discursiva, Indursky (2005a) recupera as questões que Pêcheux (1997a) coloca a respeito da reduplicação da identificação e sua relativização através das modalidades de tomadas-de-posição do sujeito no âmbito da formação discursiva para caracterizá-la como portadora de alteridades, contradições e diferenças. Portanto, para que se possa entender a noção de formação discursiva heterogênea é imprescindível relacioná-la ao interdiscurso, que é o conjunto de domínios de saber caracterizados pela diferença e igualdade. A autora observa que para uma formação discursiva ser heterogênea ela comporta uma forma-sujeito que também é heterogênea por comportar outras diferentes posições-sujeito em seu domínio de conhecimento. Pensar a forma-sujeito fragmentada como a posição-sujeito em relação com o interdiscurso, delinea fronteiras porosas para a formação discursiva e apenas um efeito de fechamento para fins de organização de análise do discurso do analista, pois não se trata do “fechamento da máquina discursiva”. A teorização e a divisão de um discurso na mesma ou em diferentes formações discursivas decorrem da análise do *corpus* em AD, portanto, ela não serve apenas de metodologia, como classificação ou estabilização de sentidos, como em Foucault, mas, para tanto, segue pressupostos teóricos.

Relacionada à noção de formação discursiva, para Pêcheux (1997b, p. 166-7), a noção de formação ideológica caracteriza as “posições de classe em conflito umas com as outras” que perpassam os aparelhos ideológicos de Estado. O autor mostra que cada formação ideológica constitui um complexo de atitudes e de representações, nem individuais, nem universais, mas relacionadas às relações de confronto entre as classes, características de uma formação social em dado momento como idéias vigentes. Portanto, o autor relaciona indissolivelmente o discursivo e o ideológico.

Na perspectiva de Pêcheux a formação ideológica é composta, então, de uma ou várias formações discursivas interligadas e heterogêneas por serem invadidas por elementos que vêm de outras formações discursivas, e é o domínio de saber de cada formação discursiva que realiza seu fechamento, todavia instável. É na formação discursiva que o lingüístico constitui-se de sentido e é também o lugar de determinação do sujeito enunciador. Existe, portanto, uma relação constante e indissociável da formação discursiva com o interdiscurso.

A questão da determinação de fronteiras da formação discursiva para Pêcheux (1997c, p. 311-6) é algo que não pode ser feito através de classificações, categorizações ou quantificações, como postulado por outras tendências da área. O interdiscurso é a noção que mostra um todo complexo de formações discursivas em constante relação externa/interna. Em

Courtine (1981, p. 33-49), a formação discursiva está intrinsecamente relacionada às condições de produção, ao interdiscurso, o que propicia constantes deslocamentos das fronteiras. Para este autor, as fronteiras da formação discursiva são instáveis, tendo em vista as posições ideológicas que coexistem no âmbito da formação discursiva. Por poderem incorporar elementos pré-construídos, os quais reconfiguram os saberes da formação discursiva, as fronteiras deslocam-se. Esses pré-construídos instauram a contradição interna à formação discursiva. Nesse movimento é possível perceber que sentidos se constituem na relação entre o exterior e o interior de determinada formação discursiva.

O exterior à formação discursiva é dissimulado para o sujeito. Através do efeito do inconsciente e do ideológico o sujeito tem como mascarada a existência de um saber exterior, e dessa forma é ocultado ao sujeito falante que está dominado por determinada formação discursiva. A esse funcionamento, Pêcheux (1997a, p. 173-7) chama de esquecimento número 1. Além dele, no processo de constituição do sentido, há o que Pêcheux (idem) chama de esquecimento número 2, relacionado à reformulação-paráfrase, em que o pré-construído é acolhido e reconfigurado para inscrever-se no intradiscurso. A formação discursiva cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina (determina), na esfera da consciência e da intersubjetividade.

Tanto a crença de dominar o seu discurso quanto a ilusão da existência do sentido como tal são efeitos ideológicos. Nesse sentido, o autor fala sobre a evidência do sujeito, com base em Althusser:

Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua significado’ (portanto inclusive as evidências de transparência da linguagem), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e até aí não há problema – é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar (Pêcheux, 1997a, p. 31 *apud* Althusser).

De mão da tese materialista, Pêcheux (1997a, p. 77) passa da evidência do sujeito para o processo sem sujeito (evidência, homogêneo), de linha filosófica. Na visão materialista ele colabora para a noção ideológica de sujeito e comenta que Althusser coloca a reflexão em torno da noção de sujeito coletivo como tendo um problema a resolver quanto à questão da identificação ou identidade do sujeito considerado “uno” (unidos-massa) pela AD. Considerando que “As massas não são um sujeito” (*Ibidem*, p. 130), o sujeito-massa seria, sim, uma identificação coletiva, mas nada assegura sua total identificação com uma formação discursiva, pois ela é caracterizada, assim como o sujeito, como heterogênea. Pêcheux diz sobre o processo sem sujeito que na AD se caminha da evidência do sujeito até a forma-

sujeito como efeito desse processo sem sujeito e afirma que “[...] uma teoria materialista dos processos discursivos não pode, para se constituir, contentar-se em reproduzir, como um dos seus objetos teóricos, o sujeito ideológico como sempre já-dado” (*Ibidem*, p. 130). Então, de acordo com Pêcheux (1997b, p. 179), ao mesmo tempo que o sujeito tem a ilusão de propriedade dos dizeres, ele é interpelado, pois a ideologia é necessidade “cega” do sujeito.

Para Pêcheux a exterioridade não é a remissão a um momento marcado da História, mesmo que na dispersão, mas diz respeito às relações inter-intradiscursivas constantes das formações discursivas. Isso conduz a pensar no sujeito enquanto uma posição discursiva a partir das práticas de linguagem com as práticas sociais ideológicas. Portanto, a partir da relativização nas tomadas de posição, Pêcheux (1990, p. 192-5) revê a noção de ideologia e conseqüentemente de formação discursiva. No âmbito da formação discursiva, portanto, coexiste a identidade e a divisão. Parafraseando o autor, diremos que uma ideologia não é idêntica a si mesma e existe sob a modalidade da divisão, realizando-se a partir da contradição que com ela organiza a unidade e a luta dos contrários.

Se a formação discursiva é constituída pela diferença, pela divergência e pela igualdade, a forma-sujeito também o é. Sobre isso Courtine (1981, p. 51) afirma que chamar-se-á domínio da forma-sujeito o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber. Pode-se entender também que há mais que um desdobramento da forma-sujeito e das posições-sujeito discursivas na formação discursiva, tendo também como característica a contradição. A esse respeito, Indursky (1999) afirma que “Um sujeito [...] mostra-se mais que desdobrado. Ele é um sujeito dividido, heterogêneo e disperso em relação aos saberes da formação discursiva em se que inscreve e em relação aos sentidos que mobiliza e produz, constituindo o que estou chamando de fragmentação do sujeito em AD”, e orienta a pensar em um processo de tomada-de-posição do sujeito ante a ideologia que lhe é constitutiva.

Com base nas relações com as condições de produção do discurso analisado posso dizer que o discurso jornalístico, enquanto mantenedor de sentidos intitucionalizados, vai escrevendo ininterruptamente a história dos (seus) sentidos. O que está colocado na base da polêmica discursiva sobre o Referendo do Comércio de Armas é justamente a idéia do consumo e do direito ao consumo (de armas e munição). Portanto, trata-se de uma formação social capitalista que vai construir o seu presente com base em uma prática (voto) que nada mais é que o efeito democrático via participação direta. Esta formação social comporta em si

a referência ideológica do Estado democrático de direito que deve assegurar à nação os serviços públicos que garantam a manutenção da propriedade privada e a segurança desta.

O discurso do Referendo do Comércio de Armas gera a polêmica entre a manutenção do comércio de armas e munição ou não, tendo em vista a garantia da vida e dos direitos de todo cidadão pelo Estado ante o retrato da violência urbana que assola o país. Portanto, para representar as condições de produção que sustentam os efeitos de sentido no discurso, localizo metodologicamente o discurso da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida, campo que abrange os dizeres de sujeitos enunciadores jornalistas e que abriga saberes advindos de outros discursos em relação com outras formações discursivas. Posso dizer que o discurso jornalístico constitui-se no fio do discurso (no nível formulação) e que, por isso, conforme Indursky (2002, 2003), se está diante de uma rede discursiva formada de formulações advindas de diferentes discursos (jurídico, político,...). É no âmbito da formação discursiva que assinalarei abordagens temáticas para a legitimação de sentidos determinados em função da formação social em que se dão.

Em Gadet e Pêcheux (2004) foram colocadas importantes reflexões sobre a história da Lingüística na luta entre o sociologismo e o logicismo e que, para esta dissertação, contribuem para entender as relações estabelecidas pela formação discursiva que acabo de nomear. Esta história da Lingüística não diz respeito ao falso debate entre o empirismo e o racionalismo, mas a uma questão do real da língua e do real da história, a uma posição materialista em Lingüística. A questão da língua, portanto, é ressaltada como questão de Estado em que “a alteridade constitui na sociedade burguesa um estado de natureza quase biológica, a ser transformado politicamente” (*Ibidem*, p. 37). Os autores apontam a “ideologia do Direito ou da Vida” que reflete o poder do estado burguês que funciona simultaneamente segundo duas figuras ideológicas: a figura jurídica do Direito e a figura biológica da Vida.

O discurso do Referendo do Comércio de Armas é reflexo desse duplo aspecto jurídico-filosófico e biológico que, nas palavras dos autores acima referidos “assinala o começo histórico da hegemonia burguesa” (*Ibidem*, p. 41). E é nessa dualidade que a língua deixa entrever seu impossível, o equívoco entre a língua e as línguas: “o impossível de dizer, o impossível de não dizer de uma determinada maneira” (*Ibidem*, p. 52), a *alíngua* de Milner.

No interior da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida tenho, portanto, a contradição marcada pela diferença e pela divergência. Para começar, marco a diferença entre os dizeres de uma posição pelo Sim no Referendo do Comércio de Armas e outra pelo Não. Estas posições se relacionam, conforme as análises de seqüências discursivas, e buscam

delimitar seu espaço e dominância no âmbito da formação discursiva. Cada uma das posições-sujeito jornalísticas vai construir um horizonte de expectativas e perspectivas sempre em relação contraditória com a outra tendência, retomando, refutando, rejeitando ou se aliando. Trato, portanto, de diferentes posições-sujeito em determinada formação discursiva em comunicação com a forma-sujeito da formação ideológica e que se comunicam com outras formações discursivas através do interdiscurso.

Ao mesmo tempo, ao perceber que a diferença era a forma pela qual cada uma das posições-sujeito se manifestava no processo de repetição discursiva, apreendi a divergência entre elas. Percebi também que a diferença pode convergir para a divergência no âmbito da formação discursiva e não somente apontava para a relação entre diferentes formações discursivas. A diferença abre para a coexistência de modos de dizer que não são homogêneos, mas que não se excluem, ou seja, coexistem no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida. Ou melhor: os diferentes modos de dizer, de alguma forma, coexistem em contradição justamente pela diferença e pela divergência, pela diversidade e pela distinção no discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas. Esses dizeres diferem pelo modo de tratamento dos direitos na formação social capitalista e ao mesmo tempo igualam-se pelo objetivo de garantir o direito à vida.

A divergência mostra as contrariedades, o duvidoso, o controverso e aparece na maneira de questionar, de pôr em dúvida, de afirmar contrários, de comparar, de equiparar, de intensificar, de negar o outro, de constatar “evidências” e de pôr à prova e restringir os pressupostos, argumentos e objetivos do discurso-outro. É como se as posições-sujeito disputassem o espaço no âmbito da formação discursiva, acusando uma a outra de não identifica-se com a forma-sujeito por discrepâncias.

Neste discurso analisado é para o leitor-cidadão imaginário que são construídos determinados sentidos por ele ter também a forma do sujeito de direito. O sujeito enunciador-jornalista conta com outras vozes em seu dizer (outros lugares, outros especialistas) e é identificado com a forma-sujeito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida, que abriga diferentes posições-sujeito na disputa por espaço, por dominância, através da contestação/acusação.

Uma das formas de apreender como o discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas constrói efeitos de sentido é retomar os limites entre o campo político e o midiático. Esse é um dos objetivos desta dissertação: compreender como o discurso jornalístico das três revistas sustenta seus efeitos de sentido no debate sobre o Referendo do

Comércio de Armas. Os meios de comunicação de massa são os meios que servem à opinião pública e à imagem política, pois através de seus discursos fazem circular determinados sentidos que colaboram ou não para decisões políticas, não somente da prática do voto, mas de outras decisões mais amplas do cenário político.

Posso dizer que a mídia traça um quadro interpretativo da política, promovendo a conversa pública e a conversação civil. Penso que em um período eleitoral (de referendo especificamente) a mídia ilustra um “ideal democrático” e os meios de comunicação têm papel preponderante por retomarem atos públicos e serem espaço para expressão das instituições sociais. A mídia em geral e o discurso jornalístico especificamente são palco para o debate público entre Estado e sociedade civil e é no período de eleições é que se configura o momento ideal para que sejam indicados porta-vozes de grupos sociais.

1.3.2 Memória discursiva e repetição

Uma das noções-chave na AD é a noção de memória discursiva. Aliada às noções de interdiscurso, condições de produção e formações imaginárias, ela abrange uma maneira de pensar a exterioridade constitutiva do discurso. Para tanto, o interior e o exterior se relacionam ininterruptamente. A importância da noção de memória discursiva para este trabalho é fundamental, pois, além de ser uma das categorias de análise, ela permite pensar nos discursos não de forma isolada, já que existem relações entre os discursos no âmbito da formação discursiva que, da mesma forma, estabelece contínuas relações com outras formações discursivas. Nesse processo, interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, o sujeito toma elementos do saber como se fossem seus e os articula em seu discurso no processo de (re)significação de seus dizeres, sob o efeito dos esquecimentos 1 e 2. Isso auxilia, também, a pensar a noção de paráfrase como trabalhada pela AD.

A noção de memória foi trabalhada por Courtine (1981), que a distingue da memorização psicológica, explicando que, em determinada conjuntura, a produção discursiva abrange formulações anteriores já enunciadas. Não me refiro a um retorno da história na atualidade ou do passado no presente ou de uma memória da ordem do cognitivo ou do psicológico, mas da ordem do discursivo. Falo do movimento discursivo em que dizeres retornam (do recalque do inconsciente e ideologicamente marcados) num movimento contínuo em que exterior e interior são interdependentes na materialidade lingüística. Atesto,

assim, o caráter da repetição/paráfrase dos discursos, pois haverá o novo, senão sob a questão do acontecimento discursivo.

Courtine (1981, p. 51-3) retoma Foucault (2005, p. 63-4) para desenvolver a questão da memória discursiva e do efeito de memória no discurso político. A memória discursiva está relacionada à noção de formação discursiva articulada à história. Para o estudioso, a materialidade da memória discursiva está relacionada à formação discursiva e aos níveis de enunciação e formulação. O autor leciona que os enunciados que constituem o saber da formação discursiva existem “no tempo longo de uma memória” e as formulações, “no tempo curto da atualidade de uma enunciação”. Portanto, o enunciado é da ordem interdiscursiva, e a formulação da ordem intradiscursiva, do fio do discurso.

No movimento entre interdiscurso e intradiscurso, quando, na atualidade de uma conjuntura discursiva, uma formulação-origem retorna, ela causa um efeito discursivo particular, um efeito de memória. Ao estudar o discurso comunista aos cristãos, Courtine trabalha a relação entre a memória e o discurso relacionados à repetição. A repetição/paráfrase, sobre a qual me deterei neste estudo, diz respeito ao estudo do pré-construído na estratificação interdiscursiva, base de constituição das redes de formulação. É na articulação dos pré-construídos (a exemplo dos enunciados divididos), do discurso-transverso e da articulação dos enunciados discursivos que se formam os enunciados. Segundo o autor, a repetição pode ocasionar uma memória lacunar, pois o interdiscurso produz pelo sujeito do discurso a recordação e a lembrança das formulações, e também seu esquecimento/apagamento.

Em Achard (1999), na perspectiva sociolinguística e discursiva, a produção discursiva do sentido está relacionada à memória, a partir da circulação dos discursos. Ao fazer uma análise da palavra “crescimento” em um enunciado da Economia Política, distingue o funcionamento entre a ‘situação’ e a ‘memória coletiva’, e diz que “A ‘memória’ intervém, no entanto, para enquadrar implicitamente a situação no espaço nacional, pela falta” (*Ibidem*, p.12), enquadramento este que pode ser deslocado, por exemplo, do cenário nacional ao mundial. E sobre a questão de se tratar da memória no processo parafrástico, ele relatará que:

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (*Ibidem*, 1999, p. 13).

Nesse estudo que envolve o processo parafrástico, o implícito, portanto, não interessa a equivalência de um dito a um não-dito em algum outro lugar discursivo, mas que fatos e que posições estão envolvidas. Quando Achard (*Ibidem*, p. 14) relaciona a palavra ao sentido, ele a observa como unidade simbólica, admitindo uma regularidade de natureza hipotética, “cujo reconhecimento a identificação permite definir em termos de repetição. Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte, [...] o operador que comanda um certo número fixo, de posições”. Nesse sentido, a cada ocorrência de um mesmo operador não disponho de sentidos estabilizados, nem sequer de um mesmo funcionamento, mas de um processo de tomada-de-posição do sujeito. Posso dizer que o discurso jornalístico funciona no processo de repetição-regularização, pois faz circular sentidos linearizados, passando ao leitor a sensação de ilusão de estar tratando da verdade e de forma imparcial, o que é um efeito.

Para compreender o processo de repetição na AD, outras noções, além das postas anteriormente, são importantes também para entender a constante relação interioridade-exterioridade no discurso. A memória discursiva, em Pêcheux (1997b, p. 32-3), coloca-se no eixo da verticalização, do pré-construído, do já-dito; enquanto no eixo da horizontalização da linguagem, da formulação, compreende-se o intradiscurso. As relações intra e interdiscursivas determinam o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam os dizeres num ciclo ininterrupto. Tendo em vista esse processo da repetibilidade, posso observar os dois eixos estruturais do discurso: a criatividade e a produtividade (paráfrase e polissemia). Alguns discursos, em determinadas condições de produção, têm tendência a determinado funcionamento nesses eixos, sem que nunca se excluam; apenas estão sob o efeito da ilusão de apagamento quando da tendência de um em detrimento de outro, pois o discurso do sujeito se formula no cruzamento das dimensões de estrutura acima colocadas.

A mídia em geral funciona conforme esse segundo critério: produz-se a variedade do mesmo (Orlandi, 2001, p. 37, 2005, p. 181). Isso pôde ser observado quando do lançamento do mote para a votação no Referendo do Comércio de Armas: a valorização do discurso do desarmamento e o retrato de uma violência urbana (que atinge o que se chama de elite), construindo um discurso com o mesmo retrato social – crimes contra cidadãos de bem que querem defender seus bens e sua vida. O discurso do desarmamento exclui aqueles cidadãos que não têm poder aquisitivo para adquirir armas de fogo e constrói um imaginário de ilegalidade que vem sempre de fora, como se o próprio capitalismo não produzisse por si desigualdades e como se a corrupção não partisse também daqueles que se dizem

representantes da segurança pública nacional (policiais e outros). Diante disso, o espectador tem a impressão de que conhece essa “realidade” ou que já viu ou ouviu “isso” em algum lugar, em algum momento, em tempos remotos. Isso é decorrente do efeito de naturalização dos sentidos no discurso jornalístico.

Orlandi (2005) auxilia a compreender a questão da memória aplicada a um *corpus* advindo da mídia impressa, como nesse caso. A autora reforça sua posição, dizendo que a mídia trabalha no processo de produção da quantidade sob a ilusão do diferente. Com isso, a mídia produz a homogeneização de seus fins ao trabalhar para historicizar seu instrumento e causar o efeito de des-historicização no espectador. No prefácio da mesma obra a autora comenta que o processo de produção do discurso passa por três momentos igualmente relevantes: constituição, formulação e circulação¹². No entanto, quando se trabalha com o discurso jornalístico, persiste a dificuldade inicial em se entender como funciona o imaginário histórico/social, devido ao efeito de estabilização dos sentidos, pois trabalha no nível da formulação e da circulação do discurso, ele trabalha com evidências e com a atualidade, ou seja, “no tempo curto da atualidade de uma enunciação” (Courtine, 1981), mas nada impede que através desses níveis se possa compreender seu processo de constituição discursiva.

No discurso jornalístico analisado, a imagem tem papel importante na construção de sentidos. Nesse contexto, Pêcheux (1999, p. 51) trabalha o entrecruzamento na memória, como tratada pela AD, entre memória individual, social e histórica e trata da imagem como operador de memória social. Ele afirma que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. E o fato de que exista assim outro interno em toda memória é, a meu ver, a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior (Pêcheux, 1999, p. 56).

Davallon (1999, p. 23-6) lembra que a imagem faz parte da memória social e diz que “a memória social estaria inteiramente e naturalmente presente nos arquivos da mídia”. O autor distingue a memória coletiva e a histórica e, por fim, trata de uma relação entre uma memória externa e uma interna. Coloca a imagem (simbolização) como operador da memória

¹² Segundo Orlandi (2005, p. 9), o processo de produção do discurso implica sua constituição, em que intervém o contexto histórico-ideológico mais amplo; sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e sua circulação, que se dá em certa conjuntura e em determinadas condições.

social numa dupla dimensão: como fato societal e fato de significação. Diz que a memória mantém uma constante relação com o acontecimento discursivo que tem como características a resistência ao tempo e a vivacidade.

A esse respeito, Pêcheux anota:

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (1999, p. 52).

Isso quer dizer que a imagem na AD não é legível, “mas opaca e muda”, ou seja, que tem o discurso a atravessá-la e constituí-la, ela é o simbólico e a simbolização. Sobre isso retomo as imagens que permeiam o texto jornalístico acerca do Referendo do Comércio de Armas. São fotos, gráficos, montagens com armas de fogo e outros que constituem com a escrita o discurso. Neste ponto a arma de fogo é trajetória de simbolização e símbolo cultural.

Mariani (1998a, p. 34) comenta que na memória social há um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou passados, em que prevalece uma determinada interpretação e o (aparente) esquecimento das demais. Há “um” sentido naturalizado à sociedade que mantém o fio da lógica narrativa. Os sentidos “esquecidos” funcionam como resíduos dentro do próprio sentido hegemônico. Além disso, há o retorno de um tempo e lugar outros. Um exemplo citado por Orlandi pode explicar melhor:

Toda vez que vamos votar, nem que não pensemos nisso, o fato de que o Brasil é um país que tortura os dissidentes políticos faz parte de nossa memória e de nossos gestos políticos. E isso não mereceu ainda sua explicitação política. Está fora da memória, como uma sua margem que nos aprisiona nos limites desses sentidos. O que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, de-significado (1999, p. 66).

Além disso, Pêcheux (1999) compreende que há um efeito de continuidade entre as épocas, ou seja, a manutenção de uma narrativa coerente para uma formação social em função da reprodução/projeção dos sentidos hegemônicos. Tal linearidade projeta uma “realidade” em que relações de poder contraditórias e censuras parecem domesticadas, constituída de lacunas (interpretações silenciadas) e deslocamentos inerentes ao próprio ato da repetição:

[...] o papel da memória é compatível com a atuação da chamada “memória histórica oficial”, sempre efetuando gestos de exclusão a tudo que possa escapar ao exercício do poder e sempre preservando a

nostalgia de um passado “bom e verdadeiro”. Ou, ao contrário, a lembrança de um passado longínquo e ruim pode encontrar-se superada pela memória de um outro passado mais recente e melhor, infância provável de um futuro promissor. Para a memória oficial se impor, é necessário esquecer para o surgimento de outros sentidos (Mariani, 1998a, p. 35-6).

Deve-se, do ponto de vista analítico, observar o retorno de interpretações que re-investem em um acontecimento, visando significá-lo sempre em uma mesma direção, pois o trabalho da memória produz certa previsibilidade, dando a ilusão que nada muda: uma previsibilidade do pensável, característica do discurso jornalístico.

[...] não podemos descartar a possibilidade de que é possível ler diferentemente história e sentido, mesmo quando perenizados pela memória oficial. E mais, não podemos negar que tanto a história e os sentidos mudam como também que a cada mudança histórica outras reconfigurações do passado e dos sentidos ocorrem. (*Ibidem*, p. 37)

Em AD a história não é nem cronologia, nem evolução, nem relação de causa-efeito. Ela é filiação, produção e mecanismos de distribuição de sentidos. É através dessa maneira de ver a história que se trará da interpretação como função da historicidade. Orlandi (2003, p. 9) afirma, ainda, que “o fato simbólico mais característico da historicidade é a interpretação”. O que interessa sobretudo nos discursos é sua historicidade e não a História propriamente dita. O acontecimento enquanto fato e não enquanto dado histórico. Fora de uma homogeneidade, a autora expõe que os aspectos que dizem respeito ao ideológico permitem que se observem os posicionamentos dos sujeitos nos/dos discursos, portanto, o que vai chamar atenção nos textos são os efeitos dessa historicidade, sempre em relação com o interdiscurso, com a memória do dizer e em determinada conjuntura sócio-histórica. Orlandi, no prefácio de *Estrutura ou acontecimento* (Pêcheux, 2002, p. 9), afirma sobre essa desterritorialização da noção de história: “Desse modo há uma função heurística ao fato de que a história “aparenta” o movimento de interpretação do homem diante dos “fatos”. Por isso a história está ‘colocada’”. Sendo assim, a AD trabalha também com o lugar desse “aparentar” e cria um espaço teórico em que se produz o descolamento da relação entre o fato colocado e o fato historicizado no discurso. Vai interessar, portanto, a historicidade constitutiva do texto.

No texto *Televisão e memória*, Orlandi (2005, p. 182) anota que as leituras homogêneas do ponto de vista do espectador, do efeito-leitor, feitas através da televisão (da mídia, enfim), geram o apagamento da memória histórica, substituindo-a por uma “memória metálica”. As formulações se transformam em várias outras, sem que haja filiação a sentidos,

mas estratificação de sentidos. Por não haver possibilidade de acesso à rede de filiações (historicidade) não se chega a tocar no nível da constituição do discurso. Esta forma de interação somente multiplica o sentido e historiciza o próprio instrumento (a televisão) ou a instituição, que é a mídia. Tem-se, portanto, o político no grau máximo, como comenta a autora, com novas formas de autoria e de textualização dos sentidos. Insiste-se sobre o mesmo e se deixa escapar o diferente.

A mídia, trabalhando no eixo da formulação, “trabalha para que a memória não trabalhe” (Orlandi, *Ibidem*), atuando para que “haja sempre já lá um “conteúdo” bloqueando o percurso dos sentidos, sua historicidade, seu movimento, seus deslocamentos”. Esse trabalho de formulação dos sentidos fica perceptível quando sentidos ficam “esquecidos” e tem-se a ilusão da facilitação da comunicação e da informação.

Do mesmo modo, para Mariani:

Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias vozes constitutivas daquele imaginário. [...] Ele também é história, ou melhor, ele está entranhado de historicidade (2003, p. 33).

Nesse ponto caracteriza-se a complexidade em se analisar o discurso jornalístico, pois ele ao mesmo tempo articula as intervenções políticas do Estado, opõe opinião a informação, questiona práticas sociais e discursos e mexe no imaginário do sujeito. Ou seja, “sob a alegação de estar informando, o jornal permanece opinativo e interpretativo, constituindo sentidos, produzindo história”; ele fixa um sentido sobre os demais possíveis em dada conjuntura, ou ainda, a memória preserva a linearidade entre passado, presente e futuro, mantendo uma “coerência interna da diacronia de uma formação social” (Gregolin, 2001). Neste cenário, sentidos outros são silenciados/excluídos temporariamente e, assim, a prática do analista tem como objetivo desenrolar tais sentidos.

Dessa forma, pode-se considerar que o discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas é um discurso que provoca a emergência da memória do presente. Nos diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vêm de seu exterior e, como comenta Gregolin (*Ibidem*, p. 71), “a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos”. Portanto, constrói o sentido como sujeito na história através da enunciação que mantém o fio de um discurso por meio do repetir, lembrar e esquecer para o sujeito leitor-cidadão imaginário.

Parafrazeando Mariani (1998a), portanto, é possível compreender que não basta apontar o sentido hegemônico, mas é necessário considerar a relação de forças que permitiu a hegemonia. A partir disso, filiar este sentido a outros com os quais pode ser relacionado é compreender *como* ele se tornou objeto para o pensamento. Com isso, partir para o mapeamento dos gestos de resistência, sinalizando os resíduos existentes para compreender como e por que aquele sentido “colou” e os demais não, isto é, que condições foram necessárias para ele fazer sentido na história daquela formação ou grupo social. Na perspectiva da AD, portanto, a memória faz parte de uma disputa de interpretações para acontecimentos presentes ou passados decorrentes do processo histórico. A memória é constitutiva do espaço político, manifestando-se diferentemente nos diferentes discursos.

1.3.3 A paráfrase discursiva e o enunciado dividido

O trabalho com a paráfrase discursiva tem dado sustentação a muitos estudos em AD. Sua importância decorre do fato de ela possibilitar apreender as relações de força e de sentido no discurso pela repetição/variação. Assim vista, ela sustenta a pertinência do trabalho com a noção de formação discursiva no discurso midiático impresso através da multiplicação de sentidos.

De início, Pêcheux (1997a, p. 172) mobiliza a noção de paráfrase, aduzindo que a formação discursiva é “espaço de reformulação-paráfrase”, longe de ser um espaço para a estabilização dos sentidos. Dessa forma, os tratamentos que visam dar um sentido às coisas ou “parar” a língua não condizem com as práticas sociais e discursivas como concebidas pela AD. Essa visão permite caracterizar o espaço discursivo como gerador de polêmica que, presente em todos os discursos, não admite o espaço em que não exista constitutivamente a contradição. Nesse espaço, o político é compreendido como um ponto de vista discursivo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido: “esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas” (Orlandi, 2005, p. 90).

Nesse direcionamento há a coexistência de diferentes saberes discursivos de diferentes posições que são discursivas e não individuais. É no espaço político que se desenvolve o discurso jornalístico *sobre* o Referendo do Comércio de Armas. Este está

constantemente refletindo (e refratando) dizeres que ora se sustentam, ora se opõem. Relacionam-se nele vozes advindas de lugares sociais e históricos em constante diálogo, portanto, um espaço discursivo produtivo para o trabalho da AD.

Ao analisar o *corpus* em questão, de mão de outras noções da AD e no que diz respeito ao trabalho com o discurso jornalístico, pode-se perceber que através da noção de paráfrase há um processo em que diferentes vozes se complementam no discurso. Ao mesmo tempo, assiste-se a uma pretensa regularidade, homogeneidade e linearidade como uma forma de manter um idealismo como reflexo da opacidade da linguagem. Neste sentido, Mariani contribui para pensar a opacidade da língua, dizendo:

Para a AD, por outro lado, a opacidade no plano da linguagem mostra sua plasticidade, e no plano da produção de sentidos, seu caráter múltiplo. Discursivamente, não há estabilidade, unidade e linearidade sem dispersão, da mesma forma não há homogeneidade sem heterogeneidade. E, ampliando um pouco mais o leque, não há história sem as práticas discursivas cotidianas que fixam ou podem modificar sentidos em disputa. Cabe ao analista de discurso trabalhar no entremeio (1998a, p. 29).

Com essas assertivas se compreendem as relações contraditórias que são refletidas na linguagem: o caráter ideológico no jurídico, nas relações de reprodução/transformação social e principalmente nas relações de trabalho e, por isso, os sentidos nunca serão os mesmos. Então, em AD, a linguagem possibilita pensar no jogo representado pelas relações de dominância na interlocução discursiva. Pode-se observar a relação ininterrupta entre dois processos articulados neste jogo: a paráfrase (repetição) e a polissemia (metáfora/deslize). A polissemia define-se como multiplicidade de sentidos. A paráfrase caracteriza-se por formulações diferentes para o mesmo sentido. E é através da remissão do discurso as suas condições de produção que se apreendem as relações de força que permitem trabalhar com o mesmo e o diferente no processo de significação dos sentidos. É a partir do funcionamento do discurso que se pode constatar a reversibilidade da interlocução. No discurso, paráfrase e polissemia, de acordo com Orlandi (1986), podem ser definidas por sua tendência, tendo em vista a sua fisionomia através do critério do grau de reversibilidade e da espécie da inferência. Em um processo parafrástico, cabe ao analista o possível reconhecimento do sentido; já no processo polissêmico, cabe a atribuição dos possíveis sentidos ao texto.

No caso desta dissertação, no discurso *sobre* o Referendo do Comércio de Armas existe um jogo de dominâncias de sujeitos/sentidos na prática discursiva e, portanto, uma reversibilidade controlada e por vezes tensa no discurso. Isso pode ser percebido nas

diferentes leituras que foram feitas da proposta do Referendo do Comércio de Armas no segundo capítulo desta parte da dissertação.

Nessa perspectiva, posso dizer que há uma seleção “natural” feita pelo falante que vai delimitando, através dos meios formais, o que diz e o que é possível dizer. Essa seleção não é feita individualmente, mas é uma apropriação da linguagem que reflete o modo como a fez, ou seja, sua ilusão de sujeito, sua interpelação pela ideologia. Portanto, o sujeito da AD não é origem nem fonte por estar representado pelo coletivo, mas é uma posição que reflete/refrata outras posições no discurso.

Um dos trabalhos que se destacam e que teve na paráfrase seu ponto de apoio foi o estudo sobre a identidade lingüístico-cultural de Serrani (1993 e 1994). Partindo de observações sobre paráfrase lingüística e ancorada na noção de paráfrase discursiva como em Courtine (1981), por exemplo, a autora trabalha com a noção de “ressonância interdiscursiva de significação”, que será produtiva para pensar o discurso desta dissertação. Através das relações e funcionamentos das formas repetidas, a autora observa ressonâncias de significação de unidades específicas e de modos de dizer. Afirma que “para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (Serrani, 1993, p. 47), ou seja, são postos em jogo vozes e discursos-outros como “espaços virtuais de leitura” do enunciado ou seqüência descrita. A noção de ressonância interdiscursiva de significação é constitutiva dos efeitos de sentido retratados nas análises deste estudo. Ao trabalhar com a construção discursiva da realidade (imaginária) de um sentido, ela auxiliará na apreensão das relações de força e de sentidos no discurso jornalístico *sobre*.

Primeiramente a noção de enunciado dividido foi trabalhada em Courtine (1981) e permitindo trabalhar para além do seu funcionamento sintático, portanto, em relação com a sua exterioridade, com a memória discursiva e com duas formações discursivas. No mesmo texto o autor chega a comentar a heterogeneidade da formação discursiva com diferentes posições-sujeito. O objetivo em tratar do enunciado dividido aliado à noção de paráfrase discursiva é o de mostrar a oposição e a contradição entre discursos e entre posições-sujeito no/do discurso tanto em relações intradiscursivas, quanto interdiscursivas. Pêcheux, ao trabalhar com a paráfrase, apresentou indícios que se referiram à noção de enunciado dividido, posteriormente legitimada em Courtine (*Ibidem*). Considera que paráfrase/repetição/ variação e enunciado dividido são noções que estão em estreita relação.

Para trabalhar com o enunciado dividido é preciso que o *corpus* discursivo permita trabalhar na coexistência de formações discursivas antagônicas, ou de uma formação

discursiva com diferentes posições-sujeito operando na divisão entre o que pode/deve ser dito e o que não pode/não deve ser dito na determinação da fronteira da formação discursiva em questão. Esta forma de trabalho permite abordar a constituição dos discursos enquanto zonas discursivamente heterogêneas, como tratado por Cazarin (1997, p. 56-7). Estes enunciados contrastivos mostram que, na análise do funcionamento discursivo, “as estruturas lingüísticas de identificação estabelecem a fronteira entre diferentes domínios de saber. É esse tipo de enunciado, por sua forma de apresentação (por sua estrutura sintática), que ele denomina ‘enunciado dividido’”, conforme a autora.

Courtine (1981, p. 92), trabalhando nesta perspectiva, afirma que a materialidade lingüística permite expor as relações interdiscursivas que materializam fronteiras entre domínios de saber através da “não-comutabilidade dos pré-construídos”. No caso desta dissertação, a Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida abriga posições-sujeito que se relacionam em seu interior pela comutabilidade dos pré-construídos (falta de segurança pública, violência urbana, criminalidade).

Nesta relação, o enunciado dividido afirma a posição da AD no que se refere à posição do sujeito no/do discurso, no processo de formação do discurso, reafirmando a sua não-intencionalidade. Neste sentido, Indursky (1997, 2000) trata do enunciado dividido dentro de outra possibilidade de análise, com duas posições que coexistem em uma formação discursiva heterogênea em relação a si própria e em suas diferentes regiões de saber. São enunciados que se dividem em diferentes posições-sujeito no âmbito de uma mesma formação discursiva. Há, portanto, o desdobramento da forma-sujeito em diversas posições-sujeito, e suas formulações trazem a diferença, pela tensão entre si, para a formação discursiva. É o saber da formação discursiva que não é mais homogêneo, havendo disputa por espaço nesta formação discursiva, nos limites do sentido que ela pode suportar.

Para dar a entender o modo de tratamento do enunciado dividido nesta dissertação, é de grande importância o funcionamento discursivo do conector condicional Se. Abaixo está colocada uma representação das relações entre posições-sujeito quando da consideração do trabalho com o enunciado dividido, pensando no discurso sobre o Referendo em uma luta pela instauração de discursos determinados no espaço da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida.

psj-Não (m/n-m)
 CP : FD : sd : EnD :----- : (contradição ↔ efeitos de sentido)
 psj-Sim (m/n-m)

CP: condições de produção
 FD: formação discursiva
 sd: seqüência discursiva
 EnD: enunciado dividido
 psj: posição-sujeito-jornalística
 m/n-m: marcado/não-marcado

O enunciado dividido permite identificar diferentes posições-sujeito contraditórias pela marca discursiva do conector condicional *Se*. No entanto, pode-se dizer que nem sempre o que está pré-construído é o dito real de determinada enunciado dividido, pois se trabalha com a noção de memória discursiva que dispensa questões referenciais de origem, lugar e tempo cronológico. Esta relação com o discurso-outro pode revelar a tensão interna, como foi dito anteriormente, isto é, aquilo que não poderia/deveria ser dito em determinada formação discursiva ou de determinado lugar no processo de significação.

1.4 O SUJEITO DE NATUREZA PSICANALÍTICA DA AD

No quadro epistemológico da AD a Psicanálise está colocada como uma teoria da subjetividade que atravessa e articula as outras três disciplinas. Leandro Ferreira (2005b, p. 213) observa que a zona de fronteira entre as disciplinas que fazem parte do quadro epistemológico da AD francesa é instável, tensa, contraditória e ao mesmo tempo fecunda. Numa zona de interfaces, a AD constitui-se na fronteira entre o sentido e o não-sentido, entre o possível e o impossível, entre a completude e a incompletude. Não há como delimitar o início de uma disciplina e de outra em seu quadro, pois elas se confundem, se imbricam, se enlaçam.

A concepção de sujeito adotada pela AD não é a de sujeito unipotente e individual, mas é aquela que se constitui num movimento que pressupõe a presença da exterioridade em relação a si mesmo e ao inconsciente, e isso implica pensar também nos sentidos como sempre sujeitos a serem outros. Neste caso, a subjetividade não corresponde ao sujeito psicológico. Esse é um deslocamento realizado pela AD na questão da subjetividade, por fazer oposição ao idealismo subjetivista que imperava nas teorias da subjetividade, conforme sublinha Henry (1997). O sujeito, então, é uma particularidade por ser constituído entre universalidade e singularidade.

1.4.1 Língua, inconsciente e ideologia

Dentre muitos outros pontos a serem refletidos sobre a Lingüística, a obra de Gadet e Pêcheux (2004) marca uma época de profundos questionamentos na área de estudos da linguagem. Em especial, ela valerá para pensar as questões que envolvem a psicanálise nos estudos discursivos. A presença de Milner (1987, *apud* Gadet e Pêcheux, 2004) atesta que as reflexões que têm na psicanálise seu ponto de apoio são produtivas e apontam para questões que dizem respeito à não-apreensão, ou impossível apreensão, dos sentidos todos na língua. Trata-se do trabalho do sujeito do desejo, que produz sentido e é produzido por ilusão necessária, porque afetado pelo inconsciente. Os autores fazem referência, então, a Milner por tratar especificamente da *lalangue* (alíngua), isto é, do real da língua. A alíngua é interdita pela língua, que em seus efeitos ora a mostra, ora a recolhe, mas nunca a exclui. Gadet e Pêcheux (2004, p. 52), retomando a tese de Milner, dizem que o real da língua da AD francesa é o lugar do impossível e que o materialismo histórico é algo que se separa politicamente do autor, pois a língua possui relação com a história e o equívoco pode ser o ponto que faz com que a língua atinja a história através da contradição e do impossível:

A tese defendida por Milner relaciona, assim, inteiramente, a possibilidade da lingüística com aquilo que a língua contém do impossível, “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira”. O Édipo lingüístico corresponde ao fato de que toda a alíngua não pode ser dita, em qualquer língua que seja. [...] Milner valoriza que “o fato de que um impossível deva dar lugar a uma proibição explícita prova que há pelo menos um lugar do qual se fale do que não se pode falar: esse lugar é a alíngua” (Gadet e Pêcheux, 2004, p. 64).

Assim, para pensar questões como a do sujeito e do sentido, faz-se necessário relacionar estas noções a uma teoria psicanalítica. Tenho em mente, no entanto, que o sujeito da AD não é o sujeito psicanalítico. O sujeito tal como entendido na AD é um sujeito do inconsciente e da ideologia. Nesse percurso, não desvinculo qualquer relação de inconsciente e ideologia na linguagem. Nessa perspectiva o sujeito é uma posição-sujeito numa relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito). Então, são diferentes indivíduos que se relacionam com a forma-sujeito de uma formação discursiva e se constituem em sujeitos ideológicos, ocupando diferentes/mesmas posições. Dessa maneira, a forma-sujeito-jornalística ao materializar os saberes por uma relação com o interdiscurso ocupa diferentes posições-sujeito. Há, portanto, lugar(es) que o sujeito ocupa para ser sujeito do que diz. Além disso, os sentidos tomados sob o efeito de evidência também reportam a relações com o estudo de base psicanalítica.

O campo da psicanálise, nesse cenário, vem a ser o campo do inconsciente, como a teoria do desejo. O sujeito da AD, sujeito desejante e assujeitado, atravessado pela teoria do inconsciente, sob o efeito dos esquecimentos 1 e 2, que, nos estudos de Orlandi (2001, p. 35-7), a partir de Pêcheux, é posto em relação à constituição do objeto da linguagem em análise. O primeiro esquecimento é da ordem do ideológico pela instância do inconsciente, transitando ininterruptamente entre o interior e o exterior, entre intradiscorso e interdiscorso, com a impressão de “livre escolha” na cadeia lingüística; e o segundo – o esquecimento 2 –, é da ordem da enunciação. Para a autora:

Concordamos em chamar esquecimento 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada (*Ibidem*).

O sujeito da AD não representa a fonte nem a origem do dizer senão na consideração do “teatro da consciência”. A consciência do dizer se deve ao efeito necessário de “ilusão do sentido” em estar à frente do processo e de impor seu desejo de controle de sentidos via inconsciente e ideologia na linguagem. Descentrado, o sujeito distancia-se do sujeito consciente, senhor de seus dizeres e de seus atos, que controla a língua. É de um sujeito marcado pela incompletude e pelo desejo de ser completo que trata a AD. Então, é com a noção de efeito de linguagem, de efeito-sujeito, que se opera, e não com a de sujeito da linguagem.

Nesse ponto há o lugar para as duas ordens do real que o analista procura entender: da língua e da história. O real da língua é mostrado por Milner (1987) como a língua materna recalcada, a alíngua, o impossível de se dizer, o impossível de não se dizer. Mesmo que a língua queira interditar a alíngua, essa se mostra em sua resistência. A partir disso, Gadet e Pêcheux (2004, p. 35, 52) retomam o real da língua de Milner relacionando-o ao real da história. Nessa obra os autores mostram que a ciência e a política produzem efeitos sobre um mesmo objeto. A AD, portanto, preocupa-se em “Entender o real como impossível ou, dito de outro modo, como ponto de ruptura, permite pensar no que sempre falta e escapa às cadeias significantes já constituídas. E no que falta se marca o descontínuo, o não-linear e com uma temporalidade de outra ordem” (Mariani, 1998b, p. 91).

Nesse sentido, no processo de interpelação-identificação é que se realizam as filiações constituídas pelas redes de memória: “memória atravessada ao mesmo tempo pelas

relações inconscientes e determinações históricas”, como atesta Mariani (*Ibidem*, p. 90). Portanto, “ser trabalhado pela língua diz respeito à entrada do sujeito em um mundo já dotado de sentidos que o antecedem. Há, nesta entrada, uma memória discursiva já organizando este mundo para o sujeito” e, portanto, o sujeito não age na escolha de sua interpelação por estar afetado pelo modo de interpelação da AD.

Assim, o real da língua é efeito da contradição constitutiva dos processos sócio-históricos. Nesse sentido, a língua não serve para tudo dizer, pois o tudo e o todo não se dizem, mas também não se apagam. Aquilo que está recalcado retorna e vaza, mesmo com medidas de contenção. Nessa relação tensa em que a língua suporta a alíngua há negociação e, a partir disso, é que surge a noção de simbólico da AD: a ressignificação. Então, por conceber o discurso enquanto “efeito de sentido entre interlocutores”, compreende-se a linguagem como prática simbólica “que se constitui pela via do significante e que se encontra na gênese do processo de constituição do sujeito”, conforme Mariani (*Ibidem*, p. 88). Portanto, não é do sujeito social caracterizado nesta dissertação como lugar empírico localizável essencialmente que trata a AD, mas do sujeito mediatizado e constituído pelo simbólico.

Nessa entrada do sujeito no simbólico é apagada a questão do processo (representação). A ilusão do sujeito como unidade funda-se no “desconhecimento/esquecimento das determinações discursivas que o constituem”, como explica Mariani (*Ibidem*). Esse efeito de evidência mostra o processo de interpelação e/ou identificação da ordem do significante (que é capaz de equívoco, deslize, falha) enquanto fundamento simbólico, sem perder caráter de unidade ou de totalidade. O equívoco, que é aquilo que está para além de controle, então, é ponto em que a língua toca a história e o inconsciente. Portanto, a pretensa liberdade do sujeito, tratada por muitos sob o aspecto da intencionalidade, não é senão um efeito necessário, pois sujeito e língua se constituem mutuamente. O sujeito é relativamente livre e relativamente determinado pelos mecanismos externos e internos. A esse respeito, Leandro Ferreira diz:

Precisamente no espaço de tensão entre essas duas forças é que a AD vai trabalhar, enfrentando a contradição entre a vontade de hipertrofia do sujeito e a submissão ao assujeitamento. Essa tendência oscilante tão própria do discurso faz com que o sujeito mantenha uma relação ativa no interior de uma formação discursiva: assim como é determinado, também a determina, por força de sua prática discursiva (2003, p. 192).

O sujeito interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente produz apagamentos e a ilusão da evidência e da transparência da linguagem. Assim sendo, pode-se antecipar que a

teoria do discurso é uma teoria da materialidade do sentido que procura dar conta da ilusão necessária do sujeito/sentido. Neste cenário, nem sujeito, nem sentido são unos ou evidentes: “Se não houvesse a FALTA, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva”, como comenta Leandro Ferreira (2004, p. 40). O real da língua faz referência a sua constituição enquanto sistema discursivo que é marcado pelo equívoco, pela falha e pela imperfeição. Real é diferente de realidade (prática social):

Para a AD, portanto, sentido e sujeito se definem por uma relação com processos significantes que não se realizam soltos, abstratamente, mas sim na historicidade. Estar exposto ao equívoco e à falha é mergulhar na opacidade dos sentidos, é estar exposto à contradição, à não-coincidência entre as palavras e as coisas, entre o que se diz e o que se quer dizer (Mariani, 1998b, p. 93).

Assim, é nas falhas do “ritual”, nos deslizamentos, na deriva de significantes, e outros, que se pode entrever no simbólico. Então, no repetível, o retorno do mesmo se processa de várias formas e não há reprodução exata. É de uma língua que falha, de texto com seus diferentes modos de significar na tensão entre paráfrase e polissemia, que o impossível (de ser dito) se inscreve. Assim, “Se, como postula a AD reterritorializando alguns conceitos da psicanálise lacaniana e do materialismo histórico, há uma materialidade do inconsciente e da ideologia, tal materialidade se dá pela e na linguagem”, como indica Mariani (1998b, p. 92).

A famosa trilogia que se baseava em transparência, univocidade e regularidade nos estudos da linguagem cede lugar a contradição, incompletude, equívoco, ambigüidade e dispersão de sentidos na AD: “Sujeito e linguagem se apresentam como estruturas que comportam esse furo, o qual se manifesta pelo estranho, enquanto categoria desencadeadora da ruptura. Linguagem, em Lacan, é o sistema que está em jogo como a língua. Este sistema precede o sujeito e o condiciona” (Leandro Ferreira, 2004, p. 43). É esse o “estranho que nos habita”. Ao mesmo tempo, a língua também é o espaço da resistência: “Daí esses jogos “linguageiros” de acréscimos, supressões, retificações, enfim, vãs tentativas de controle dos efeitos de sentidos” (Mariani, 1998b, p. 94). Eis o “jogo” que nos é proposto entre sujeito e língua no processo de significação: o jogo discursivo, as diferentes leituras.

2 O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS E AS PARÁFRASES DO DISCURSO JORNALÍSTICO *SOBRE*

Neste capítulo tenho como objetivo fazer uma análise discursiva da pergunta proposta pelo Governo no Referendo do Comércio de Armas e das paráfrases construídas no discurso jornalístico sobre esta proposta. A questão que move o olhar será a seguinte: Que possíveis leituras foram mobilizadas na formulação da pergunta proposta e nas paráfrases propostas pelo discurso jornalístico *sobre*? A partir disso, mobilizo as noções teórico-metodológicas de formação discursiva, paráfrase e enunciado dividido por serem produtivas para esta forma de considerar diferentes interpretações na linguagem.

Para tanto, faço uma explanação que inclui as condições de produção do discurso para compreender o que é e como funciona o referendo, diferenciando-o do plebiscito, enquanto um dos mecanismos de participação popular assegurados em lei, e como o discurso jornalístico retratou esta temática.

2.1 OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

No Brasil, não é comum a prática do referendo. Este foi o primeiro e, nesse sentido, o inaugural. Os mecanismos de participação popular foram criados tendo em vista o retorno da participação civil mais aberta ante as decisões de questões sociais e vem daí a resolução de o Brasil adotá-los tanto na Constituição de 1946 quanto na de 1988, artigo 14, incisos I, II e III: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III – iniciativa popular”. A despeito disso, os mecanismos de participação popular no Brasil ainda não fazem parte do cotidiano e muitos nem sequer os conhecem.

Plebiscito e referendo são as formas de consulta popular de iniciativa do Estado previstas na Constituição (1988, Artigo 14) (Aquad, 2004). No Brasil, foram realizados dois

plebiscitos e um referendo. O primeiro plebiscito aconteceu em janeiro de 1963, quando o presidencialismo substituiu o parlamentarismo como forma de governo. No segundo, o povo rejeitou a troca da república pela monarquia e optou pelo presidencialismo em lugar do parlamentarismo, em setembro de 1993 (conforme *site* do governo federal). O terceiro, o referendo, foi convocado para se optar pela manutenção ou proibição do comércio legal de armas de fogo e munição em 23 de outubro de 2005. No plebiscito o povo aprova ou não questões decisivas para o rumo do país, como o sistema de governo. No referendo, o cidadão escolhe entre ratificar ou rejeitar uma lei ou parte da lei proposta pelo Congresso. Essa delegação de poder dos representantes em favor da participação direta transfere um conflito do âmbito do Poder Legislativo para a sociedade civil nacional. Poucos conheciam, quando da realização da consulta popular, o que é, por que foi convocado e como funciona o referendo.

Então, como o discurso jornalístico tratou de amenizar a desinformação do leitor-cidadão? Os “detalhes” formais foram aparecendo através de quadros, tabelas e de “infográficos”. As informações, resumidamente, tiveram cunho didático e apareciam permeando as reportagens e os textos de opinião. Pouco se debateu sobre o Estatuto do Desarmamento ou sobre o processo legislativo. Para retratar isso, os discursos midiáticos têm um aspecto didático,

[...] uma vez que, para transmitir informações sobre acontecimentos (mediatizando, ie, dando a conhecer sobre algo), eles compõem permeados por esquemas, desenhos (...), além de definições, explicações, estatísticas, questionamentos e citações de autoridade, enfocando, assim, um acontecimento singular a partir de generalizações feitas a partir de um campo de saberes já estabelecido (Mariani, 1998a, p. 61).

Além disso, através dos dados que são veiculados nas pesquisas e estatísticas, os jornalistas matematizam as ocorrências para que os leitores-cidadãos possam ter uma visão global de problemas como o da violência urbana, da criminalidade e da segurança pública, para os quais será dada uma “solução” pelo Referendo. Estas pesquisas, por vezes comparativas, têm caráter de defesa e de refutação do discurso-outro. Com esta isenção de subjetividade o jornalístico atua à semelhança do pedagógico na forma mais autoritária, em que a mídia, no caso, a revista, sustenta seu efeito de verdade, efetivando um efeito de objetividade que torna o leitor-cidadão aquele que sempre precisa de explicações.

2.1.1 O referendo

Em 1999, um Projeto de Lei do Senado deu origem ao Estatuto do Desarmamento e, por desdobramento, à proposta do Referendo nacional. A partir dessa data organizações não governamentais – ONGs –, igrejas e movimentos sociais defensores do desarmamento da população civil (“pela paz”) foram organizando o discurso pela proibição do comércio de armas de fogo no Brasil. Além disso, muitas pesquisas apontavam a aprovação da proibição do comércio de armas por larga margem. Por um decreto legislativo aprovado em 2003 se gerou o Referendo e se dividiram as Frentes Parlamentares do Sim e do Não para organizar campanhas de esclarecimento aos eleitores pela mídia.

A partir disso, penso que a eleição seja vital para que o processo representativo se realize, bem como haja legitimação da presença popular ante às questões sociais relevantes. Nesse processo democrático os partidos políticos, sindicatos, associações, comunidades de base e principalmente a imprensa ganham espaço para coordenar e expressar a vontade popular no que se refere aos seus anseios e reivindicações, no que se refere ao pensar o útil e o nocivo na aplicação do “justo” para todos e para que se estabeleça uma parceria entre a representação e a sociedade civil mais ou menos como um mecanismo de interlocução entre representante e representado. Diferentemente de uma eleição para eleger representantes governamentais, o referendo trata de uma prática de votação que decide sobre uma temática social que tem como objetivo o bem-estar social e sua implementação será estabelecida como parte de uma lei que se encontra em vigor, nesse caso, no Estatuto do Desarmamento.

O artigo do Estatuto (2003) trata:

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. É proibida a comercialização de arma de fogo e munição em todo território nacional, salvo para as entidades previstas no art. 6º desta Lei.

Parágrafo 1º Este dispositivo, para entrar em vigor, dependerá de aprovação mediante referendo popular, a ser realizado em outubro de 2005.

Parágrafo 2º Em caso de aprovação do referendo popular, o disposto neste artigo entrará em vigor na data de publicação de seu resultado pelo Tribunal Superior Eleitoral (*on line*)

Por ser o referendo uma decisão prevista pelo Estatuto do Desarmamento, observa-se aí o processo da determinação de sentidos que têm a mídia como seu ponto de apoio na discussão. Uma sociedade civil que vive de leis e de liberdades prioriza também a individualização. Compreender o processo de implementação da lei ou de parte dela é

importante para poder apreender os efeitos do discurso jurídico no discurso social, pois as leis acompanham a conjuntura social e não o contrário. Faz-se necessária uma explanação da estrutura legislativa de retomada do processo de legitimação das leis como o que fica formalmente estabelecido no discurso por seu aspecto sócio-histórico-ideológico.

Pode-se afirmar que o sistema capitalista no discurso está representado na forma das leis que ordenam, organizam e regulam a forma do Estado, o exercício do poder, os limites de sua ação e os direitos fundamentais dos homens e suas respectivas garantias. Soares (2004) assinala que a União possui seu sistema de governo com seus órgãos e seus Poderes Públicos que funcionam para exercício de certas funções e atividades. Essa descentralização, que não é separação ou exclusão, representa um controle do poder pelo próprio poder. O artigo 2º da Constituição diz: “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”. Essa harmonia também é garantida pelo Ministério Público. Esses Poderes constituem-se em mecanismos inter-relacionados que perpetuam o Estado Democrático de Direito e evitam que os direitos fundamentais do homem sejam desrespeitados. Para que exista um Estado democrático de direito é necessário que haja Poderes de Estado e instituições independentes e em harmonia. Essa institucionalização dos Poderes limita a ação estatal e afirma os direitos do cidadão.

O Poder Legislativo Federal possui duas casas legislativas: Câmara dos Deputados (representantes do povo) e Senado Federal (representantes dos Estados e do Distrito Federal). Portanto, há representação do povo e do Estado no órgão legislativo. Formalmente, a Câmara dos Deputados tem primazia, pois é perante ela que o Presidente da República, o Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça e os cidadãos promovem a iniciativa do processo de elaboração das leis. Esse processo compreende a elaboração (legislação) de “emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções” (Soares, 2004).

O referendo nesse processo representa o processo legislativo semidireto que necessita da concordância da vontade do órgão representativo com a vontade do eleitorado para decidir assuntos de competência institucional. Nesse discurso legislativo é marcante a normatização e o distanciamento. Esse discurso que se pretende normativo traz as marcas da soberania, da generalização e da determinação da lei. Ver-se-á isso nas variações verbais: *dever*, *proibir* e outras, e nas marcas verbais temporais como o que *deve ser*, de acordo com a pergunta proposta no Referendo do Comércio de Armas. Para que o discurso marque distanciamento é necessário que se promova uma visão de efeito de objetividade e de efeito de

imparcialidade pela seriedade da lei. Em AD, esses aspectos importam enquanto efeitos de sentido. Mesmo no discurso do legislador, muitos trabalhos já apontam a subjetividade na enunciação, pois ele não é isento ou neutro; o que se constrói é um efeito de solenidade discursiva e aquilo que escapa à objetividade é visto como estilo de discurso.

O legislador tem sua posição entre as demais. Dessas concepções é que decorre uma das funções da imagem da clareza, transparência dos sentidos e objetividade na linguagem do jurídico no discurso do direito, como se a língua fosse fechada e sustentasse por si mesma a verdade/realidade dos fatos. Essa língua, Pêcheux (1990b, p. 11) trata como “nova língua de madeira da época moderna”, por sua maneira política de negar a política. No entanto, percebe-se que há, no mínimo, subjetividade na linguagem do jurídico (penal), como também aponta Soares (2004) em seu estudo. Portanto, o Referendo do Comércio de Armas é considerado evento hegemônico que apresenta uma memória social presentificada. O voto, no caso, é o processo de tomada-de-posição/consciência do social/histórico. O referendo funciona mais ou menos como a chance de o povo se unir na luta contra os problemas sociais. É o discurso político na manutenção e tentativa de permanência de sentidos mesmos geradores de polêmica. Caracteriza-se, portanto, um discurso de responsabilidade social (do Estado, da sociedade, da mídia) que recai sobre a sociedade, como poderá ser observado nas análises da segunda parte.

O discurso da responsabilidade social é o discurso que recai sobre as instituições, sobre os aparelhos ideológicos do Estado, sobre o Estado, enfim, coloca a parcela de responsabilidade de cada um, seja para proibir a comercialização de armas legais, seja para responsabilizar o sujeito pelos seus atos, seja para garantir a segurança pública. Daqui observam-se discursos que se diferenciam pela forma como constroem sua defesa no Referendo do Comércio de Armas. São dizeres que se complementam pela preocupação em diminuir a violência urbana pela defesa do direito à vida e se diferenciam pelo modo como analisam a “responsabilidade social”: de um lado, pela garantia do direito de defesa (com arma) e, de outro, pelo direito à vida (sem armas).

No dia 23 de outubro de 2005, os eleitores compareceram às urnas para decidir sobre a supressão ou não do Artigo 35 do Estatuto do Desarmamento. Com 63,94% contra 36,06%¹³ dos votos o eleitorado optou pela manutenção do comércio de armas de fogo e munição em todo o território nacional, o que atestou uma inversão das preferências captadas pelas pesquisas dos últimos anos.

¹³ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

2.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO

Muitos trabalhos realizados na área dos estudos da linguagem focalizam o discurso jornalístico no Brasil por se tratar de um campo que permite constante renovação teórica e metodológica. Mais que um meio de comunicação, pode-se dizer que a mídia é uma “máquina” ideológica. No caso, a mídia impressa semanal é responsável pelo “aprofundamento” das questões postas pelos outros meios que trabalham com a notícia diária. Ela não se detém em apenas repetir o que os outros meios veiculam. Não se trata de um campo informativo, mas de um campo que trabalha informação, interpretação e opinião/posição simultaneamente.

O discurso jornalístico é uma modalidade de *discurso sobre*. Falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala, assim, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento. Os discursos *sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória discursiva. A imprensa não é o mundo, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. Como ressalta Mariani, o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção do futuro memorável:

O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem ‘conectados’ interdiscursivamente a um “já-lá” dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo (Mariani, 1998a, p. 61).

Historicamente, a imprensa posicionava-se como veículo neutro e imparcial. Mariani (*Ibidem*) tem em seus estudos o objetivo de compreender o funcionamento do discurso jornalístico e destaca que a mídia atua na tomada de decisões políticas. A autora preocupa-se em tratar do caráter institucional na prática discursiva jornalística. Em seu funcionamento o discurso jornalístico insere o inesperado (memória) ou possível/previsível (fatos parecidos com os ocorridos anteriormente), ou seja, organiza filiações de sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Percebe-se, então, que há o entrelaçamento entre a notícia e os eventos políticos: “a imprensa tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato como pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tornando-as eventos-notícias” (*Ibidem*, p. 59). Os veículos digerem para os

leitores aquilo sobre o que se fala. “Esse processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos. Encontra-se nesse funcionamento jornalístico um dos aspectos de convencimento que envolve os leitores” (*Ibidem*, p. 60).

Em relação à história, o discurso jornalístico organiza e ordena cotidianamente os acontecimentos, de modo a mostrar que pode haver mais de uma opinião/explicação para o fato em questão, mas nunca um fato diferente do que foi relatado. A esse respeito, Mariani anota que “A imprensa deve desambigüizar o mundo” (*Ibidem*, p. 63). Nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e conseqüências, enfim, ao se didatizar o mundo exterior e o tempo em que os fatos acontecem. De outro modo, a objetividade dos fatos, isto é, seu efeito de verdade/evidência, resulta inevitavelmente de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já constituído. Sendo assim, ao relatar os acontecimentos a mídia impressa está exercendo determinação sobre sentidos e o real da língua, mesmo quando transparece, é opaco, engendrando constantemente novas significações e repondo o distanciamento entre o que a realidade é e o que ela poderia ser. Se o discurso é uma prática social, a prática do discurso não poderá ser entendida separadamente das práticas que não são discursivas, pois a relação do não-discursivo com o discursivo se dá discursivamente, por conseguinte é algo que se observa no discurso.

2.2.1 O discurso jornalístico e a violência urbana

A violência sempre fez parte da história da humanidade. Guerras, revoluções, o genocídio dos índios, colonização, escravatura, capitalismo industrial e pós-industrial e exploração da força de trabalho têm um fio costurado pelos discursos da violência. Keil (2005, p. 27-8) acrescenta ainda a falência dos mecanismos de controle social “das instituições e da contenção moral”. Com isso, não há como negar que a sociedade brasileira é violenta. Isso está refletido nos discursos da mídia (em geral), que constrói (seus) discursos sobre a violência como serviço de opinião pública. Segundo a autora, são “Violências reais e simbólicas que, em grande parte, se originam de uma violência maior, isto é, do próprio capitalismo”. Podemos citar o cenário que constitui o que se chama guerra urbana no Brasil.

São enfrentamentos sociais em disputas de poder e de delimitação de espaços, para mencionar a ponta desse *iceberg*.

Através do discurso jornalístico podemos observar a descrição de violências em suas diferentes formas, mas a violência a que me reporto é a violência do imaginário e o real da violência que se marca discursivamente. Para este estudo considero a violência urbana como sendo aquele discurso que afeta determinados sujeitos e lugares na cidade, palco das contradições. É uma maneira de traçar um mapa das cidades, de delimitar territórios, de retratar embates e lutas de classes. Através do discurso sobre a violência urbana que permeia o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas no Brasil, posso observar o cenário em que se determinam lugares sociais e discursivos que marcam a interlocução de maneira direta ou indireta, em suas participações simbólicas ou culturais, em um cenário de contradições inerentes ao discurso. Então, trato de uma violência associada às desigualdades sociais, uma violência urbana de classes, uma violência armada.

A violência urbana é uma violência que conduz à natureza das tensões sociais, “às formas atuais que traduzem essa patologia social em conflitualidade política e aos modos de expressão do sofrimento individual” (Keil, 2005, p. 36). São os paradoxos da sociedade brasileira produzindo anomalias: enquanto se quer controlar a venda de armas de fogo da legalidade, perde-se o controle do comércio da ilegalidade, sem aplicar em sua integralidade o Estatuto do Desarmamento; enquanto se projetam medidas para incluir os jovens (pobres) em programas educacionais, esquece-se que o modelo econômico produz desigualdades. Entra em cena, portanto, a violação dos direitos e a sonegação da cidadania, como destaca Keil.

2.2.2 A pergunta do Referendo do Comércio de Armas e as relações parafrásticas

Muito se comentou nas ruas sobre “ambigüidade” e “confusão” causada pela pergunta. Isso quer dizer que houve mais de uma leitura para a pergunta proposta. Daí nasceu uma das grandes inquietações como analista de discurso em tentar compreender que estranhamento seria esse.

Tradicionalmente, o “sim” antecede o “não” na *práxis*. Em uma fala espontânea: – Fulano, você quer X? Sim ou não? E raramente pensamos em colocar o “não” da resposta em primeira instância. Aparentemente, pode ser apenas uma questão de ordenamento, mas a ordem das informações revela que não há imparcialidade nem mesmo na ordem dos fatos. Há,

sim, a questão da prática em se colocar “o sim” primeiro e depois o “não”, como manda a tradição/cultura/*práxis*, alterando as expectativas do leitor-cidadão.

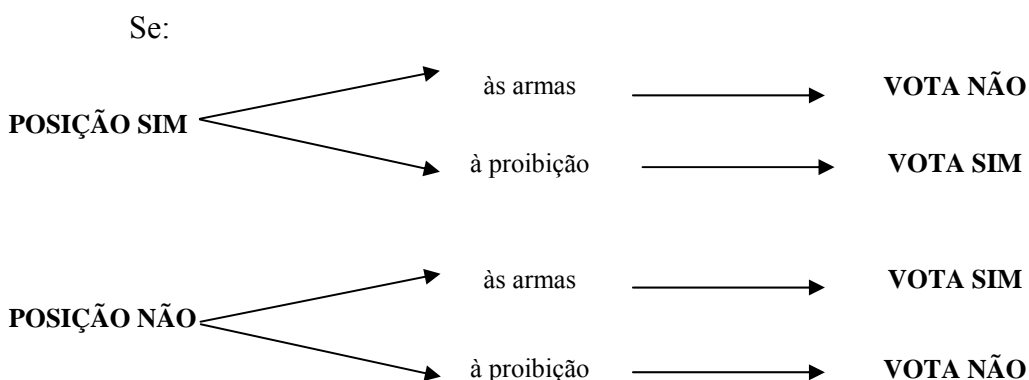
Essa temática de discurso foi abordada em algumas outras tendências de estudos da linguagem, como na pragmática por Fonseca (2006). Nesse trabalho a autora aborda questões de deslizamentos de sentido que as respostas Sim e Não causam no discurso em seu funcionamento. Para isso língua e ideologia foram trabalhadas para mostrar que linguagem é socialmente determinada nas interações sociais.

Por esse caminho é que me proponho analisar a pergunta formulada pelo Governo do Estado no Referendo do Comércio de Armas, para, a partir dessa seqüência discursiva de referência (sdr), observar alguns dos seus movimentos de sentido no discurso jornalístico:

sdr “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”

As opções de voto foram as seguintes: Posição 1 – Não; Posição 2 – Sim.

No caso da pergunta do referendo as posições estão invertidas e, mesmo intuitivamente, faz-se importante ressaltar que relações são estabelecidas a partir disso. O Não que nas formações imaginárias é Sim e o Sim que é Não. Parte do estranhamento advém das formações imaginárias que se prestam à articulação de posições-sujeito diferentes no discurso. A língua aqui desestabiliza e causa, no mínimo, a estranheza e a reflexão. Muitos tratariam essa formalização lingüística como tendo a intenção de confundir o leitor-cidadão. Em AD, desloca-se para uma ruptura dos sentidos em que a estrutura e o posicionamento dos elementos enunciativos remetem a efeitos de sentido em contato com o interdiscurso. Ao se romperem com a “norma”, os sentidos se abrem e causam o estranhamento, como se a língua tivesse e conseguisse sempre dar conta do sentido pretendido ou preestabelecido. Observe-se o esquema abaixo que mostra um deslizamento semântico na linguagem, quando da pergunta do Referendo do Comércio de Armas:



De acordo com o esquema acima, tanto o eleitor que ocupa o posicionamento do Sim como o do Não podem sofrer com deslizamento da linguagem. Aquele que diz Sim à continuidade do comércio de armas de fogo e munição deverá votar Não, e o que diz Sim à proibição da venda de armas de fogo e munição deve votar Sim. O mesmo na outra posição: aquele que diz Não à venda de armas de fogo e munição deverá votar Sim, e aquele que diz Não à proibição deverá votar Não. Pode-se perceber que aquilo que causa o deslizamento é justamente a relação que o Sim e o Não estabelecem com respeito às armas, e não com a proibição do comércio de armas. O que em AD se trata de efeito metafórico.

Para além de uma ordenação intencional das referências de voto, o que observo, superficialmente, e o que se colocou nos discursos, é que a solução do problema social (foco do referendo – armas) consiste em uma decisão econômica, que é a de proibir o “comércio” de armas de fogo na própria legalidade, como explicitado na pergunta do Referendo do Comércio de Armas em relação ao Estatuto do Desarmamento (2003). Diante dessa polêmica, não podemos deixar de refletir sobre este espaço comercial que é fruto da sociedade capitalista e que, além disso, reflete a luta de classes, portanto, a relação entre discurso e ideologia.

O trabalho com a paráfrase discursiva tem dado sustentação a muitos estudos em AD. Sua importância decorre do fato de ela possibilitar apreender as relações de força e de sentido no discurso pela repetição/variação. Assim vista, ela sustenta a pertinência do trabalho com a noção de formação discursiva no discurso midiático impresso através da multiplicação de sentidos. A noção de paráfrase mostra que “a história está aí representada justamente pelos deslizamentos (paráfrases) que instalam o dizer no jogo das diferentes formações discursivas” (Orlandi, 2004a, p. 81) e, mais especificamente, das diferentes posições-sujeito no âmbito de uma formação discursiva.

Com a compreensão da importância da paráfrase discursiva e relacionada a ela, abordo a noção de enunciado dividido – EnD – em Courtine (1981). Como foi explorado na outra seção, podem-se observar relações de força e de sentido no discurso, permitindo trabalhar para além do seu funcionamento sintático, portanto, em relação com a sua exterioridade, com a memória discursiva e com formações discursivas. O objetivo ao tratar do enunciado dividido aliado à noção de paráfrase discursiva é o de mostrar a oposição e a contradição entre discursos e entre posições-sujeito no/do discurso, tanto em relações intradiscursivas quanto interdiscursivas.

Nesse sentido, Indursky (1997, 2000) trata do enunciado dividido dentro de outra possibilidade de análise, com duas posições que coexistem em uma formação discursiva heterogênea em relação a si própria e em suas diferentes regiões de saber. Fica descrita, portanto, uma segunda modalidade de enunciado dividido. É o saber da formação discursiva que não é mais homogêneo, havendo disputa por espaço nesta formação discursiva nos limites do sentido que ela pode suportar.

O enunciado dividido permite identificar diferentes posições-sujeito contraditórias pela marca discursiva do conector condicional *Se*. No entanto, nem sempre o que está implícito seja o dito real de determinada formação discursiva, pois a noção de memória discursiva dispensa questões referenciais de origem, lugar e tempo cronológico. Esta aproximação através da contestação do discurso-outro pode revelar a tensão interna, como foi dito anteriormente, isto é, aquilo que não poderia/deveria ser dito em determinada formação discursiva ou de determinado lugar no processo de significação.

Pêcheux (1997a, p. 172) observa que a formação discursiva é espaço de reformulação-paráfrase. Essa visão permite caracterizar o espaço discursivo como gerador de polêmica que, presente em todos os discursos, não admite o espaço em que não exista constitutivamente a contradição. Nesse espaço, o político é compreendido como um ponto de vista discursivo definido pelo fato de que o sentido é sempre dividido: “esta divisão tendo uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações de poder são simbolizadas” (Orlandi, 2005, p. 90).

Com essas afirmações se compreendem as relações contraditórias que são refletidas na linguagem: o caráter ideológico no jurídico, nas relações de reprodução/transformação social e, por isso, os sentidos nunca serão os mesmos. É através da remissão do discurso as suas condições de produção que se apreendem as relações de força que permitem trabalhar com o mesmo e o diferente no processo de significação dos sentidos. No discurso, paráfrase e polissemia, de acordo com Orlandi (1983), são definidas pelo critério do grau de reversibilidade e da espécie da inferência. Em um processo parafrástico cabe ao analista o possível reconhecimento (reprodução) do sentido; já com a leitura polissêmica, cabe a ele a atribuição dos possíveis sentidos ao texto.

Dessa forma, trato da noção de deslizamento (efeito metafórico, paráfrases) na AD que está relacionada, também, à noção de formação discursiva em sua relação com a formação ideológica. Para que seja melhor entendido, Pêcheux ressalta que

a região da ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica: mais particularmente, o funcionamento da instância ideológica deve ser concebido como “determinado em última instância” pela instância econômica, na medida em que aparece como uma das condições (não-econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a essa base econômica (1997b, p. 165).

Nessa concepção, o discurso é materialidade ideológica. Isso significa trabalhar as formações ideológicas compostas necessariamente (inerentes) de uma ou várias formações discursivas interligadas e que derivam de condições de produção (produção de um efeito, conforme dito por Pêcheux (*Ibidem*, p. 167)) na consideração da interpelação. A formação discursiva, portanto, “existe historicamente no interior de determinadas relações de classes”, na relação interdiscursiva com outras formações discursivas. Nessa relação de uma formação ideológica a uma formação discursiva está colocado o “efeito necessário de elementos ideológicos não-discursivos (representações, imagens ligadas a práticas etc.) numa formação discursiva”, o que se trata de observar o funcionamento do esquecimento 1 dessa teoria, que é inerente à prática subjetiva da linguagem. Isso mostra uma relação do sentido com a paráfrase, porque em todo dizer há memória.

Portanto, é apreendendo pontos de deriva que me proponho a analisar a pergunta do Referendo do Comércio de Armas e o que se diz sobre a formulação desta pergunta, para colocar em jogo o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado. E é também nesse lugar de interpretações que se expõe o equívoco da língua: “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (Pêcheux, 2002, p. 53-4). Sobre o equívoco, Orlandi (2004a, p. 82) afirma que a instância do sujeito permite compreender a relação com o inconsciente e na instância da história põe em contato com o como funciona a ideologia: “o que está presente por uma ausência necessária”. Isso justifica uma disciplina de interpretação determine a construção do dispositivo do analista: “as filiações históricas podem-se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes”¹⁴, porque os sentidos não são evidentes, embora pareçam ser.

O fato de se tratar da continuidade do comércio de armas no Brasil trouxe para o discurso um apelo econômico, deixando a impressão de que a proibição do comércio da legalidade acabaria com a violência armada no país. Existe uma substituição que é feita para esta pergunta tendo-se em vista aspectos sociais e históricos: a compra e venda de armas na

¹⁴ In Pêcheux (2002, p. 53-4).

legalidade e a compra e venda de armas na ilegalidade. No caso do Referendo do Comércio de Armas, o comércio da legalidade é que estava nas mãos da lei que trata do aspecto jurídico da legalidade, pois o “mercado negro” não está sob o “controle” do Estado, pelo contrário, este tenta coibi-lo, delimitá-lo, controlá-lo através das políticas públicas de punição, mas este permanece na resistência. Existe apenas no discurso a pretensão de se acabar com a violência causada pelas armas do mercado ilegal. O próprio verbo “deve” (ser) remete ao poder exercido pela autoridade/soberania do Estado no sentido de obrigação (lei), assim como o “proibido” que remete a uma série de formulações no interdiscurso. O *dever* é algo que contrasta com o *poder* (tem direito) em uma relação semântica e ao mesmo tempo se complementam no espaço público. Ao relacionar armas/violência e proibição, o eleitor será remetido ao imaginário que remete ao Sim (sim, *eu quero acabar com a violência*), mas essa dissimulação se dá porque a língua desliza e não é linear. Portanto, a língua está sujeita ao deslizamento dos sentidos, pois “O efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade” (Orlandi, 2001, p. 80).

Em Orlandi (2004b) encontra-se um estudo sobre os sinais de pontuação. Nesta concepção discursiva a autora trabalha com a noção de “acréscimo” através de dois modos de pontuação: por expansão e por inserção ou intrusão, destacando a importância de se observar o modo de interpretação e os pontos de subjetivação do sujeito no discurso. A pontuação, segundo Orlandi, “serve assim para marcar divisões, serve para separar sentidos, para separar formações discursivas, para distribuir diferentes posições dos sujeitos na superfície textual. Elas indicam modos de subjetivação” (*Ibidem*, p. 116). Torna-se produtiva a noção de acréscimo por sua relação à noção de formação discursiva.

Nesse sentido, a pontuação relaciona-se à memória “como um lembrete da memória para o sujeito” (*Ibidem*, p. 117). Ela coloca pontos de preenchimento e de vazios no discurso. Por isso a pontuação constrói uma articulação do efeito-autor e efeito-leitor que ela constrói pelo preenchimento e pela falta, ou seja, no efeito da passagem do incomensurável para o mensurável, como comenta Orlandi (*Ibidem*, p. 121). Então, a pontuação fabrica a normalidade semântica do mundo, a organização do texto, a aparência de uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para um sujeito” (*Ibidem*, p. 117).

Nessa construção de um efeito de completude, Orlandi (*Ibidem*, p. 123) assinala que “Na pontuação, gesto técnico em um processo menos técnico de subjetivação, há confronto de gestos de interpretação, expressão do confronto simbólico com o político, vestígio de outras formulações possíveis, conformação da política do dizer”. Neste sentido, propõe-se pensar a

pontuação na possibilidade de *substituição*. No caso do discurso em análise, substituição de uma interrogação [?] por um ponto final [.] e vice-versa em um enunciado.

Para Orlandi (2004b) o ponto final exclui o que não está lá, mas em outro lugar, enquanto forma de acréscimo. Ele delimita a extensão do corpo do texto e apaga a memória. A interrogação, formalmente, serve à argüição, isto é, serve ao exame da relação entre sentidos e sujeitos no discurso. É o momento em que o discurso lança ao mesmo tempo determinado sentido a determinado sujeito sob o efeito da dúvida/certeza pelo questionamento. Os interlocutores partilham determinado sentido e com ele se identificam. O sujeito enunciador interpela “no teatro da consciência” (*Ibidem*, p. 102) o sujeito leitor, causando o efeito de evidência.

Na passagem de uma interrogação formal para uma afirmação formal e vice-versa é que se observam as contradições, abrindo espaço ao questionamento de sentidos no discurso. Podem, então, ser refletidas determinadas vozes que ressoam e delimitam seus dizeres. No caso dessa análise, tem-se a voz do sujeito enunciador governista que lança o mote de votação do Referendo do Comércio de Armas em forma de uma pergunta e que constrói um efeito de igualdade, uniformizando a sociedade brasileira e impondo uma decisão que precisa ser tomada na dependência do crivo popular. Ficam esquecidas, portanto, para o sujeito-leitor-cidadão menos avisado, as relações históricas em jogo e a voz do Poder Público sobrepõe-se à voz do povo pela popularização na substituição da pontuação. Observem-se os enunciados abaixo:

1. O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?
2. O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil.

Os dois enunciados, na substituição da pontuação, e conseqüentemente na diferença do “tom” utilizado, pode refletir mais que uma diferença estrutural, uma diferença semântico-discursiva, pois podemos perceber a “voz” que representa o discurso governista responsável pelos trâmites para que fosse realizado o Referendo do Comércio de Armas. Mais que isso, a interrogação tem a ver com uma tendência autoritária e autorizada construída na proposta.

A interrogação (caso 1) apresenta uma relação de interlocução discursiva, remetendo o questionamento ao interlocutor, ao leitor-cidadão, sem deixar de refletir a representação da imagem do Governo, no entanto, Governo efeito democrático com tudo que isso implica. Com a interrogação, o sujeito leitor-cidadão tem a possibilidade de aceitar ou não a proposta da proibição do comércio de armas de fogo e munição; apresenta-se um *pode ser proibido*. É

o questionamento do depende de você/nós a aceitabilidade da proposta ou não. Há a abertura para possibilidades de aceitação. Ao contrário do que anotei acima, que a interrogação leva a uma afirmação autoritária: *deve ser proibido*. A interrogação pede uma resposta e sustenta o efeito de responsabilidade.

Já na segunda, na afirmação, a tendência é autoritária, de ordem, do imperativo que se configura na imagem de um sujeito que tem “autoridade” para exercer tal mandado: a representação ideológica do Estado na forma da Lei. Posso dizer que existe aqui um modo de interpelação do sujeito capitalista que faz intervir o direito, a lógica e a identificação (Orlandi, 2004b, p. 104 (*Apud* Orlandi, 1987)) sob o efeito de evidência do sujeito e do sentido – literalidade. As marcas da pontuação, desta forma, podem ser manifestação da incompletude na linguagem.

Por se tratar de um discurso que também é um discurso da responsabilidade social recai sobre o cidadão a decisão a ser tomada no pleito. A esse respeito, Orlandi comenta:

O sujeito moderno – capitalista – é ao mesmo tempo livre e submisso, determinado (pela exterioridade) e determinador (do que diz): essa é a condição de sua responsabilidade (sujeito-jurídico, sujeito a direitos e deveres) e de sua coerência (Não-contradição) que lhe garantem, em conjunto, sua impressão de unidade e controle de (por) sua vontade. Não só dos outros mas até de si mesmo. Bastando ter poder... (*Ibidem*, p. 104).

Na substituição da pontuação há articulação de sujeitos e sentidos que nas diferentes formações sociais mantém uma forma material determinada historicamente: “A determinação não é uma fatalidade mecânica, ela é histórica” (*Ibidem*, p. 103). Portanto, a pontuação é um efeito e não uma causa. Através da substituição ligada à noção de formação discursiva, observam-se posições-sujeito e outras possíveis leituras por uma relação de paráfrase discursiva. O mecanismo da pontuação dá elementos para compreender o político e a ideologia no funcionamento discursivo.

Então, na substituição da pontuação tem-se a variação, as mudanças na interlocução, os diferentes modos de dizer, o processo de interpelação ampliando ou restringindo sujeitos e sentidos em determinadas condições de produção.

No Brasil, a mídia a serviço da democracia e da justiça parece ter uma determinação comum como o lugar do debate e da solução para a violência urbana, já que à imprensa cabe a função de refletir, informar, debater, entreter, e mais que tudo, mostrar a “verdade” dos fatos de forma (im)parcial. Parece que é responsabilidade da mídia estar sempre a serviço de (do

leitor, do Estado, da sociedade, dos fatos, da justiça, da história,...), atualizando, mostrando opiniões e relacionando idéias, numa luta “contra” a parcialidade (aparentemente) em prol do direito, diferentemente de outros tempos em que havia censura, por exemplo.

Lembro agora, que o discurso midiático, como afirma Mariani (1998a), é um discurso institucionalizado, que, portanto, atende a interesses e, de maneira geral, a interesses econômicos, políticos e sociais. Talvez a convocação do referendo sirva intensamente a interesses ideológicos, sem descartar interesses econômicos e políticos. Tendo em vista a deriva dos sentidos e a representação do poder de Estado em decisões pela coletividade, a imprensa, por seu lado, trata de comentar e argumentar a respeito e sugerir paráfrases supostamente substitutivas da pergunta proposta. Além disso, também houve a tentativa por parte do governo em alterar a redação da questão, como será analisado abaixo, no discurso jornalístico:

sd1¹⁵ **“Deve ser proibido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para a sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma de lei?”** tentativa de alteração da pergunta pelo relator do projeto na Comissão de Segurança Pública da Câmara, Deputado Vanderval Lima (PL-SP).

(Revista Época, 29/3/2005, Renan Calheiros defende referendo sobre venda de armas)

A sd1 apresenta a pergunta que serviria para substituir aquela proposta no projeto aceito pelo Legislativo, a qual representaria com maior “objetividade” e “clareza” a voz do povo: “Deve ser proibido, em todo o território nacional, o comércio de armas de fogo e de munições a pessoas, para a sua legítima defesa e de seu patrimônio, na forma de lei?”. Trata-se de apresentar os elementos que norteiam os dizeres da posição-sujeito, talvez em resposta à contestação de sua “clareza” e “objetividade” pelo sujeito-outro pelos acréscimos. Nesta paráfrase, são colocados na materialidade lingüística elementos que dizem respeito ao Estatuto do Desarmamento, onde será aplicada a lei. Ficam colocados os objetivos da proposta do Referendo, que são os de atender aos direitos daqueles que têm direito à propriedade de arma de fogo e, além disso, daqueles que têm poder econômico e a necessidade em defender bens das ameaças de violência nas cidades. Ficam estabelecidas, portanto, diferenças sociais, com a luta de classes apontando para o poder do Estado e o discurso da classe média sobre a defesa privada. Mesmo com a tentativa de substituição da proposta, manteve-se a pergunta primeira para votação.

¹⁵ Sd é representação para seqüência discursiva.

sd2 Metade do sucesso de uma consulta popular vem da correção e seriedade com que a questão é formulada. A pergunta do referendo do dia 23 de outubro é um disparate. Ela reduz um problema social complexo a uma simplória questão comercial. A pergunta do referendo de 23 de outubro poderia ser formulada de modo mais honesto e realista da seguinte maneira: **“O Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo?”**

(Revista Veja, 5/10/2005, Referendo da fumaça)

As duas versões colocadas nas sds 1 e 2 apresentam a contradição discursiva pela diferença e denúncia articuladas pelo interdiscurso. Na sd2 há uma posição de “ataque” aos termos da proposta do referendo e da contestação do “poder” do Estado ante ao problema que se pretende combater: a violência. O discurso do Não caracterizado como o que defende o direito de defesa (da vida e dos bens), questionando o poder do Estado ante ao problema: “O Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo?” No entanto, remete ao discurso do Governo como aquele que reduz a proibição a uma questão comercial. A discussão está no fato de se manter um direito adquirido, que é o direito que a “elite” tem de comprar armas e munição para exercer o direito de legítima defesa e o de seus bens, incluindo direito a segurança privada. A revista Veja, neste sentido, tenta deixar claro que o alvo do debate está na questão de questionar o poder do Estado ante a decisão de proibir o comércio de armas e a validade desta proibição frente ao problema grave da violência urbana, violência que afeta a classe média e o Estado. Pela contestação pode-se observar a relação entre posições-sujeito no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida.

O que há em comum e o que diferencia as duas paráfrases apresentadas nas duas sds? Têm-se, através das paráfrases, diferentes posições-sujeito no discurso que coabitam na Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida. Na sd1 é defendido o direito à defesa da vida pelo direito de compra de arma de fogo, enquanto no interdiscurso pode ser apreendido o dizer da posição-sujeito que defende a proibição do comércio de armas de fogo.

Percebe-se que o voto Sim e Não, no Referendo do Comércio de Armas diz respeito às posições sujeito em contestação no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida. Esses dizeres não se excluem, apenas confrontam suas posições, acusando o outro de não fazer parte da formação discursiva. De outra forma, a proposta marca uma condicionalidade/contestação: *Se* for aceita a proibição do comércio de armas de fogo e munição, ela acabará com a violência/criminalidade no Brasil? O conector condicional *Se* analisado discursivamente remete ao discurso-outro, mostrando a contradição e a heterogeneidade no discurso. O efeito, neste caso, é o de contraste pela divergência entre diferentes modos de dizer. Pode-se perceber, então, que as diferentes enunciações causam o

efeito de verdade: de um lado a ilusão de que se defender é essencial e não acarreta danos (como faz o herói dos contos); e de outro, a ilusão de que a proibição do comércio de armas legais vai diminuir a violência ou suprimir o direito de defesa.

A seqüência discursiva abaixo foi recortada da revista *Veja* quando da realização do Referendo do Comércio de Armas e vai comentar os sentidos construídos para o leitor-cidadão quando da formulação da pergunta. A Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida mobiliza um questionamento da pergunta proposta. Através do estudo discursivo do conector condicional *Se* na seqüência posso observar o funcionamento do discurso pela diferença e divergência entre as posições-sujeito discursivas.

sd3 A maneira como a pergunta do referendo foi formulada é, em si, desonesta. “***Se me pedissem para formular a questão do referendo de modo que o resultado fosse favorável ao desarmamento***, eu teria feito exatamente a frase que está apresentada aos eleitores”, diz José Paulo Hernandez, diretor de pesquisa da Gallup Organization. Como profissional de uma empresa de pesquisas de mercado, Hernandez tem de se preocupar em fazer perguntas que não provoquem respostas distorcidas do público pesquisado. Uma das regras é que a questão não pode ter palavras com conteúdo emocional forte. Ao juntar “armas” e “proibição”, os autores do referendo cometem esse deslize. Como o brasileiro está acostumado a relacionar armas com a criminalidade que assola o país, sua tendência natural é dizer sim à proibição, sem questionar se a medida serve para reduzir a violência.

(Revista *Veja*, 5/10/2005, Referendo da fumaça)

Uma das críticas feitas pelo sujeito-enunciador-jornalista *Veja* ao Referendo do Comércio de Armas refere-se ao fato de a questão proposta para votação suscitar interpretações contraditórias, tendo em vista o deslizamento dos sentidos. O que circulava na mídia era que, da maneira como foi formulada a pergunta – O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? –, houve a intenção de direcionar as intenções de voto a favor do desarmamento, a favor do Sim. A seqüência discursiva acima é uma amostra de como circulou no discurso do Não e de quais foram as relações de sentido.

O discurso relatado marcado na seqüência discursiva colabora para sustentar o efeito de verdade do discurso a favor do Não, com base na declaração de um especialista, isto é, uma voz que ocupa um lugar autorizado a falar, que pode/deve dizer ou não dizer, um lugar social. Neste caso, as palavras do jornalista e do especialista (pelo discurso direto) estão imbricadas na sustentação do ponto de vista discursivo como um lugar discursivo.

No caso do enunciado, a hipótese/suposição introduzida pelo conector condicional *Se* trabalha no fato da existência de uma possibilidade que pode ser verificada também através dos tempos e modos verbais: se me *pedissem*, eu *teria feito*, na construção de uma atualidade.

Decorre disso uma das formas de se tomar a língua enquanto portadora de uma função persuasiva no controle dos sentidos; a língua servindo para determinados fins, no caso, para confundir, para defender determinada posição, para enganar quando necessário. Em determinadas “mãos” ela seria uma arma contra/a favor do povo, o qual deveria considerá-la enquanto portadora de intencionalidade.

Essa não é a abordagem que a AD prioriza em seu trabalho. Nesse fato reside uma ilusão de que a língua pode ser tratada enquanto algo que pode ser contido, que pode ocultar, que funciona apenas no nível da consciência ou de uma falsa-consciência. É como se a linguagem pudesse persuadir e dominar como uma “arma” poderosa, pois ela pode *servir a* sem equívocos ou sem falhas. Nesse sentido, destaca-se que há o uso da linguagem a favor de interesses governamentais e que a Veja é capaz de mostrar ao leitor tal “equívoco” no direcionamento dos sentidos. Os leitores são alertados de que não devem acreditar nas palavras que são lançadas socialmente sem questioná-las e sem apreender o direcionamento que delas advém.

Da mesma forma, atesta-se o caráter ideológico da língua na figura de um sujeito que é afetado pelo inconsciente e, portanto, uma língua que foge ao controle, que desliza, e de um sujeito que não tem controle total porque sob o efeito do inconsciente constitutivamente. Acreditando-se dono do dizer, o sujeito está sob o efeito de uma ilusão necessária, sob o efeito do funcionamento dos esquecimentos 1 e 2. Trata-se do nível da constituição do discurso e de quando se remete à vontade de dominar a linguagem respectivamente.

O conector condicional *Se* remete/introduz o discurso-outro e, ao mesmo tempo, mostra uma outra “evidência” que apresenta a contestação entre posições-sujeito-jornalísticas no âmbito da formação discursiva estabelecendo a divergência entre elas.

Quando utilizo o recurso da paráfrase posso apreender a divergência entre posições-sujeito em relação ao interdiscurso. Através da modalidade de enunciado dividido ficam assim relacionados os diferentes dizeres entre a posição-sujeito-jornalística-Sim e Não no discurso sobre o Referendo:

Não A formulação da questão do Referendo do Comércio de Armas é favorável ao desarmamento
 sd : -----
 Sim A formulação da questão do Referendo não se apresenta favorável ao desarmamento

Justifico: se a questão fosse formulada com honestidade, se não fosse a pergunta formulada pelo Sim, não seria favorável apenas ao desarmamento. O Não sustenta o efeito de contraste através da contestação e divergência entre posições-sujeito no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida.

2.3 O DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE O REFERENDO DO COMÉRCIO DE ARMAS DE FOGO NO BRASIL

Com o entendimento quando dos deslocamentos propostos pela AD, pode-se dizer que as questões de deslizamento e paráfrase, entre outras, possuem diferenças em seu funcionamento por se ter em foco o discurso e não a língua em si. Através dessa rede teórico-metodológica é que se confere sustentação ao tratamento dado à geração de polêmica quando do Referendo do Comércio de Armas. De outra forma, não se poderiam apreender efeitos de sentido e se apreenderiam sentidos que se pretendem neutros e estáveis, fora da perspectiva da contradição discursiva. Essa a maneira sem igual de olhar para a linguagem sem o idealismo de que ela irá atender e atende às vontades e desejos humanos, considerando sua não neutralidade, de que trata a AD. E é esse olhar sobre a língua que constitui o objeto principal deste estudo: o discurso jornalístico.

Em meio à violência das cidades e à intensidade dos discursos sobre a violência é que surge o Referendo do Comércio de Armas, uma medida proposta pelo Governo para debater sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. Enfim, a importância do discurso não está em fazer os leitores/eleitores decidirem sobre em qual opção votar, se no Sim ou no Não. Mas está no fato de se tentar mostrar a “democracia” pelo voto, de dar ao povo desprovido de poder (desorganizado) a ilusão de participação nas decisões nacionais. Além disso, os argumentos do “desarmamento” e da manutenção do direito de legítima defesa são argumentos reduzidos diante do debate que deveria fortalecer a segurança e paz coletivas.

O Referendo do Comércio de Armas é o primeiro referendo brasileiro e está previsto no Estatuto do Desarmamento (2003). O cidadão, com seu voto, pode decidir pela manutenção do comércio legal de armas de fogo e munição ou pela proibição do comércio legal de armas de fogo e munição. Se por um lado se trata de estabelecer novos olhares sobre

o comércio de armas da legalidade, também se tem refletido o “mundo” da ilegalidade, do controle do comércio da ilegalidade, do mercado negro.

Através do discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas pode-se fazer o retrato de uma violência social. Portanto, a seguir, trato do referendo como mecanismo de participação popular garantido pelo direito político do cidadão em votar e da emergência desse referendo no cenário de violência urbana generalizada no Brasil. Priorizo ao que constrói o discurso jornalístico enquanto efeito de evidência para o leitor-cidadão imaginário (menos avisado ou não) na proposta da pergunta formulada no Referendo do Comércio de Armas.

Assim, posso apreender que a mídia e o Estado são instituições reguladoras de sentidos. E os sujeitos, nesse processo, sob o efeito da ilusão de serem os donos dos seus dizeres e de serem livres para (poder) dizer o que dizem, vêm mostrar o funcionamento da linguagem através de uma concepção de língua aberta e sujeita a falhas e a equívocos. Nessa perspectiva é que delineio o fio do discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas. É espaço polêmico, do político, do jurídico/justiça e da democracia por meio da ideologia. Assim, tem-se um governo que, na ilusão de atender às necessidades dos cidadãos, decide em seu nome e daí emana o seu poder. E é numa total individualização do sujeito que o discurso jornalístico constrói, embora enuncie pela coletividade e “pelo bem” geral, como se o sujeito não fosse social e histórico.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PRIMEIRA PARTE

Com base em seu quadro epistemológico, acredito que se podem perceber as relações na rede de noções da AD mobilizadas nesta dissertação. Colocar as noções a partir da *episteme* implica articular diferentes áreas do conhecimento que estão na constituição do discurso como postulado por Pêcheux e seus seguidores, sem que se tomem as noções teórico-metodológicas da área em outras significações, como naquelas tratadas nas outras tendências de estudos da linguagem. A nomenclatura pode ser a mesma, mas a significação de cada uma das noções aqui desenvolvidas ao mesmo tempo é semelhante e diferente das demais, por suas articulações.

A partir do entendimento dos deslocamentos propostos pela AD posso dizer que as questões de deslizamento, paráfrase, entre outras, possuem diferenças em seu funcionamento por que tenho em foco o discurso e não a língua em si. Através dessa rede teórico-metodológica é que concedo sustentação ao tratamento dado à polêmica discursiva do Referendo do Comércio de Armas. De outra forma, não poderia apreender efeitos de sentido fora da contradição discursiva. É essa língua do “impossível” de se dizer tudo o foco desta parte da dissertação. É dessa maneira sem igual de olhar para a linguagem sem o idealismo de que ela irá atender ou atende às vontades e desejos humanos, e considerando sua não-neutralidade, que trata a AD.

SEGUNDA PARTE

DO QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO ÀS ANÁLISES

Considerações iniciais sobre os capítulos

Nesta parte, pretendo explicar a constituição do *corpus* discursivo desta dissertação, bem como a metodologia construída para que se obtivessem os resultados que serão apontados de acordo com a Análise do Discurso francesa – AD. A partir de uma pista discursiva pergunta-se: como o conector condicional *Se* relaciona sujeito e sentidos no discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas? Quais os efeitos de sentido sustentados neste discurso *sobre*? Serão essas questões, em conformidade com aquelas colocadas na primeira parte, que nortearão as análises do *corpus* desta dissertação.

1 DAS ANÁLISES À CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DISCURSIVO

Este trabalho tem como objetivo fazer uma análise discursiva que não exclui a análise da língua, pois é através da materialização desta que se observa a trajetória e o movimento de sentidos. Assim, a análise da organização sintática pode dizer dos mecanismos lingüísticos de produção de sentidos, mas deixa a desejar quando se trata de processo e de funcionamento discursivo. O deslocamento primeiro, então, é o do estudo do funcionamento da língua para o do funcionamento do discurso, pois ao lançarmos olhares sobre o discurso o lingüístico intervém como pressuposto e tem-se, portanto, uma língua que possui a história e a ideologia como constitutivas do processo de (re)construção de sentidos. Não cabe, portanto, estabelecer limites entre os estudos lingüísticos e os discursivos. Leandro Ferreira (1999, p. 60-6) enfatiza a necessidade de um deslocamento da Sintaxe Lingüística para uma Sintaxe Discursiva para estabelecer mediação entre forma e sentido, pois esta última “permite visualizar mais claramente as relações entre os enunciados, assim como seus mecanismos de funcionamento”. A Sintaxe do Discurso, então, permite à exterioridade seu papel de constituição. Portanto, ela constrói um “observatório dos discursos” por ser a possibilidade de compreender as propriedades da língua (possível/impossível) em processo de significação.

1.1 O *CORPUS* EMPÍRICO

No processo de constituição do *corpus* discursivo desta dissertação, foi necessário o contato com a materialidade lingüística, com os textos, que considero o *corpus* empírico. Foram selecionados textos sobre o Referendo do Comércio de Armas de três revistas que circulam dentro e fora do Brasil: revista Época, revista Veja e revista IstoÉ.

REVISTAS	ANO DE FUNDAÇÃO	GRUPO A QUE PERTENCE
VEJA	1968	Abril Cultural
ÉPOCA	1998	Rede Globo
ISTOÉ	1976	Editora Três

As campanhas do Sim e do Não para o pleito no Referendo foram organizadas pelo Estado e veiculadas pela mídia, com a utilização de determinado horário de divulgação pelo rádio e pela televisão. Cada uma das frentes parlamentares – a Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas e a Frente Parlamentar pelo Direito da Legítima Defesa – empenhou-se em apresentar um discurso de esclarecimento que se aproximasse mais do eleitor, de modo a conduzi-lo a pensar sobre a sua “realidade”, sobre os problemas sociais e, principalmente, apelou para a sensação de medo/perigo gerado pela falta de segurança nacional, sempre presente nos discursos urbanos e nos sentidos públicos. Aqui não será trabalhado o conteúdo das campanhas do Estado, mas apenas serão referidas por fazerem parte de uma exposição na mídia que antecedeu o Referendo do Comércio de Armas e por estarem refletidas no discurso jornalístico. Esse seria um outro *corpus* discursivo de análise.

O Referendo do Comércio de Armas é uma medida visa decidir sobre a comercialização legal de armas de fogo e munição em todo o território nacional. O mote proposto para a votação foi: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? Essa temática tem importante relação com o Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 2003. O próprio Estatuto decide sobre o uso, registro, porte de armas e munição legais, e punição para ilegais. O Referendo deverá decidir sobre a comercialização, mas não deixa de remeter ao próprio Estatuto do Desarmamento, mesmo que indiretamente.

No Estatuto do Desarmamento constato uma construção discursivo-temática. Ele trata especificamente de “armas de fogo e munição”: *Do registro*, trata da legalidade, do

controle burocrático e quantitativo (cadastro, aquisição, autorização...) para porte de armas de fogo e munição, que é feito pelo Sistema Nacional de Armas – Sinarm –, instituído no Ministério da Justiça, no âmbito da Polícia Federal. *Do porte*, relacionada ao primeiro tópico, trata das proibições e principalmente das forças autorizadas a portar armas na legalidade para garantir segurança de bens e pessoas. Para isso, foram descritos crimes e penas para todo e qualquer cidadão que não se inclui entre os que podem portar armas de fogo e munição de forma lícita, e outros casos. *Da comercialização* de armas de fogo, restrita às Disposições Finais do Estatuto do Desarmamento, fica pendente quando da aceitação ou não da proposta do Referendo. Portanto, o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas é também o discurso sobre os efeitos do Estatuto do Desarmamento.

Inicialmente percebi que havia diferenças entre os discursos desses três veículos de imprensa, como se pode perceber nas reportagens de capa nas revistas analisadas adiante. Tendo como temática o Referendo do Comércio de Armas brasileiro, foram selecionados os textos jornalísticos destas revistas por suas peculiaridades no funcionamento discursivo e pelo trabalho na construção de um tecido de evidências. Não se trata aqui de um discurso determinado, mas de um discurso que organiza a argumentação em torno da questão social (Indursky, 2002). Em outras palavras, são discursos sociais que utilizam a “realidade” dos indivíduos, como vemos nos depoimentos presentes nas revistas, por ocasião do Referendo do Comércio de Armas, e que refletem a experiência, a violência e o perigo em que são expostas situações sociais; enfim, trata-se de sentidos públicos que atravessam o discurso jornalístico.



Edição 386, de 6/10/2005

10 mitos sobre as armas

CONTRA OU A FAVOR, AS FALSAS
IDÉIAS QUE CONTAMINAM O
DEBATE SOBRE O REFERENDO



Edição 1925, de 5/10/2005

7 razões para votar NÃO

A PROIBIÇÃO VAI DESARMAR A
POPULAÇÃO E FORTALECER O
ARSENAL DOS BANDIDOS



Nº 1875, de 12/10/2005

Referendo das Armas

7 razões para votar SIM, sete razões
para votar NÃO
SÓ VOCÊ DECIDE

A revista *Época* mostra-se preocupada em focalizar o objeto arma de fogo. A imagem da arma de fogo na capa, com um nó no cano e deitada sobre uma superfície que é um alvo, faz menção à nocividade/utilidade que a arma representa. A revista *Veja* posiciona-se contra o Referendo do Comércio de Armas, optando pela posição de voto pelo Não. Em sua capa, apresenta um cidadão com as mãos cruzadas, na representação de uma pomba (símbolo da paz) e, no entanto, sendo ameaçado por dezenas de armas de fogo. A revista *IstoÉ* coloca os dois lados do debate, como mostram as manchetes de capa, em que há uma arma apontada para o leitor-cidadão e as duas opções no entorno da arma. Através dessas diferenças e divergências é que se observam modos de dizer e o processo de tomada-de-posição do sujeito enunciador jornalista no discurso.

O público-alvo dessas três concorrentes faz parte da categoria dos “formadores de opinião”. São leitores com grau de escolaridade acima da média nacional, chamados de “elite”, como comenta Hernandes (2004, p. 14). Outro ponto importante é o fato de que cada revista, não somente na figura de seus colaboradores, mas também na do grupo a que pertence, compartilha determinados conhecimentos (pontos de vista, tomadas-de-posição) com seus leitores. Portanto, o perfil dos leitores diz muito do discurso que é analisado, e é para e sobre o perfil desses leitores imaginários que o discurso das revistas se organiza, priorizando a caracterização dos grupos aos quais pertencem.

Essas revistas foram escolhidas por sua importância no cenário nacional e por trazerem à tona a história, que é a história do Brasil e a sua história/memória de legitimação de sentidos enquanto instituições de imprensa.

Outra justificativa de escolha das revistas foi justamente o número de participações de leitores, como relatado por *Veja*. Na edição 2000, ano 40, número 11, de 21 de março de 2007, e na edição 2019, ano 40, número 30, de 1º de agosto de 2007, a revista apresenta as temáticas mais comentadas da sua história, na qual o Referendo do Comércio de Armas, que chegou a alcançar um total de 2 306 participações (por carta ou *e-mail*), ocupa o primeiro lugar no *ranking*. Esse é um motivo que me fez olhar com maior atenção para essa temática, tendo em vista o processo de construção no discurso jornalístico.

No tocante a sua periodicidade, as três revistas são semanais, impressas, e também contam com versão *on-line*. Nesta dissertação, ambas as versões são constitutivas do *corpus*¹⁶. Para fins de delimitação do *corpus* li todos os textos de todas as edições do ano de 2003, data

¹⁶ Ver relação dos textos nas Referências Bibliográficas II.

em que entrou em vigor o Estatuto do Desarmamento, até o ano de 2005, data da realização do Referendo. Selecionei os textos que tratavam da temática, totalizando 45 entre as três revistas. Estes textos não recortei exaustivamente, mas, no processo de análise e reflexão, deles foram recortadas as seqüências discursivas que compõem o *corpus* discursivo da dissertação.

1.2 SEQÜÊNCIA DISCURSIVA E SEQÜÊNCIA DISCURSIVA DE REFERÊNCIA

As seqüências discursivas são consideradas a materialidade da linguagem, isto é, a representação dos textos que foram selecionados pela temática do Referendo. Pêcheux e Fuchs (1997, p. 180), a respeito da constituição do *corpus*, consideram a superfície lingüística como “seqüência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior a frase” e afetada pelos esquecimentos 1 e 2. A partir disso, a noção de seqüência foi redefinida por Courtine (1981, p. 54-6) como “seqüência discursiva de referência” que pode ser escrita ou oral, de dimensão superior à frase e com materiais de natureza e forma variáveis. Em sua constituição, as seqüências discursivas – sds – apontam para fatores sintáticos e semânticos. Além disso, são as marcas da relação entre intradiscorso e interdiscorso, entre interioridade e exterioridade no discurso.

A primeira seqüência discursiva analisada – que é considerada nesta dissertação como seqüência discursiva de referência, ainda que não faça parte de sds tomadas dos textos das três revistas – foi a própria pergunta proposta no Referendo, conforme visto no capítulo II da primeira parte: O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil? A partir desta seqüência, as outras foram selecionadas pela sua relação de sentido em um constante movimento entre a teoria e a prática da análise do discurso, tendo em vista o funcionamento do conector condicional *Se*. Com esse olhar sobre o movimento dos sentidos, procuro analisar o funcionamento deste conector que tradicionalmente é tratado como conjunção subordinada adverbial com função condicional/hipótese em nível sintático-argumentativo nas seqüências discursivas. A partir disso, com olhares voltados ao discurso e não à materialidade lingüística, delimito o *corpus* em questão¹⁷. Esse conector me serviu para

¹⁷ Das seqüências que apresentaram o conector *Se*, foram selecionadas aquelas de função condicional, dentre outras que funcionavam como integrante, por exemplo, as quais estão reservadas para possível trabalho futuro.

pensar no funcionamento discursivo. Através de seu funcionamento, observo sujeitos e sentidos relacionados e em movimento no âmbito da FDJDV. Por seus saberes que determinam diferenças e semelhanças de modos de dizer, nela coabitam os sentidos construídos para defender este “bem precioso” que é a vida na sociedade contemporânea. Através do funcionamento do conector *Se* remetido às suas condições de produção, as sds apresentaram relações com a temática do Referendo e com a exterioridade de modo que fui apreendendo as relações de sentido e os efeitos construídos pelo discurso jornalístico.

Neste sentido, Indursky (2002, 2003) afirma que o discurso da imprensa se trava em um complexo lugar-fronteira:

fronteira entre discursos, fronteira entre argumentações dispersas, fronteira entre redes discursivas de formulações, fronteira entre diferentes processos discursivos, fronteiras entre posições-sujeito, fronteira entre designações, fronteira ente Formações Discursivas, enfim fronteira de interesses que representam um sujeito histórico instituído...

Portanto, das sds que apresentavam o conector *Se* selecionei as que apresentavam funcionamento condicional/hipótese relacionado as suas condições de produção, o que reduziu o número das sds a estas que serão apresentadas nas análises da dissertação.

1.3 O TRABALHO SOBRE AS SEQÜÊNCIAS DISCURSIVAS

A composição do *corpus* em sds é uma representação discursiva dos textos veiculados por três revistas brasileiras semanais sobre o Referendo do Comércio de Armas que se realizou em 23 de outubro de 2005. O que me interessa não é simplesmente o conteúdo desses textos/sds, mas, no funcionamento discursivo, as posições assumidas ou não no embate, já que os eleitores deveriam se posicionar pelo Sim ou pelo Não através de seu voto no Referendo. Interessa-me o funcionamento e as filiações de sentido que advêm do processo de constituição, transformação e circulação do discurso em processo que refletem o modo como a mídia tratou a temática.

Para tanto, fez-se produtivo trabalhar com a noção de enunciado dividido¹⁸ – EnD – referida por alguns estudiosos como Courtine (1981) e Indursky (1999, 2000, 2003), os quais

¹⁸ Sobre a noção, seção 1.3.3 na primeira parte.

confirmam as suas diferentes modalidades que permitem examinar as relações de sentido em formações discursivas – FDs – diferentes e entre as posições-sujeito inscritas em cada uma dessas FDs. Isso determina que através dessa maneira de retratar a linguagem posso apreender as tomadas-de-posição no discurso.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES DISCURSIVOS

No agrupamento das sds, nos recortes que serão apresentados no decorrer das análises, observei o funcionamento do conector condicional *Se* em cada uma das revistas em separado. Nesse sentido, o recorte é uma unidade discursiva. O recorte originário da construção do analista de discurso é uma representação das relações textuais referidas às condições de produção em que foram produzidas. O recorte remete à noção de polissemia. Indursky (1997, p. 47) afirma que é a partir dos objetivos propostos que são selecionadas as sds que constituirão os recortes discursivos a título de unidades discursivas e que compõem o *corpus* discursivo.

A partir das relações e articulações promovidas no discurso pelo conector *Se*, observei posições-sujeito relacionadas pela diferença e pela divergência, disputando espaço no âmbito da FDJDV. Portanto, nos discursos de cada uma das revistas, essas posições construíram um discurso, tendo em vista o leitor-cidadão imaginário na formação social capitalista.

Assim, cada uma dessas posições-sujeito, nomeadas como a posição-sujeito jornalística-Sim e a posição-sujeito-jornalística-Não, relaciona-se, por diferentes modos de dizer, com a temática em processo, sem desidentificar-se com os saberes da FD, mas com discordância.

1.5 A CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DISCURSIVO

A partir do *corpus* empírico relacionado às condições de produção tem-se um *corpus* discursivo¹⁹ (Pêcheux e Fuchs, 1997, p. 171). Na definição de Courtine (2006, p. 66), um “*corpus* discursivo é um conjunto de seqüências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a certo estado de condições de produção de discurso”. As condições de produção, portanto, constituem as seqüências discursivas que compõem o *corpus*. Neste sentido, foi levada em consideração a noção de recorte discursivo feito de seqüências discursivas. O *corpus* discursivo é o conjunto dos recortes discursivos. Pode-se, portanto, através da noção de seqüência discursiva, trabalhar nas fronteiras (porosas) dos campos lingüístico e histórico, que constituem o discursivo.

Neste processo de constituição do *corpus* discursivo, ou seja, desse conjunto de recortes apresentados que é feito de sds, em torno de uma sdr, é que se observa a construção do analista de discurso.

¹⁹ Significa considerar a materialidade lingüística sob outro olhar, o olhar interpretativo, enquanto materialidade discursiva.

2 LEITURA, DESCRIÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS FUNCIONAMENTOS DO CONECTOR *SE*

Nesse capítulo, partindo de uma paráfrase de título do capítulo de Pêcheux em *Estrutura ou acontecimento*, “Ler, Descrever, Interpretar”, quero levar em consideração a prática da leitura, a descrição das materialidades discursivas, para compreender o processo de interpretação que se refere ao modo de trabalhar com a língua em AD. Ou seja, interrogar para entender e perceber o real da língua que considera o equívoco, o furo, o impossível: “a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo [...] o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência” (Pêcheux, 2002, p. 53-5). Portanto, “...toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação”. Através dessa possibilidade de interpretar é que a AD legitima seu olhar atento a esses momentos de interpretação enquanto “atos que surgem como tomadas de posição [...], como efeitos de identificação assumidos e não negados”. Assim, este espaço discursivo é caracterizado pela contradição em que se pode questionar simultaneamente o real da língua.

De maneiras singulares as revistas analisadas apresentaram textos jornalísticos que pareceram altamente produtivos ao atuarem na tomada-de-posição no processo “democrático popular”. Revelou-se interessante abordar as diferentes formas e maneiras de enunciação como apresentadas nas revistas analisadas. Praticamente se conseguia ouvir no discurso um eco de vozes que ora se aproximavam ora se afastavam, em um constante movimento de sentidos/temáticas através do conector condicional *Se*.

Além das vozes que (se) refletem no espaço discursivo sobre o Referendo do Comércio de Armas, pode-se conceber que uma temática não está limitada a ela mesma e que qualquer debate aberto à sociedade está sempre repleto de outros temas, textos e discursos, de forma a constituí-lo e transformá-lo historicamente. Na análise do conector *Se*, portanto, tem-se a possibilidade de analisar temática(s) no discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas, sem, no entanto, querer fixar um limitado número de abordagens de um assunto ou

idéia. Trata-se de algo mais amplo e mais complexo, que é o universo em que posições-sujeito se apresentam no jogo discursivo.

Ao lançar olhares sobre os estudos tradicionais em outras tendências de estudos (às estratégias, manobras, relações, descrições...) da linguagem, pretende-se deslocar o olhar da língua para o discurso, porque neste deslocamento não se questiona apenas a dependência de termos/argumentos, mas se está questionando interlocutores e sentidos únicos. Compreender a figuração do conector em uma sd e suas condições de produção não consiste em estabelecer um sentido e sua correspondência com os demais em uma relação unívoca, mas em entender, por meio da análise do funcionamento do conector no discurso, como se constrói tal enunciação que sustenta o que se chama efeito de sentido. É esse funcionamento do conector *Se* que conduz à interpretação pertinente pelos diferentes modos de apresentação do discurso. Portanto, o conector põe em jogo não um movimento entre enunciados, mas coloca um movimento discursivo das fronteiras instáveis da FD.

2.1 O ESTUDO DO CONECTOR CONDICIONAL *SE*: DA SINTAXE AO DISCURSO

Não se pode negar a importância dos conectores para a Linguística em suas diferentes tendências e em todos os níveis de análise, e agora em AD, no deslocamento da Sintaxe Linguística para a Sintaxe Discursiva. No entanto, não se está ampliando o modo de trabalhar com conectores, mas diferenciando maneiras de considerar o funcionamento do conector enquanto marca discursiva. O conector condicional *Se* é um elemento do discurso que relaciona sentidos/sujeitos nos enunciados em suas diferentes relações e fará diferença para analisar a relação com o outro no discurso, pois “a relação com o ‘outro’ regula tudo, preenche tudo, explica tudo, tanto o sujeito quanto o sentido”, segundo Orlandi (1990, p. 38). Para tanto, será feito um apreendido do que está em circulação, em especial, sobre o conector condicional *Se* das tendências linguísticas em termos de análises sintáticas, argumentativas, textuais, enunciativas, para, a partir de então, colocá-lo no cenário discursivo²⁰ e, tendo em vista seu funcionamento discursivo, apreender posições-sujeito e os efeitos de sentido sustentados no discurso.

²⁰ Em AD, a partir do conector condicional *Se*, tem-se a possibilidade de trabalhar na constituição do discurso, que significa (re)construir o caminho de significação e não, buscar a fonte ou origem dos sentidos.

De início considera-se a *Gramática de Port-Royal*, traduzida do francês, a qual se apresenta dividida em duas partes: a primeira, preocupada com a natureza dos signos (sons, caracteres) e, a segunda, com a significação, isto é, com a maneira de utilização pelos homens para expressar seus pensamentos. A *Gramática de Port-Royal* (Arnauld e Lancelot, 2001, p. 123) fala das conjunções juntamente com os verbos e as interjeições como “palavras que significam a forma de nossos pensamentos e não propriamente os objetos de nosso pensamento”, sem classificá-las, mas expondo a importância de pensar, como no caso dessa dissertação, na importância do funcionamento do conector condicional *Se* em diferentes modos de dizer. O *Se* enquanto “conjunção” ficou classificada na lista das conjunções que “significam apenas a operação de nosso espírito” quando agrupa e desagrupa coisas, que as nega, que as considera de modo absoluto ou condicional, portanto, modos/relações para expressar pensamentos/idéias. Na distinção operada pela gramática entre o homem dotado de razão e de língua perante os outros seres, Port-Royal explica que há três operações do espírito (nomeadas como conceber, julgar e raciocinar) relacionadas e que formam o juízo. Portanto, as tendências gramaticais tradicionais, estruturais e gerativistas seguiram e seguem contemporaneamente por este caminho, que é o de partir da hipótese de que a linguagem em geral é de natureza racional.

...

Diferentemente da Gramática de Port-Royal, em Bechara (2001, p. 319-331) encontra-se o estudo da condicional *Se*. O autor trata das conjunções coordenadas como conectores e das conjunções subordinadas como transpositores “que têm por missão reunir orações²¹ num mesmo enunciado”. O condicional *Se* é classificado como transpositor por transpor a oração em nível de advérbio, habilitada a exercer a função de adjunto adverbial, com valor de circunstância de condição, sendo chamado de conjunção condicional. O autor trata das orações condicionais e hipotéticas como orações que exprimem “uma condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal; ou um fato – real ou suposto – em contradição com o que se exprime na principal” no modo de dizer argumentativo. Nesse enfoque, as orações subordinativas adverbiais condicionais não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as idéias de hipótese, eventualidade, concessão, tempo e causa sem que se possam traçar demarcações entre esses vários campos

²¹ Nesse enfoque o autor (2001:323) fala das *orações complexas* como sendo aquelas que têm um ou mais dos seus termos sintáticos sob a forma de oração subordinada, que, sozinha, considerada como unidade material constitui um texto, se este nela se resumir (p. 462), diferentemente do *grupo oracional*, que tem orações independentes, coordenadas.

do pensamento (*Ibidem*, p. 498). O tratamento dado ao transpositor demonstra que o enfoque é sintático e se estabiliza na relação entre orações dependentes ou independentes (normativo) quanto ao conteúdo que apresentam.

...

Em Neves (2000, p. 829-861), o conector condicional *Se* é tratado como conjunção subordinativa adverbial e sua construção condicional é complexa²², enquanto para outras conjunções condicionais as construções são básicas. Quanto às relações expressas, essa conjunção pode exprimir o que genericamente se pode designar como condição (se p,q – p verdadeiro e q verdadeiro). Além disso, quanto ao conteúdo, as orações condicionais antepostas, mais comuns, em relação aos textos, constituem um “apoio para referência, um tópico discursivo”, isto é, formam uma espécie de “moldura de referência” em relação à qual a oração principal é factual, ou apropriada e freqüentemente nessas orações está uma informação que não é dita como novidade. É como se o falante A propusesse uma questão e obtivesse o consentimento ou não de B para a validade do que ele propôs. A concorda com o que B revela como conhecimento partilhado e isso funciona como condicionante para o que vem na seqüência do que foi enunciado. Portanto, algumas ocorrências em seu objeto de análise tratam da relação acima explicada. Em outras, no entanto, o tópico não constitui algo informado no discurso, mas é uma informação acordada entre falante e ouvinte. Então, o falante solicita do ouvinte a afirmação ou reconhecimento da existência do tópico. A autora trata das construções condicionais ou períodos hipotéticos subdivididos em reais (factuais, estado de coisas, o que ocorre, verdadeiro, certeza), irrealis (contrafactuais, conclusão) e eventuais (potenciais, o enunciado é tido como certo desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada).

...

Na perspectiva da semântica argumentativa, Ducrot (1972, p. 178-201) trabalha com enunciados que comportem uma proposição condicional introduzida por *Se* no esquema “se p, q”. Ressalta que longe de uma relação de causa-efeito, princípios-conseqüência, condição-fato, embora possam se apresentar essas relações, o *Se* introduz um dado de hipótese. Além disso, propõe-se a analisar do ponto de vista da suposição, que é a abordagem do *Se* no ato realizado quando de seu emprego enquanto representação de “quadro do discurso”, portanto, ele leva a fazer uma hipótese solicitada e não imposta. Trata-se, então, de dois atos

²² A conjunção condicional *Se* participa de construção complexa por apresentar-se na forma *Se* + *OC* (Oração Condicional) + *OP* (Oração Principal ou Condicionada) ou *OP* + *Se* + *OC* em seus diferentes *usos*.

ilocucionais. Nesse percurso o autor diz que o *Se* marca uma relação necessária e suficiente (*Ibidem*, p. 181) e que não pode ser descrito em homônimos, como na gramática tradicional. Para esta dissertação a diferenciação entre o *Se* opositivo e o *Se* contrastivo propõe-se produtiva. Segundo Ducrot, o primeiro marca uma relação de oposição por conteúdo/conseqüência e não por forma, enquanto o contrastivo trata de uma oposição por forma como justificativa do ato de afirmação na frase principal:

[...] o ato de suposição realizado quando o locutor diz se p destina-se a justificar, não a verdade da afirmação “q”, mas sua conformidade com certas leis ou intenções de discurso (pois a verdade do que se afirma não é senão uma condição necessária, entre outras, para que a afirmação seja considerada legítima) (*Ibidem*, p. 188).

Ducrot leciona que somente se afirma q no interior da hipótese. Ele propõe situar os atos de fala sucessivos imaginariamente em situação e que, uma vez nesta situação, pode-se afirmar q. Neste sentido, a frase condicional não é afirmação sobre a realidade, mas sobre o outro, é hipótese. Por isso, o *Se* comporta um efeito retroativo que permite, também, construir hipóteses sobre o passado para remeter ao presente.

Na medida em que o universo de discurso constituído pela suposição seja um universo explicitamente reconhecido como provisório, os interlocutores não são comprometidos por ele – o que distingue do universo pressuposto. É essa distância mantida em relação à hipótese que lhe permite ser contraditória com o pressuposto, sem que a consciência lingüística experimente o sentimento de uma contradição (*Ibidem*, p.197).

Neste sentido, a possibilidade (condicionalidade, hipótese) apresentada pelo conector condicional *Se* nos discursos sobre o referendo pode causar ao mesmo tempo um comprometimento não definitivo e um encaminhamento à individualização (pelas escolhas, pelas filiações,...) do leitor-cidadão imaginário. A posição do jornalista é institucionalizada e não se permitem pressupostos próprios, mas apreendidos nos sentidos públicos.

...

Guimarães (2002), mesmo falando em outra tendência de estudo da linguagem, contribui na problematização da noção de “ligar orações”. De acordo com o autor:

Assim, se a subordinação é uma relação oracional, e a coordenação e segmentação são relações textuais, a orientação argumentativa é o modo de organização do texto cuja materialidade são a coordenação e a segmentação. Coordenação, segmentação e subordinação, cada um a seu modo, constituem aspectos do funcionamento discursivo. Por outro lado tanto a subordinação, coordenação como segmentação convivem com a polifonia da enunciação e a intertextualidade. Isto mostra como a dialogia interna percorre todo texto, independentemente da representação de unidade textual ou

oracional. / Podemos, então, de modo mais forte, dizer que a ilusão de intencionalidade se representa no funcionamento de regularidades gramaticais (construção da oração) e regularidades argumentativas e de tema/comentário (organização textual) (*Ibidem*, p. 195).

Dessa perspectiva, as conjunções são decisivas para a constituição do sentido e na organização textual por seus funcionamentos e pela argumentação que organizam. Portanto, o autor explicita que não há apenas relações entre oração, mas a diversidade de representação no enunciado e nos sentidos do/no enunciado.

Ao tratar especificamente da conjunção “quando” (*Ibidem*, p. 70-3), Guimarães observa não mais uma relação temporal, mas uma relação condicional entre as orações. Na relação enunciativa o autor destaca que pode haver condição para a possibilidade em que dois locutores contestam a fala um do outro. Ao tratar da definição de implícito, Guimarães (2006, p. 134-136) diz que no funcionamento *se...então* relacionam-se verdades: “a verdade do que se afirma na primeira parte do enunciado (a), introduzida pelo *se*, leva ao que está dito na segunda parte do enunciado (b), introduzida pela *então*”. Essa abordagem é produtiva para se pensar na questão da observação da contradição no discurso, mesmo falando que a tendência enunciativa de estudo da linguagem e outros conectores estão se relacionando por seu funcionamento à função exercida pelas conjunções condicionais (“*se*”, por exemplo), pois, à diferença do funcionamento relatado pelo autor, o conector *Se* mostra diferentes sentidos e sujeitos no discurso. Foi a opacidade no funcionamento do conector, nas relações estabelecidas no discurso, que fui movida a analisar esta marca lingüística em detrimento de outras que se mostrar mais determinantes nas articulações discursivas (por exemplo: o funcionamento do conector *mas*).

...

Na perspectiva da Análise do Discurso, Cazarin (1997) considera a conjunção *Se* como marca da heterogeneidade discursiva no confronto entre diferentes verdades. A autora cita Ducrot (1972) e lembra que Geraldi²³ fez um estudo semântico dos enunciados condicionais que foi relevante para seu estudo, e agora para este estudo, mesmo que estes estejam em perspectivas diferentes. Para os autores citados, como afirma Cazarin, há subjacente a heterogeneidade discursiva nas estruturas coordenativas e segmentativas, assumindo a existência de dois atos de fala sucessivos, de duas enunciações, o que significa

²³ GERALDI, João Wanderley. *Se a semântica fosse também pragmática... ou para uma análise semântica dos enunciados condicionais*. Dissertação de Mestrado. Campinas, 1978.

que em AD é importante pensar no conector condicional *Se* como introdutor do discurso-outro.

Neste percurso de diferentes tendências observou-se que o conector condicional *Se* fica restrito ora ao estudo sintático, ora ao argumentativo, ora ao enunciativo e que na abordagem da AD pode-se ir além, pensando a relação com o outro no discurso. De modo mais amplo, é no âmbito da AD que é possível abordar questões que envolvam a ideologia e o inconsciente. Isso leva a pensar na noção de sujeito proposta pela AD que é interpelado, portanto, é desde sempre uma tomada-de-posição e é afetado pelo inconsciente, tendo o consciente como efeito do controle necessário que o sujeito precisa exercer sobre a língua, por ser um sujeito desejante que age sob a ilusão de ser dono do saber e do dizer e sob a ilusão de poder usar a linguagem a seu favor – intencionalidade²⁴, diferente de se tratar de uma relação entre orações ou de sujeito em uma posição dentro da frase, especificamente.

Portanto, a partir dessa sondagem aborda-se a aplicação da teoria e metodologia da AD na análise do discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas, tendo o conector condicional *Se* como marca lingüística que leva o analista a apreender relações entre sujeitos e sentidos no espaço discursivo que considera a contradição como constitutiva. Para isso, foram feitos três recortes gerais que dividem os dispositivos materiais *Época*, *Veja* e *IstoÉ* para que sejam analisados em suas especificidades (diferenças e igualdades, alianças/divergências) no funcionamento discursivo, bem como nas relações discursivas que estabelecem.

²⁴ Ver seção 1.4.1, na primeira parte.

3 O FUNCIONAMENTO DO CONECTOR *SE* NAS REVISTAS ÉPOCA, VEJA E ISTOÉ

O conector condicional *Se* colabora para que se mantenham as relações de sentido/posições-sujeito, mesmo na opacidade. No caso do discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas, há algo mais forte na temática, que é a disputa para uma solução para a violência, criminalidade e falta de segurança pública, tendo como centro o debate sobre a utilidade/nocividade das armas e, mais especificamente, a proibição ou não do comércio de armas de fogo e munição legais. O que se espera é apreender como se constroem esses sentidos na contradição via modos de dizer. Através desses diferentes modos de dizer os jornalistas mostram-se preocupados em construir a atualidade para o leitor-cidadão.

Então, esta dissertação apresenta três recortes. O primeiro recorte traz as sds da revista *Época*; o segundo recorte, de *Veja*, e o terceiro traz as sds da revista *IstoÉ*. Por sua vez, cada um dos recortes subdivide-se em blocos e ainda por temáticas, que são a representação dos saberes que abriga a Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida – FDJDV – sobre o debate do Referendo. Ao mesmo tempo, está sendo observado o funcionamento do conector condicional *Se* para apreensão desses diferentes modos de dizer no âmbito desta FD. As temáticas também funcionam como as possibilidades de enunciação construídas pelo discurso.

Em cada uma das sds analisadas o conector condicional *Se* – daqui em diante pode ser referido somente como *Se* – vai operar mostrando “como” cada uma das revistas diz, para sustentar sua posição ideológica no discurso em relação com outras posições discursivas em contradição. Ao mesmo tempo, constituem-se relações entre sentidos e relações de força no âmbito da FDJDV ou de FDs teórico-metodologicamente apontadas.

3.1 PRIMEIRO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR *SE* EM ÉPOCA

Este recorte diz respeito às sds que pertencem à revista *Época*, as quais serão subdivididas tendo por critério a relação estabelecida entre as posições-sujeito inscritas na FDJDV. Isso significa dizer que as posições-sujeito se relacionam com outras formações discursivas do interdiscurso.

As sds da revista *Época* dividem-se entre as posição-sujeito-jornalística-Sim – psj-Sim – e posição-sujeito-jornalística-Não – psj-Não – em relação à FDJDV. Caracteriza-se, então, na diferença de modos de dizer que evolui para a divergência entre as posições-sujeito, o que causa efeito de contraste no interior da FD, como se cada uma delas acusasse a outra de não fazer parte dela. Isso sinaliza para o modo como foi gerada a polêmica do Referendo.

3.1.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Sim

A psj-Sim é aquela que defende o desarmamento. A psj-Não é aquela que defende a manutenção do direito de propriedade pelo comércio legal de armas de fogo e munição no Brasil, ambas pelo direito à vida. Cada uma das sds está relacionada à defesa de um enunciado que pode ser apreendido na leitura da sd.

3.1.1.1 A arma de fogo representa risco de morte à família

A sd1 mobiliza uma relação entre dizeres advindos de diferentes lugares sociais que sustentam o discurso do sujeito-enunciador-jornalista. As estatísticas de crimes de morte (homicídio e latrocínio) do discurso sobre a violência urbana em São Paulo constroem o efeito de evidência na narrativa jornalística. Além dos dados há as vozes, os lugares discursivos, que sustentam esse efeito e que são trazidos pelo sujeito-enunciador-jornalista – a do cientista político das Nações Unidas, da pesquisadora e do sociólogo que representa a ONG Viva Rio – através da marca do discurso direto e indireto.

sd1 Pesquisa da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo mostra que apenas 5% dos crimes à mão armada estão relacionados a latrocínio (roubo seguido de morte). O cientista político Guaracy Mingardi, pesquisador das Nações Unidas, explica que a maioria dos homicídios (63%) resulta do que se chama tecnicamente de “conflito interpessoal” – briga de marido e mulher, confusão entre vizinhos, quebra-paus no trânsito. Boa parte desses crimes é cometida por cidadãos comuns, gente “de bem” que simplesmente tinha uma arma na mão. “A arma torna a violência letal. Uma simples briga vira uma tragédia”, explica Josephine Bourgois, pesquisadora da ONG Viva Rio. O sociólogo Antônio Rangel, coordenador do Projeto de Controle de Armas da ONG Viva Rio, completa: “**Se a idéia é usar arma para defesa**, ela precisa estar com munição e sempre ao alcance, o que é um risco para a família. Então, de que adianta ter uma?”.
(Revista Época, 29/09/2005, *Armas na linha de tiro*)

A violência a que se refere acontece nas relações sociais de vizinhança e entre casais e no trânsito, especificamente, levando à conclusão de que ninguém nunca está livre da violência. Esses tipos de violências têm a arma de fogo como agravante, o que está de acordo com um discurso que defende a proposta colocada pelo Referendo do Comércio de Armas e com as prerrogativas do Estatuto do Desarmamento (2003) pelo direito à vida. Nesse cenário, coloca-se a necessidade de controle de armas (proibição) como condicionalidade para que seja alterada a situação de violência urbana que assola o país.

Na psj-Sim o sujeito-enunciador-jornalista organiza a contestação dos pressupostos do discurso do Não através da retomada desse discurso marcado pelo conector *Se* e acrescenta o pré-construído marcado na subordinada: a arma deve ser usada para defesa e, para isso, precisa estar com munição e sempre ao alcance.

Através da observação de ressonâncias de significação²⁵ de modo de dizer, as psj-Sim e psj-Não ficam assim colocadas em contraste pela modalidade de enunciado dividido:

	Não	O uso de arma de fogo garante a defesa da família
CP ²⁶ : sd : EnD	-----	-----
	Sim	O uso de arma de fogo apresenta risco à família

Esses enunciados divergentes marcam-se pelo diferente modo de considerar o uso de arma de fogo pela vida da família, como uma relação de diferença que evolui para a divergência pela discordância construída pelas posições-sujeito no acréscimo do pré-construído para sustentar o efeito de evidência no discurso. Embora as duas posições-sujeito defendam o direito à vida (mesma FD), nesta sd a psj-Sim acusa a psj-Não de defender exatamente o contrário do que se esperaria nesta FD. O interdiscurso enquanto discurso transversal atravessa e coloca em conexão os elementos discursivos enquanto pré-construído

²⁵ Remeto à seção 1.3.1 na primeira parte.

²⁶ As condições de produção aqui estão se referindo às formações imaginárias que remetem às relações de força (lugares sociais), relações de sentido (vozes) e a antecipação (imagens) em processo (Pêcheux, 1997b).

para o sujeito construir seu discurso e anular a reversibilidade do discurso. Funciona como se o sujeito enunciador-jornalista agisse para convencer o sujeito-leitor-cidadão da validade de seu discurso, ou seja, assegurar o efeito de verdade.

3.1.1.2 Os homicidas matam mais com armas de fogo do que com armas brancas

O discurso sobre a violência urbana atravessa o discurso sobre o Referendo do Comércio de Armas e se propõe a questionar a utilidade e a nocividade das armas de fogo para a sociedade. São apresentadas porcentagens que apontam os índices de mortes com arma de fogo (sem fonte específica) para as diferentes formas de violência, como homicídios e assassinatos, para assegurar o efeito de verdade no discurso.

sd2 Armas não matam pessoas – pessoas é que matam pessoas. Sem armas, os homicidas vão matar do mesmo jeito, usando outros instrumentos. Em termos. O argumento do outro lado é que os homicidas, em verdade, não vão “matar do mesmo jeito”. Isso porque instrumentos como facas e cassetetes são menos perigosos que as armas de fogo. A chance de morrer ao levar-se um tiro é de 75%, enquanto após uma facada é de 36%. Tanto que, no Brasil, 63,9% dos homicídios são cometidos à mão armada. Somente 19,8% dos assassinatos são com armas brancas (facas, facões, cacos, pedras). Para matar alguém com uma arma, basta apontar e disparar. Para matar alguém com uma lâmina é preciso de (sic) aproximação física muito maior, mais coragem e acertar o golpe com força em pontos letais do corpo. Em 1999, dois garotos mataram 12 colegas, um professor, feriram 24 estudantes e se suicidaram numa escola em Columbine, nos Estados Unidos. Eles tinham escopetas e duas pistolas. **Se estivessem com facas na mão**, teriam matado menos gente (os outros fugiriam mais facilmente) e poderiam ter sido dominados antes.

(Revista Época, 10/10/2005, *10 mitos sobre as armas*)

Esta sd apresenta um pré-construído não marcado na superfície lingüística (como o da sd anterior) e que trata daquilo que é consenso social: todos sabem que a violência com armas está presente no cotidiano das notícias. Com isso se constrói um efeito de evidência para o fato de que as armas de fogo “tornam a violência letal” e conseqüentemente se confere apoio à proibição da venda (não da fabricação) de armas de fogo para a redução dos crimes de morte por arma de fogo. Ao relatar um evento de violência ocorrido nos Estados Unidos, em uma escola, que mobilizou a opinião pública mundial, aciona-se, com base na sensação de perigo e medo, o imaginário de cena de crime para convencer o leitor-cidadão a votar na opção que defende a proibição do comércio de armas de fogo e munição em resposta ao discurso do concorrente (Não).

O conector condicional *Se* marca a contestação do discurso-outro que defende a manutenção do comércio de armas. Neste caso, o *Se* funciona como introdutor do discurso

que circula na FDJDV e que se caracteriza como dito na psj-Sim do discurso. Desta forma, marca-se, pelos diferentes modos de dizer, a discordância entre as posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não para sustentar o efeito de contraste no discurso. O conector *Se*, portanto, é o elemento discursivo que marca a contestação entre os dizeres na FD. Nesta cena interlocutiva, colocadas na forma de enunciado dividido, têm-se as psj-Sim e Não por efeito de contraste:

Não	Os homicidas com armas matam do mesmo jeito
CP : sd : EnD	-----
Sim	Os homicidas matam mais com armas de fogo do que com armas brancas

Esses diferentes modos de dizer sobre o caráter do homicida e a utilidade da arma de fogo se relacionam por contestação no discurso pelo Sim no Referendo. Então, contesta-se o uso de armas de fogo em defesa da vida (a favor da diminuição de mortes) e se estabelece um efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas na FDJDV.

Na psj-Sim comparam-se instrumentos de agressão, tendo em vista a possibilidade de diminuir mortes, podendo-se afirmar que este discurso contribui para defender a proibição das armas de fogo, ou seja, a proposta do Referendo. Em ressonância de significação de modo de dizer, apanha-se o dizer da psj-Não que afirma o caráter violento do homicida por “matar do mesmo jeito”. O que está sendo colocado em comum é que armas de fogo matam, mas a diferença está em considerar que o uso/porte de arma de fogo por homicidas com intenção de matar poderia ser amenizado com a proibição proposta, devido à letalidade da arma de fogo comparada a da arma branca.

3.1.1.3 Sem arma, sem morte

Na contemporaneidade o discurso da violência urbana no jornalismo traça um perfil diverso de “bandido”. Isso fica marcado na sd quando é colocada a imagem do jovem de cara fechada e arma na mão. Trabalha-se, portanto, com sentidos de cultura de violência em contraste com a cultura da solidariedade como retrato do passado. Em seguida, afirma-se que a metade dos assassinatos é cometida por cidadãos comuns portadores de armas. Pelo imaginário desse “cidadão pacato” e solidário se constrói um efeito de evidência para o fato

de ser necessário evitar que estes portem armas por serem elas condição para matar, tendo em vista o relato que trabalha um efeito de memória, transformando as relações sociais.

Uma das maneiras de fazer com que haja predomínio de um efeito de verdade é a apresentação das estatísticas, comparações, tabelas, infográficos, fatos da história, enfim, apresentar dados que “matematizam” uma realidade para o leitor, que se objetivam através do sujeito-enunciador-jornalista. Esses dados funcionam como comprovações, porque o discurso tal como o das ciências exatas imprime esse efeito à linguagem. É construído o efeito de verdade através da estatística da Organização Mundial da Saúde, que põe o Brasil no primeiro lugar em números de homicídios nesta sd.

sd3 O Brasil ainda tem samba no pé e, quando quer, faz bonito com a bola. Mas o mito do brasileiro cordial foi estilhaçado pelas balas da realidade. A imagem mais fiel da nação hoje é um jovem brasileiro de cara fechada e arma na mão. O país é campeão mundial de homicídios em números absolutos, segundo a Organização Mundial da Saúde. Se for considerada a taxa por 100 mil habitantes, ocupa o terceiro lugar no planeta. Só perde para a Colômbia, devastada pela guerrilha há 30 anos, e para El Salvador, que amargou uma guerra civil. Mais de 45 mil pessoas perdem a vida por tudo e por nada nas ruas da nação a cada ano. Uma a cada 12 minutos. Metade dos assassinatos é cometida por cidadãos sem antecedentes, de ficha limpa. Gente que, **se não tivesse uma arma na mão**. Não mataria. (sic)

(Revista Época, 18/09/2003, *Eles mataram*)

O conector condicional *Se* funciona como introdutor do discurso da psj-Sim que tenta convencer, por um efeito de memória, que a arma leva quem a porta a matar, ou seja, o *Se* introduz a contestação para a nocividade do porte de armas de fogo por cidadãos “de ficha limpa”: eles devem ser proibidos de usar/portar arma de fogo, o que leva a um efeito de contraste do dizer desta posição-sujeito com a psj-Não, que defende a preservação da vida na defesa pessoal com armas de fogo.

Pela modalidade de enunciado dividido as diferentes posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não ficam assim representadas:

Não	Os cidadãos sem antecedentes criminais que portam arma podem preservar a vida
CP : sd : EnD	-----
Sim	Os cidadãos sem antecedentes criminais que não portam arma não matam

A psj-Sim, neste caso, apresenta uma dupla negação: se não tivesse uma arma (...) não mataria: quem não porta arma, não mata, ou seja, quem porta arma, mata. É, portanto, aí que se dá o trabalho da memória discursiva, ou seja, não se trata apenas de um pressuposto (raciocínio lógico), mas do que é trazido como evidente pela memória discursiva e o que se traz como evidente, como pré-construído, é que quem porta arma de fogo, mata.

Portanto, na diferença apreendida na ressonância de significação de modo de dizer tem-se o efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas no interior da FDJDV, por se considerar a divergência entre elas pela relação que constrói o funcionamento do conector *Se* para o discurso.

3.1.1.4 O cidadão comum não deve portar arma de fogo

Um dos sentimentos que fazem parte dos efeitos do cenário do discurso da violência urbana o medo e ao mesmo tempo a impotência em agir contra a situação. Isso caracteriza uma violência do próprio imaginário. Nesse sentido, entra em debate o controle de armas de fogo legais no Brasil para diminuir essa sensação. O que está sendo colocado é a relação entre mercado legal e aumento do mercado negro de armas, devido aos números que são apresentados e que se referem aos crimes de morte (homicídios), o que sustenta o efeito de verdade no discurso. Esta violência não atinge aqueles que não têm poder aquisitivo para comprar armas. Através do retrato dos crimes cometidos pela defesa de bens ou da vida é que se fala do controle das armas legais. Portanto, para que homicídios sejam evitados, coloca-se a condição de não admitir o porte/uso de armas de fogo pelo cidadão comum.

sd4 A discussão sobre o desarmamento, antes restrita aos entusiastas das armas e aos especialistas em violência urbana, ganhou as ruas. As pessoas estão cansadas de sentir medo e querem fazer de tudo para conseguir uma vida melhor. Por isso, começam a questionar a facilidade com que se tem acesso a revólveres, espingardas, rifles, escopetas e metralhadoras. /A preocupação procede. Cerca de 70% dos homicídios, aponta estudo do especialista Guaracy Mingardi, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente (Ilanud), são cometidos por motivos fúteis – ou seja, **se a arma não estivesse na mão errada**, muitos assassinatos não seriam cometidos. ÉPOCA, nesta edição, faz uma radiografia incisiva sobre a banalização dos crimes de morte, uma infeliz estatística na qual o Brasil é líder mundial. /Além disso, a reportagem, de autoria de Solange Azevedo e Edna Dantas, traz sete depoimentos de quem matou – por ofício, por legítima defesa, insanidade, maldade ou violência. Trata-se de um impressionante retrato da violência, que faz muitos filmes de Hollywood parecerem infantis e ingênuos. (Aluizio Falcão Filho, diretor de redação)

(Revista Época, 19/09/2003, *Contra as armas*)

Esta sd da revista Época, pela voz do sujeito-jornalista, vai tratar de mortes por motivos fúteis pela atestação (pesquisa) de que muitas armas estão em mãos erradas, isto é, em mãos de delinqüentes, construindo o efeito de verdade. A arma de fogo, neste caso, é a mola propulsora do delito. O que está pré-construído é que o cidadão (mãos erradas no discurso do Sim) não tem controle emocional para portar armas de fogo, e isso confere o

efeito de evidência do discurso. Por um efeito de memória, há tentativa de convencimento para a causa de homicídios por motivos fúteis.

O conector *Se* introduz o discurso que circula na FDJDV na psj-Sim e ao mesmo tempo contesta os pressupostos do discurso do Não, marcando a divergência entre as posições-sujeito no interior desta, mesmo que de alguma maneira fique a dúvida de que essas posições-sujeito possam conviver internamente. O que acontece é que há tensão e que os saberes da FD são heterogêneos por serem o espaço da contradição.

O efeito de contraste no discurso marca-se pela divergência entre as posições-sujeito nos de modos de dizer apreendidos pela modalidade de enunciado dividido no âmbito da FDJDV:

	Não	O cidadão comum precisa de armas legais para preservar a vida
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	O cidadão comum não deve portar arma de fogo para evitar mortes

A exemplo do que se constrói na sd3, a sd4 tem em comum o fato de portar/ter/usar arma de fogo. São construídos modos diferentes que funcionam como diferentes considerações para o fato de ter arma na mão. A psj-Não ressalta o porte de arma para legítima defesa (em caso de assassinatos), na sd3 e na sd4. A psj-Sim explicita que o cidadão comum não deve ter armas para evitar mortes por motivos fúteis, na sd4, e por levar quem a porta a matar, na sd3.

O que se constrói são diferentes modos de considerar o porte de armas de fogo por cidadãos comuns, com a conseqüência de que eles, de um lado, podem causar mortes por motivos fúteis e, de outro, que eles podem se defender da morte. Assim, esses diferentes modos de dizer divergem para causar efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas em questão. Esta sd pode ser comparada à sd2 pela semelhança em apresentar a psj-Sim que, ao comparar a letalidade da morte por arma de fogo e por arma branca, traz para o discurso a possibilidade de que mortes sejam evitadas/prevenidas. No caso da sd2, o porte de arma de fogo é que causa morte em relação de diferença e divergência ao que coloca a psj-Não sobre o porte de arma de fogo por homicidas com intenção de matar/causar morte. A prevenção de morte, no caso desta sd, está na proibição do uso/porte de arma de fogo por cidadãos na psj-Sim em relação de diferença e divergência com o dizer da psj-Não, que coloca a preservação da vida com o uso/porte de arma.

3.1.1.5 O cidadão comum deve ter menos armas de fogo

Com base em dados numéricos o sujeito-enunciador-jornalista da revista *Época* vai argumentar que as armas legais também acabam ilegais, isto é, acabam fazendo parte do mercado negro. A corrupção de policiais também é fator que implica a relação entre legal e ilegal no discurso. Justifica-se com isso a proposta de proibir os cidadãos de terem armas legais como uma medida que se propõe a diminuir a violência urbana, e isso causa o efeito de verdade no discurso.

sd5 Pesquisa feita com dados de ocorrências no Rio de Janeiro mostra que 65% das armas apreendidas eram de pessoas físicas, haviam sido registradas e acabaram em mãos de bandidos. Essas armas formam a grande parte do mercado negro, que movimenta cerca de 1 bilhão. Um efeito colateral é que também há armas apreendidas pela polícia e revendidas a bandidos várias vezes seguidas. Esse comércio, como o roubo puro e simples de armas, continuará existindo. Porém, **se o cidadão comum tiver menos armas**, o preço de cada peça no mercado negro vai subir. Isso já acontece desde a entrada em vigor da nova lei. Em Santa Catarina, um revólver calibre 38 que custava R\$ 200 na favela está em R\$ 1.000. Em Porto Alegre, há quatro meses, um 38 custava R\$ 80. Hoje, vale R\$ 300. Com isso, o bandido comum – a grande maioria – tem menor possibilidade de se armar.

(Revista *Época*, 10/10/2005, *10 mitos sobre as armas*)

O sujeito-enunciador-jornalista, na sd acima, trata do crescimento e da valorização da arma de fogo no mercado negro, quando de uma possível vitória do Sim no Referendo do Comércio de Armas, o que pode diminuir a sua compra por pessoas de baixa renda, e dos ilegais pelo alto custo: um discurso econômico para a ilegalidade. Na lógica do capital, o consumo está ligado à condição financeira. Portanto, a psj-Sim apresenta esse pré-construído como sustentação de um efeito de evidência no discurso.

O conector condicional *Se* introduz o discurso que circula na FDJDV e que reflete a posição do discurso do Sim no Referendo. Portanto, nesse discurso equiparam-se mercados relacionados para tentar agir sobre eles pelo “bem comum”.

Pelo interdiscurso pode ser apreendido, na qualidade de discurso transversal, o pré-construído que sustenta o discurso do Sim no efeito de evidência. Observem-se as diferentes posições-sujeito relacionadas pela divergência no interior da FDJDV:

Não	Menos venda de armas de fogo legais, mais ilegais
CP : sd : EnD	-----
Sim	Menos armas legais, mais caras as armas ilegais, menos ilegais

A psj-Sim trabalha com a possibilidade de que armas legais acabem ilegais e a psj-Não com a conseqüente valorização do mercado negro com a proibição da venda de armas de fogo e munição na legalidade. Nessa relação de divergência o discurso marca um efeito de contraste entre as posições-sujeito pela defesa do direito à vida, seja com armas ou sem armas, marca da contradição no discurso.

Esta sd, comparada às sds 3 e 4, não apresenta negação (“não”); ela traz o “menos” para trabalhar a possibilidade de redução (não a solução) para o número de armas ilegais no país. Ao trazer a negação para o discurso, as sds 3 e 4 relacionam-se por apresentarem posições-sujeito que tratam do uso de armas de fogo na legalidade. Nesta sd, o que se apresenta é a possibilidade de diminuir as armas de fogo da ilegalidade.

3.1.2 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não

A sd6, ao contrário das anteriores, faz parte do discurso da revista *Época* que defende o discurso da psj-Não em efeito de contraste com as psj-Sim. Através dessa relação se tem uma amostra geral da polêmica gerada pelo Referendo.

3.1.2.1 Sem munição, sem proteção

A quem atinge a violência do discurso jornalístico sobre a violência urbana no discurso jornalístico sobre o Referendo? A sd afirma que atinge aqueles que possuem bens e que precisam defender esses bens e também a própria vida. A elite é que está defendendo seu direito de propriedade de arma de fogo. São esses sujeitos, e não aqueles que não têm recursos, os ameaçados na sociedade capitalista. O crime de assalto, no caso, pode ser a representação de uma busca pela igualdade de direitos pela “tomada” de bens. Legalmente, aquele que consegue adquirir uma arma não é o miserável, o sem-dinheiro, mas é o cidadão da classe média e também o poder público, tendo em vista a burocracia exigida para gozar do direito de portar arma de fogo. Para isso, *Época* apresenta a necessidade de continuar abastecendo este mercado através do comércio legal de munição: em garantia do direito de defesa por um efeito de igualdade.

- sd6 NÃO – Elias Aloan – Há cinco anos, o médico Elias Aloan, de 43 anos, estava em seu carro quando um homem armado anunciou o assalto. Numa reação de pânico, Aloan esticou a mão espalmada na direção do bandido, que, assustado com o reflexo, atirou. Sua mulher, apavorada, estava logo atrás em outro carro. Antes do segundo tiro, o médico pegou sua pistola e, em menos de cinco segundos, efetuou três disparos certos na direção do assaltante. Ferido, o bandido fugiu com o comparsa. “**Se o ‘sim’ vencer**, não poderei mais comprar munições. Serei proibido de proteger minha vida e a de minha família”, diz.
(Revista Época, 29/09/2005, *Armas na linha de tiro*)

O sujeito-enunciador-jornalista, na seqüência acima, traz a construção da cena em que há abordagem para assalto, reação do ladrão, reação do assaltado e fuga do ladrão. Uma cena típica de cinema e que coloca o retrato da violência urbana. Ao reagir, o pai de família protegeu sua vida e a dos seus, típico do herói que socorre as vítimas. Logo após, entra em cena o conector *Se*, inserindo um pré-construído através da relação interdiscursiva. As pesquisas apontavam a vitória do Sim no Referendo por larga margem (80%). Com base no efeito de verdade do discurso do Sim, o Não introduziu a possibilidade da vitória e a conseqüência para sustentar o seu discurso. Coloca-se, então, a sustentação dos dizeres da psj-Não pela contestação aos dizeres da psj-Sim, através do conector *Se*, o que constrói, pela divergência, o efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas.

Através do enunciado dividido podemos visualizar a psj-Não e apreender, no interdiscurso, o dizer da psj-Sim divergente:

Não	A proibição da venda de munição não permitirá defender a vida
CP : sd : EnD	-----
Sim	A proibição da venda de munição permitirá proteger a vida

Em comum esses diferentes modos de dizer têm a relação com o direito à vida, que faz parte dos saberes que circulam na FDJDV. A divergência encontra-se no fato de considerar a proibição como negação da defesa da vida com arma legal e a proteção da vida pela nocividade da arma de fogo. São os acréscimos no discurso que marcam a divergência e sustentam os discursos das posições-sujeito-jornalísticas. Esse efeito de contraste no discurso coloca frente a frente diferentes verdades que se complementam e que coabitam a FDJDV, mesmo que no limite permitido da convivência.

Neste contexto, percebe-se que a revista Época fez forte campanha pelo Sim, mas assim mesmo apresentou sd em defesa do Não. Esse indício mostra o efeito contraste, através do funcionamento do conector *Se*.

3.2.3 Algumas considerações sobre o Primeiro Recorte

Nesse recorte, a partir do conector *Se*, elemento discursivo marcador da contestação, a revista *Época* apresenta diferentes modos de dizer em divergência. A revista apresenta duas posições-sujeito-jornalísticas no âmbito da FDJDV (a Sim e a Não), o que confere efeito de contraste entre elas. No interior de cada uma das posições-sujeito-jornalísticas ficaram marcadas essas diferenças de modo de dizer, daí a heterogeneidade da própria posição-sujeito e desta em relação à forma-sujeito. Cada uma dessas posições-sujeito acusa a outra de não fazer parte da FD, por isso por vezes foi difícil saber se realmente essas posições faziam parte dela. Pela tensão no discurso, elas criam efeito de contraste, mesmo que complementares no modo de se relacionar com os saberes da FD.

As sds 1, 2, 3, 4 e 5 trazem para o discurso a defesa da proposta do Referendo. A sd1 mostra a divergência entre os dizeres das psj Sim e Não, considerando o uso de arma de fogo enquanto risco à família e enquanto defesa.

As sds 2 e 4 apresentam a psj-Sim afirmando a prevenção de morte pela proibição do uso/porte de armas de fogo por cidadãos e em caso de assassinato por homicidas, em contestação à defesa da manutenção do uso/porte de armas para preservar a vida.

A sd3 apresenta uma dupla negação para afirmar que as armas levam a matar inevitavelmente em divergência com o que afirma a psj-Não, pelo porte de arma para preservação/defesa da vida.

Na sd5 é apresentada uma construção que matematiza ou quantifica relativamente a realidade para o leitor-cidadão, trabalhando tecnicamente os efeitos da medida proposta no Referendo para o mercado legal e ilegal, colaborando para sustentar o efeito de verdade nos discursos.

A sd6 faz parte dos dizeres que caracterizam a psj-Não pela defesa da vida. Para isso, traz uma negação para responder/contestar as possibilidades apontadas no discurso da psj-Sim, que afirma a proteção da vida pela proibição do comércio de armas.

No quadro abaixo serão relacionados os enunciados que foram defendidos e que se relacionam pela divergência no âmbito da FDJDV, para entender os efeitos de sentido produzidos por esse discurso.

**Quadro-resumo das relações entre as posições-sujeito-jornalísticas
no discurso da revista Época**

Sds/Enunciados defendidos	Posição-sujeito-Não	Posição-sujeito-Sim	Relação de diferença-divergência entre as posições-sujeito
1 A arma de fogo representa risco de morte à família	O uso de arma de fogo garante a defesa da família	O uso de arma de fogo apresenta risco à família	Sim contesta o discurso da Não
2 Os homicidas matam mais com armas de fogo do que com armas brancas	Os homicidas com armas matam do mesmo jeito	Os homicidas podem matar mais com armas de fogo do que com armas brancas	Sim contesta o discurso da Não
3 Sem arma, sem morte	Os cidadãos sem antecedentes criminais que portam arma podem preservar a vida	Os cidadãos sem antecedentes criminais que não portam arma não matam	Sim contesta o discurso da Não
4 O cidadão comum não deve portar arma de fogo	O cidadão comum precisa de armas legais para preservar a vida	O cidadão comum não deve portar arma de fogo para evitar mortes	Sim contesta o discurso da Não
5 O cidadão comum deve ter menos armas de fogo	Menos venda de armas de fogo legais, mais ilegais	Menos armas legais, mais caras as armas ilegais, menos ilegais	Sim contesta o discurso da Não
6 Sem munição, sem proteção	A proibição da venda de munição não permitirá defender a vida	A proibição da venda de munição permitirá proteger a vida	Não contesta o discurso da Sim

Legenda: psj-: posição-sujeito-jornalística

3.2 SEGUNDO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR *SE* EM VEJA

Esse recorte vai apresentar as sds do discurso da revista Veja que marcam as relações entre as posições-sujeito-jornalísticas que coexistem na FDJDV, mesmo apresentando enunciados que defendem apenas o Não do Referendo. A revista Veja constrói um discurso baseado no discurso da responsabilidade social para sustentar o efeito de sentido de denúncia.

3.2.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não

As sds deste recorte afirmam a posição do discurso do Não no debate através do elemento marcador da contestação, o conector *Se*. Portanto, a revista Veja apresenta relação com o discurso do Sim pela modalidade de enunciado dividido que permite observar diferentes posições-sujeito no discurso em relação ao interdiscurso no âmbito de uma FD.

3.2.1.1 A proibição da venda de armas não é solução para crimes

Esta sd traz o argumento da psj-Não partindo da retomada do argumento apreendido na interdiscursividade da posição-sujeito-governista-Sim que trabalha com o efeito de evidência de que armas legais vão parar em mãos de criminosos através da venda aos criminosos ou através de roubo, assalto e outros crimes. Criminosos que tomam as armas legais. O controle de armas de fogo não se dá de maneira homogênea e segura diante do quadro da violência urbana apresentado nesse discurso.

sd7 A rigor, o único ponto em que os defensores do SIM se apóiam com maior solidez advém do fato incontestável de que algumas armas compradas legalmente acabam em mãos criminosas. Esse argumento não resiste a uma análise mais detida. Um carro pode ser roubado e usado por bandidos para fazer assaltos. Uma casa pode ser alugada e transformada por seqüestradores em cativoiro para suas vítimas. Uma arma legal pode ser roubada, furtada ou vendida ilegalmente para um bandido. **Se não é solução para os crimes listados acima proibir a venda de carros e a locação de imóveis**, por que seria solução a proibição da venda de armas?

(Revista Veja, 12/10/2005, *Um tiro na razão*)

O sujeito-enunciador-jornalista constrói seu discurso com base na responsabilidade do cidadão, do sujeito, em utilizar a arma de fogo legal, bem como toma por base o consenso de que outros objetos (carros e imóveis) também são nocivos se mal utilizados.

O sujeito-enunciador-jornalista-Veja, nesta seqüência, vai retomar a argumentação discursiva do Sim pela relação interdiscursiva para contestar a sua veracidade no intradiscurso, isto é, seu efeito de evidência construído no discurso de que “a violência está aí, todo mundo sabe, e a sociedade pede solução”.

O conector condicional *Se* introduz o discurso que circula na FDJDV através da posição-sujeito-Não e contesta a medida proposta pelo Referendo, ou seja, o discurso do Sim. Pela interrogativa no enunciado, pelo questionamento, há uma refutação do discurso-outro. Abaixo, resalto a diferença e, através dos acréscimos introduzidos pelo conector *Se*, afirmo a divergência entre as posições-sujeito apreendidas pela modalidade de enunciado dividido:

	Não	A proibição da venda de armas não é solução para crimes
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	A proibição da venda de armas pode ser solução para crimes

Através das diferenças nos modos de dizer das posições-sujeito-jornalísticas em divergência fica estabelecido o efeito de contraste entre elas no interior da FD. Nessa perspectiva (do Não) coabitam os sujeitos que se identificam com os dizeres que valorizam o direito de defesa e a manutenção do direito de propriedade da arma de fogo por um efeito de verdade.

Esta sd apresenta uma relação que pode ser observada nos dizeres das sds 3 e 4 da revista *Época*. A sd7 apresenta a contestação ao discurso do Sim pelo questionamento ao fato de a venda de armas não ser a solução para crimes. Tem-se marcada esta relação entre discursos que inevitavelmente se confrontam, no âmbito da FDJDV, através de modos diferentes de considerar a nocividade e a utilidade da arma de fogo, e que se entrecruzam nos discursos.

3.2.1.2 O comércio legal de armas de fogo se tornará ilegal

Nesta sd a psj-Não constrói um imaginário de bandido baseado no critério da responsabilidade social. É o fora-da-lei, aquele que sabe que não pode, mas faz. É aquele que está à margem e vive na/da ilegalidade, causando a insegurança social. Essa imagem de bandido faz parte de um pré-construído pelo discurso em relação ao interdiscurso e às formações imaginárias, causando o efeito de sentido de evidência.

sd8 Os bandidos, como se sabe, são fora-da-lei. Já é ilegal matar, e eles matam. É ilegal roubar, e eles roubam. **Se o comércio de armas se tornar ilegal**, os bandidos vão continuar fortalecendo seu arsenal no mercado negro como sempre fizeram

(Revista Veja, 5/10/2005, *Referendo da fumaça*)

Observam-se as diferenças de modos de dizer nos discursos. Isso será permitido ao se trabalhar com enunciados na forma de enunciado dividido. O conector condicional *Se*, neste caso, introduz o discurso que é posto em circulação pela psj-Sim para refutá-lo e sustentar o seu discurso pela possibilidade e contestação. O efeito de evidência construído no discurso do Não está no fato de que “todos sabem” que em nada mudará o aceite da proposta do Referendo, pois não atingirá o mercado ilegal de armas de fogo.

Os diferentes modos de dizer, através dos acréscimos feitos no discurso do Não, expõem a divergência em relação à psj-Sim por um efeito de contraste:

	Não	A proibição do comércio de armas de fogo continuará favorecendo a ilegalidade
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	A proibição do comércio de armas de fogo poderá diminuir a ilegalidade

O efeito de denúncia do discurso é sustentado com base na idéia de contestar o dito do discurso-outro e sustentar seus pressupostos. Portanto, no efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas no interior da FDJDV se apreende a divergência entre diferentes modos de dizer. Isso pode ser observado na relação dos dizeres na sd5 que têm refletidos os dizeres marcados do discurso do Não, que podem ser aqui inevitavelmente apontados. O fato abordado é o de a proposta do referendo não diminuir/acabar com a ilegalidade, mas de continuar favorecendo-a. É como se estabelecesse uma relação de necessidade resposta/contestação entre os discursos por serem sentidos concorrentes para o Referendo.

3.2.1.3 A proibição do comércio de armas de fogo aumenta a insegurança

Pode-se dizer que o discurso de Veja sobre a violência urbana no Referendo do Comércio de Armas é caracterizado como de denúncia. Na maior parte das sds recortadas colocam-se questões que envolvem a falta de políticas públicas no combate à violência urbana. A violência é tratada como algo que vem de fora, pois é a ilegalidade que confere insegurança. Ao mesmo tempo é denunciada a falta de polícia, justiça e punições severas em caso de crimes que têm a ver com o poder do Estado.

sd9 Ninguém de boa-fé pode ser favorável à venda indiscriminada de armas de fogo. A idéia de um planeta sem armas é uma deliciosa utopia. Ninguém pode também se opor a ela desde que John Lennon pediu que se desse “uma chance à paz”. O desastre é que o referendo do dia 23 não será um passo na direção dessa utopia. **Se vencer o SIM**, ele apenas vai desequilibrar ainda mais o balanço de forças entre as pessoas comuns e os bandidos – a favor dos bandidos. “As mazelas da insegurança nacional não decorrem do excesso de armas nas mãos da população, mas de uma polícia, um sistema judicial e prisional eficientes”, diz José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública.

(Revista Veja, 5/10/2005, *Referendo da fumaça*)

Nesta sd, o sujeito-enunciador-jornalista-Não assume a possibilidade de vitória do Sim no Referendo, conforme pregavam as pesquisas de opinião, para, a partir disso, colocar a conseqüência dessa medida no agravamento/intensificação da situação social marcada pelas diferenças e pela luta de classes ante a violência que assola o país.

O conector condicional *Se* introduz, pelo pré-construído não-marcado, o efeito de evidência de que o Sim venceria as eleições, conforme as pesquisas apontavam. Veja tenta fazer com que o leitor-cidadão imaginário faça o balanço da conjuntura social e pense na eficiência da proposta. O discurso jornalístico aqui mostra seu espaço para pensar no hoje e projetar o futuro. É um discurso da atualidade com abertura de previsibilidades e possibilidades.

Nesta perspectiva discursiva não se vêem apenas diferenças sociais, pois já fazem parte da constituição do discurso. É sabido que a produção dos sentidos pressupõe relações de força e de sentidos. No caso da sd, a expressão *balanço de forças* vai remeter a um quadro social marcado pela desigualdade. As expressões *apenas*, *vai desequilibrar* e *ainda mais* reforçam o agravamento da situação da violência entre *pessoas comuns* e os *bandidos* e o favorecimento dos bandidos. A falta de segurança, portanto, é outro pré-construído que aparece como evidência no discurso da violência urbana que atravessa o discurso jornalístico.

Na modalidade de enunciado dividido que relaciona diferentes posições-sujeito no interior de uma mesma FD apreendo a divergência entre a posição-sujeito-jornalística Sim e a Não, possível pelo conector *Se* que marca a contestação entre dizeres no discurso:

	Não	A vitória do Sim favorecerá ainda mais a insegurança
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	A vitória do Sim poderá diminuir a insegurança

Esses diferentes modos de dizer causam o efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não no âmbito da FDJDV. Estão expostas as diferenças existentes entre os discursos relacionadas pelo interdiscurso. O que está sendo discutido neste enunciado é a questão de estabelecer um paralelo entre os argumentos utilizados pelo Sim e aqueles produzidos pelo Não. A partir da hipótese da vitória do Sim, que retoma estatísticas, dados numéricos e previsões, coloca-se a possibilidade de que a proibição da venda de armas venha a propiciar um futuro “melhor”, tranqüilo e livre da violência armada. O Não vai contestar e afirmar que a questão da segurança pública deve ser assegurada pelo Estado, o problema está na precariedade do sistema, e a solução da violência não seria a proibição da venda de armas, causando efeito de denúncia. Isso pode ser observado na relação desses dizeres com os dizeres das sds 5 e 6 da revista *Época* que se referem ao combate à ilegalidade e a insegurança pública.

3.2.1.4 Somente as armas mal utilizadas são nocivas

Nas comparações entre países e através da apresentação do cenário da violência urbana constata-se a busca pela dominância do cenário que abrange a classe média. São apresentados dramas humanos e acontecimentos chocantes, popularizados pela mídia no discurso jornalístico. Isso sustenta o efeito de verdade no discurso. Muitos têm estruturas de contos populares que têm vilão e herói, verdugo e vítima. Nesse discurso, são emitidos alertas à população, orientações sobre os perigos da cidade que promovem um cenário de uma cidade fora do controle, da cultura da violência em lugar de uma cultura solidária. É colocada em circulação a necessidade de desconfiança e o sentimento de medo, como se a violência acontecesse na mídia e não na sociedade. Do lado da mídia, o discurso sobre o crime força sua entrada nos meios de comunicação através de ocorrências de interesse midiático.

sd10 “É muito fácil jogar a culpa pelo aumento da criminalidade na arma, e não na falta de investimento na segurança pública”, diz o Secretário da Justiça do Rio Grande do Sul, José Otávio Germano. As armas, assim como as bebidas alcoólicas ou os automóveis, não causam estragos por conta própria. Só se tornam nocivas **se forem mal utilizadas**. “Os mesmos argumentos usados de forma falaciosa para justificar o desarmamento poderiam muito bem ser utilizados em relação às mortes provocadas no trânsito para proibir a circulação de veículos”, diz o economista Marcel Solimeo, da Associação Comercial de São Paulo.

(Revista Veja, 5/10/2005, *Referendo da fumaça*)

O sujeito-enunciador-jornalista, na sd, vai ressaltar o posicionamento do discurso do Não sobre a questão da arma de fogo como uma questão cultural, respondendo ao e contestando o discurso do Sim, que diz que a arma é o instrumento de agressão. No discurso da responsabilidade social, a nocividade da arma dever-se-á a utilização pelo sujeito portador. Além disso, estabelece comparações entre utilitários como a bebida, o automóvel e a arma de fogo para justificar que estes instrumentos somente são perigosos se forem mal gerenciados.

O discurso do Não defende o uso responsável das armas; o do Sim vai defender o perigo que as armas representam. Ao trabalhar com a modalidade de enunciado dividido, apreendem-se as diferenças e divergências entre dizeres de posições-sujeito-jornalísticas que se relacionam diferentemente com a forma-sujeito da FD. O conector *Se*, neste caso, marca o processo de contestação entre os dizeres das posições-sujeito-jornalísticas pelo Sim e pelo Não, que constroem no discurso o efeito de contraste entre elas:

	Não	As armas de fogo podem não ser nocivas quando bem utilizadas
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	As armas de fogo são nocivas sempre

O ponto em comum é o fato de que a arma é nociva. O que difere as posições é a responsabilidade de quem porta/usa a arma de fogo. A arma, no discurso, é defesa e ameaça ao mesmo tempo. O conector *Se* introduz o dizer do Não que circula na FDJDV para sustentar sua validade, seu efeito de verdade, através da diferença e divergência na reorientação do enunciado da psj-Sim na psj-Não.

Isso pode ser observado através da relação desses dizeres com os dizeres das sds 1, 2 e 3 da revista *Época* na defesa da vida pela extinção das armas de fogo, por representarem risco à família, por matarem mais que armas brancas e por levarem quem as porta a matar. A revista *Veja* apresenta a necessidade de resposta a esses dizeres ao trabalhar com a afirmação do uso responsável de armas de fogo para defesa da vida.

3.2.2 Algumas considerações sobre o Segundo Recorte

Nesse recorte, a partir do funcionamento do conector *Se*, são apresentados diferentes modos de dizer entre posições-sujeito. A posição-sujeito-jornalística assumida foi em defesa do Não. Ao defender esta posição, defende a manutenção do comércio de armas de fogo para preservação do direito de legítima defesa pelo direito de propriedade de arma de fogo, contestando a medida proposta pelo Referendo do Comércio de Armas.

Percebe-se que há relações entre os recortes pelos pré-construídos presentes nas análises que sustentam o efeito de evidência nos discursos. Através dos enunciados defendidos em cada posição-sujeito, as posições-sujeito-jornalísticas relacionam-se com a forma-sujeito de diferentes maneiras, o que determina diferentes efeitos de sentido.

Na sd7, a psj-Não responde/contesta (a) o discurso da psj-Sim negando a sua validade para afirmar a validade do seu dizer. Na sds 8 e 9, há contestação por diferença e divergência entre as posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não no modo de considerar os efeitos da proposta do Referendo sobre o problema da ilegalidade e da insegurança. A psj-Sim defende a possibilidade de que a proposta diminua tanto a ilegalidade quanto a insegurança (falta de segurança) nacional, sendo isso considerado de outra maneira na psj-Não, pois destaca a continuidade do problema e o seu agravamento. São dizeres que divergem de diferentes dimensões discursivas, em outras palavras, nos pólos relativamente opostos/diferentes do debate.

A sd10, ao retomar o dito da psj-Não apreendido pelo interdiscurso sobre a nocividade das armas de fogo, vai reorientar esse dizer para validar o seu discurso apontando para o uso responsável da arma de fogo. Em comum, as duas psjs apresentam a confirmação da nocividade da arma de fogo e, divergentemente, a sua utilidade/nocividade.

O quadro-resumo relaciona os dizeres das posições-sujeito-jornalísticas divergentes em seu efeito de contraste no jogo discursivo.

**Quadro-resumo das relações entre as posições-sujeito-jornalísticas
no discurso da revista Veja**

Sds/Enunciados defendidos	Posição-sujeito-Não	Posição-sujeito-Sim	Relação de diferença-divergência entre as posições-sujeito
7 A proibição da venda de armas não é solução para crimes	A proibição da venda de armas não é solução para crimes	A proibição da venda de armas pode ser solução para crimes	Não contesta o discurso da Sim
8 O comércio legal de armas de fogo se tornará ilegal	A proibição do comércio de armas de fogo continuará favorecendo a ilegalidade	A proibição do comércio de armas de fogo poderá diminuir a ilegalidade	Não contesta o discurso da Sim
9 A proibição do comércio de armas de fogo aumenta a insegurança	A vitória do Sim favorecerá ainda mais a insegurança	A vitória do Sim poderá diminuir a insegurança	Não contesta o discurso da Sim
10 Somente as armas mal utilizadas são nocivas	As armas de fogo podem não ser nocivas quando bem utilizadas	As armas de fogo são nocivas sempre	Não contesta o discurso da Sim

Legenda: psj-: posição-sujeito-jornalística

3.3 TERCEIRO RECORTE: FUNCIONAMENTOS DISCURSIVOS DO CONECTOR SE EM ISTOÉ

Estas sds são tomadas do número em que a revista apresenta sete razões para cada uma das posições, colocando-se numa posição de isenção e não se propondo a defender nenhuma das posições, já que confere o efeito de responsabilidade ao leitor-cidadão pela escolha. Com as análises proponho que seja observada esta posição de jornalismo imparcial, diferentemente do que ocorre na revista *Veja*, que investe em uma posição (Não).

Este recorte vai apresentar as posições-sujeito-jornalísticas da FDJDV em efeito de contraste. A exemplo de como se apresenta a revista *Época*, a revista *IstoÉ* também se divide entre duas posições-sujeito que se marcam no discurso.

3.3.1 Relações da posição-sujeito-jornalística-Sim

A psj-Sim defende o desarmamento. Esta temática vai relatar, através de depoimentos, diferentes maneiras de pensar a nocividade e a utilidade da arma de fogo. O que se constrói pela possibilidade de evitar mortes em assaltos, acidentes e outros é a defesa da proibição de uso/porte/comércio de armas de fogo e munição no Brasil.

3.3.1.1 Sem arma, sem morte

A violência retratada quando da ocasião do Referendo do Comércio de Armas é o retrato da tragédia. Pais perdem seus filhos e pedem pela extinção das armas de fogo, pessoas são assaltadas nas ruas, em bares, no trabalho. Nesse caso, através do discurso relatado marcado, o lugar de pai pede pela proibição das armas, em decorrência da falta de controle sobre tal instrumento. A narratividade do discurso constrói na interlocução discursiva argumentos com base em experiências de mundo em que o sujeito enunciador jornalista, o sujeito ao dano e o leitor comum compartilham “dores e dissabores” causados “pela armas”. Sobre a narratividade no discurso midiático, Mariani (1998, p. 96-106) considera-o como parte de um processo que trabalha na institucionalização de dizeres possíveis. Diz a autora que é “através das narrativas que se realiza a transmissão de práticas socioculturais e sua

transformação” (*Ibidem*, p.101). Isso funciona num processo de produção de efeito de verdade, que se discursiviza nas trocas de experiências sociais.

sd11 2ª razão para votar SIM: Morte com a própria arma – Há três anos, o metalúrgico aposentado Benedito Ismael da Silva, 59 anos, perdeu o filho Fernando. Ao apartar uma briga em um bar, ele teria sido morto com sua própria arma. Mas o laudo cadavérico, um ano após o episódio, revelou que foram três os disparos que o mataram. Dois frontais, realmente vindos de sua arma, e um terceiro, nas costas, com pistola de outro calibre. “Testemunhas dizem que depois de dar o tiro para o alto, ele teria ido telefonar. Deve ter sido nesse momento que os assassinos o acertaram pelas costas”, diz. Fernando era segurança, tinha porte legal de arma. “**Se as armas estivessem proibidas** nada disso teria acontecido. Por isso voto SIM”, diz Silva.

(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

A revista IstoÉ tem essa característica no discurso analisado, revelando experiências cotidianas. Com base nas vivências sociais expõe fatos que se dizem “reais”, no intuito de fazer crer no que será divulgado. No entanto, deve-se olhar para as narrativas (discursivas) e os narradores determinados pelo assujeitamento nos processos histórico-ideológicos, pois a narratividade não está completa neles, mas ela ilusoriamente se completa na voz do sujeito-enunciador/sujeito-leitor a cada narração, em suas condições de produção. Na sd acima, o sujeito-enunciador-jornalista utiliza o discurso relatado marcado para tornar mais “real” o fato de que a violência toma proporções maiores a cada dia e ninguém está livre dela, sustentando o efeito de evidência.

O conector condicional *Se* introduz o discurso da psj-Sim que circula na FDJDV e que marca a contestação ao discurso-outro. Neste caso, a contestação referida à nocividade das armas de fogo para sustentar o discurso marca a divergência entre modos de dizer discursivos.

Pela modalidade de enunciado dividido que permite apreender as relações entre posições-sujeito no âmbito da FD, relaciono a psj-Sim e a psj-Não por um efeito de contraste em relação ao interdiscurso:

	Não	A proibição do uso/porte de arma de fogo não evita mortes
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	A proibição do uso/porte de arma de fogo poderá evitar mortes

Na sd, por um efeito de memória, considera-se a atualidade e a projeção de uma consequência futura no discurso. No âmbito da FDJDV relacionam-se as posições-sujeito-jornalísticas pela divergência de dizeres, ou seja, pelas diferentes maneiras de se relacionar com a forma-sujeito pelo direito à vida. O que entre elas diverge é a forma de tratar da

proibição do uso/porte de armas para evitar mortes: a posição-sujeito pelo Não nega a afirmação da posição-sujeito pelo Sim.

3.3.1.2 Os cidadãos estão despreparados e não sabem usar armas de fogo

Na mesma linha de sentido da sd anterior, o que se constrói é a imagem da nocividade da arma de fogo para causar danos físicos e psicológicos, ou seja, seus efeitos históricos. Através do relato de uma experiência pessoal constrói-se a aceitação para um problema físico ante a um problema considerado maior (assalto), valorizando a culpa no caso de utilização de arma de fogo em legítima defesa. Nesta sd também observamos a presença do discurso relatado marcado e a presença da narratividade jornalística. Nesta perspectiva, o sujeito-enunciador-jornalista constrói para o leitor imaginário os fatos do cotidiano que dizem sobre o assunto em questão, sob óticas diferentes para manutenção de um efeito de verdade.

sd12 7º razão para votar SIM: “Arma puxa violência” – O radialista Roberto Rios, 50 anos, nunca gostou de armas e não imagina tê-las em casa. “Com meu netinho por aqui! Deus me livre.” E não acha que **se estivesse armado** se salvaria de uma tentativa de assalto que o deixou numa cadeira de rodas. Em 2 de fevereiro de 1996 levou dois tiros. Uma das balas perfurou seus dois pulmões, a outra acertou a sua oitava vértebra torácica (sic) e está alojada próximo a (sic) artéria aorta. É uma bala de um revólver calibre 38. Rios foi atingido num sinal fechado em São Paulo. Carregava, no banco do passageiro de seu Omega 93, uma valise com dinheiro. Quando foi pegá-la para entregar ao ladrão, veio um disparo à queima-roupa. “Nem vi quem atirou em mim. Pelo menos não há um rosto para odiar”, diz ele, que vota SIM. “**Se estivesse com uma arma** estaria paraplégico do mesmo jeito e quem sabe com a culpa de ter matado alguém. Arma puxa violência. Cidadãos comuns não sabem nem têm controle emocional para usá-las.”
(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

O *Se* condicional aparece marcado duas vezes nesta sd. A primeira, no discurso indireto, reflete o lugar discursivo do jornalista na construção do discurso. Na segunda vez, o lugar do sujeito-cidadão refletido no lugar discursivo do jornalista, pelo discurso direto.

O conector condicional *Se* introduz o dizer que caracteriza a psj-Não para contestá-lo. Fica marcada a divergência entre as psj-Sim e Não, que pode ser apreendida pela modalidade de enunciado dividido que as relaciona por efeito de contraste no discurso:

Não	O uso/porte de arma de fogo pode evitar tragédias
CP : sd : EnD	-----
Sim	O uso/porte de arma de fogo não evita tragédias e ainda traz a culpa

O efeito de contraste é construído pela diferença de modos de dizer que circulam na FDJDV pelo direito à vida. À diferença disso, marca-se a divergência na consideração ao uso/porte de arma de fogo. A psj-Sim discorda da psj-Não e faz acréscimos (traz a culpa) para sustentar seu discurso.

3.3.2 Relações da posição-sujeito-jornalística-Não

Esta posição-sujeito-jornalística tem a característica de sustentar um efeito de denúncia da falta de políticas públicas que garantam a segurança de bens e da vida na sociedade brasileira, também acordada pela Revista Veja.

3.3.2.1 O Estado deve garantir a segurança pública

Há, no discurso analisado, uma relação entre a violência urbana e a segurança pública. De acordo com a sd o Estado deve ser responsável pela segurança coletiva. O fato é que existe a violência no Estado. Se em outros tempos a segurança pública significava segurança, na contemporaneidade ela representa desconfiança. O discurso desta posição-sujeito tem por objetivo denunciar a falta de segurança pública como efeito de evidência.

sd13 Quarta razão para votar NÃO: Bandido ferido – Em julho de 2001, o chileno René Massis, 51 anos, executivo da área de seguros, no Brasil a (sic) 30 anos, foi ao aeroporto internacional de Guarulhos buscar um amigo de infância que chegava de Nova York. Ao retornar à casa, foi parar o carro para abrir a garagem e notou que um Palio vinha de ré em sua direção. Acostumado a andar armado, Massis pegou seu revólver calibre 38 e aguardou a abordagem. O bandido anunciou o assalto, o executivo mandou bala. Ferido, ele fugiu e Massis não soube se foi capturado. “O que sei é que aquele foi o momento mais tenso da minha vida”, diz. O executivo, por ser estrangeiro, não votará no dia 23, mas é radicalmente contra a proibição do porte de armas. Para ele, **se o Estado não dá segurança à população**, a proibição do comércio de armas não faz sentido.

(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

O sujeito-enunciador-jornalista IstoÉ mostrou as “duas faces” do debate e se propôs a falar sobre as duas posições a serem confrontadas no debate para o pleito. Esta sd mostra a condicionalidade da proibição do porte pelo oferecimento da segurança pública que está em falta. Isso mostra uma contestação da própria medida proposta pelo Referendo do Comércio de Armas pelas posições-sujeito em efeito contraste no interior da FDJDV. O conector

condicional *Se* introduz essa “crítica” ao poder público por não garantir o direito à segurança (dos bens) à população, como marcador da contestação que mostra a divergência entre as posições-sujeito-jornalísticas da FD.

A partir disso, a posição-sujeito-jornalista-Não contesta a medida proposta pelo Referendo do Comércio de Armas. Discurso este circulante no discurso da FDJDV que argumenta a favor da manutenção do comércio de armas de fogo pelo direito de defesa e direito de propriedade de arma e que sustenta o efeito de denúncia.

Nesse processo, podem-se articular sujeitos e sentidos pelo interdiscurso. O efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não no discurso pode ser apreendido pela forma de enunciado dividido que mostra a diferença e divergência:

Não	A proibição do comércio de armas de fogo não traz segurança à população
CP : sd : EnD	-----
Sim	A proibição do comércio de armas de fogo pode aumentar a segurança da população

Nessa relação de paráfrase, acham-se constitutivamente representadas as posições-sujeito apreendidas no interdiscurso. O que se coloca são leituras diferentes sobre a proibição do comércio de armas. No discurso do Não o uso de armas representa a possibilidade de defesa da vida e, de outro, a proibição significa a segurança da vida. Esses diferentes modos de dizer em ressonância de significação marcam a divergência no âmbito da FDJDV.

3.3.2.2 O desarmamento aumentará a ilegalidade

Na sd14 o sujeito-enunciador-jornalista vai construir o discurso para tratar do desarmamento enquanto uma medida proposta para aumentar seu controle sobre as armas de fogo e para contestar o efeito da medida proposta no Referendo do Comércio de Armas na diminuição da violência. Trata do aumento da ilegalidade, pois o desarmamento, por não atingir o comércio da ilegalidade, também não terá efeitos sociais positivos.

sd14 2ª razão para votar NÃO: Maior tráfico de armas – A enfermeira Lenice Silva Caffê, 53 anos, é a mãe de Felipe, o jovem que foi assassinado no final de 2003 quando acampava com a namorada Liana Friedenbach, no Embu, cidade do interior de São Paulo. O crime, na época, abalou o País. E para Lenice é um triste exemplo do estrago que uma arma faz nas mãos de um bandido. “O tráfico ilegal de armas já mata muita gente. **Se o governo desarmar a população**, estará armando os bandidos”, diz. “Hoje estima-

se que existam 20 milhões de armas ilegais no Brasil. Já imaginou quantas existirão se a ilegalidade for a única forma de consegui-las?”

(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

Na sd14 o sujeito-enunciador-jornalista IstoÉ constrói uma conseqüência para o desarmamento, pois se futuramente as pessoas quiserem portar armas na legalidade, se não tiverem como, recorrerão à ilegalidade, sobre a qual o poder público não tem controle atualmente. Ocorre o desajuste diante das leis que pregam a legalidade. A diferença social entre legalidade e ilegalidade tenderia a se apagar quando da aceitação da medida do Referendo do Comércio de Armas.

O conector condicional *Se* introduz a contestação entre os dizeres das posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não no âmbito da FDJDV, implicando a divergência. Nesta perspectiva, está sendo trabalhado o fato de que é o Estado que determina os direitos e os deveres sociais e que estará desarmando a população e, em conseqüência, transferindo maior poder de fogo aos bandidos, porque atuam na ilegalidade. É um discurso que aponta para a responsabilidade social do Estado na segurança pública.

Observem-se as diferenças de modo de dizer em ressonância de significação através do enunciado dividido que estabelece a relação entre diferentes posições-sujeito no âmbito da FDJDV e o interdiscurso:

	Não	O desarmamento da população vai aumentar a ilegalidade
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	O desarmamento da população vai diminuir a ilegalidade

O fato de se defender o “desarmamento” no discurso é tratado de modos diferentes/divergentes, dada a possibilidade de aumento e de diminuição da ilegalidade. O fato de duas posições permanecerem na mesma FD é assegurado na luta pelo direito à vida.

3.3.2.3 A arma de fogo serve à defesa pessoal

Essa sd também explicita a relação entre segurança pública e a responsabilidade do Estado. A construção do cenário do medo e da desconfiança encaminha cada vez mais para a necessidade da individualização no social, “onde cada um que tome conta de si e Deus proteja a todos”, ou seja, o ladrão é ousado (pré-construído), e ainda pode ficar mais, se não se sentir ameaçado de alguma forma. Aqui se coloca a função da arma de fogo: ameaçar para proteger.

sd15 Primeira razão para votar NÃO: “A polícia está sucateada” – No início do mês, três bandidos armados obrigaram o taxista cearense José Lúcio Ferreira Alves a entrar no porta-malas do seu carro. Nesse dia, ele tinha deixado sua arma em casa. Depois de duas horas rodando, foi deixado na periferia de Fortaleza, abriu o porta-malas e saiu. “Levaram celular, dinheiro e som”, diz. Agora o taxista anda com medo da própria sombra e crê que só quem passou por uma situação semelhante sabe o que é ter a vida nas mãos dos bandidos. “Não gosto de violência, mas **se o ladrão sabe que você não tem como se defender**, fica mais ousado. Devemos andar armados até os dentes porque a polícia há muito tempo está sucateada, despreparada ou corrompida. Estamos num verdadeiro inferno, onde cada um que tome conta de si e Deus proteja todos.”

(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

Parte-se do relato de uma experiência em que o indivíduo ameaçado pela violência nas ruas, o sujeito-enunciador-jornalista, vai construir o relato da atualidade. Por essa narratividade pode-se depreender a busca da individualização, em que se constrói um imaginário coletivo de que não há segurança pública assegurada e os trabalhadores devem andar armados para o seu “bem”: onde cada um tome conta de si. Isso provoca a necessidade, no cidadão, de se armar para se defender. Esse pré-construído está presente na oração “fica mais ousado”. Na oração com a condicional, o pré-construído é o de que “você não tem como se defender e, com a proibição, o ladrão vai saber disso”.

O conector *Se* introduz o discurso que circula na FDJDV e que caracteriza a relação da psj-Não com a forma-sujeito para contestar o discurso da psj-Sim e marcar a divergência.

Abaixo, marco a divergência entre os dizeres das psj-Não e Sim, através do enunciado dividido, possibilitando a observação de ressonâncias de significação de modo de dizer:

	Não	A proibição do porte de arma de fogo aumenta a violência em assaltos
CP : sd : EnD	-----	-----
	Sim	A proibição do porte de arma de fogo pode diminuir a violência em assaltos

O conector condicional *Se*, a partir da afirmação da não-violência, introduz a possibilidade e contesta o não-uso de armas de fogo, defendendo o direito de defesa. De um lado, é trazido pelo discurso do Sim que o porte de arma de fogo não diminui a violência em caso de assalto. Por outro lado, o discurso da *sd* se contrapõe a este, defendendo que usar arma é uma questão de maior segurança/defesa pessoal. As duas posições-sujeito-jornalísticas apresentam efeito de contraste por manutenção do direito à vida, divergindo no modo de considerar o porte de arma em relação à violência urbana.

3.3.2.4 A proibição do comércio de armas de fogo suprime o direito de defesa

Esta *sd* parte de uma tragédia pessoal com o uso acidental de arma de fogo para, contraditoriamente, defender a manutenção do direito à propriedade de arma de fogo pelo direito de defesa. O sujeito que sofreu com o acidente defende o não-desarmamento por sua preocupação com o coletivo. Desta forma, a *sd* mostra uma contradição no interior da própria posição-sujeito. Ao mesmo tempo que se é vítima/algoz das armas de fogo, defende a sua manutenção. O que se leva em consideração é o fato de a arma ter sido usada indevidamente; no caso relatado, esse seria um motivo para sua proibição, mantendo a posição Sim. Mas, mesmo diante de sua situação pessoal, deve-se manter o direito de defesa.

sd16 Quinta razão para votar NÃO: Direito de defesa – Ele digita palavras pelo msn (programa de mensagem instantânea pela internet) como se fosse expert em datilografia. Por telefone, fala com voz alegre, como se tivesse vindo ao mundo a passeio. Ao vivo e em cores, entretanto, a vida do gaúcho Fabio Becker, 30 anos, é bem diferente. Aos 14 anos, o técnico em eletrônica foi vítima de uma arma disparada por um colega, dois dias depois da cerimônia de sua formatura do ensino fundamental. “Ele só ia me mostrar as armas que o pai colecionava”, recorda Becker, que foi atingido pelo outro colega que estava presente, mas, “quando percebi, não mexia os olhos, a cabeça e não falava”, conta. Depois de 72 dias de hospital (metade deles na UTI), Becker retornou à casa tetraplégico. Atualmente, ele dirige uma empresa de equipamentos médico-hospitalares em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, namora uma médica. Sua foto (acima) foi Becker que fez. Para ele não há o que não possa ser feito. Ou melhor, há: **se o SIM vencer o referendo**, ele e todos os cidadãos de bem perderão seu direito de defesa. “Desarmar o cidadão não é a solução. Sou NÃO, convicto”, diz.

(Revista IstoÉ, 12/10/2005, *Sim? Não? Só você decide*)

A sociedade capitalista é regida em seu funcionamento por leis e normas. Leis foram instituídas porque se faz necessário manter o poder do Estado e as decisões da maioria. O governo, então, funciona em sua forma mais idealista como governo das leis e governo da maioria. Ao adquirir o direito de segurança, incluindo a defesa, o cidadão tem em mãos uma

das formas de manter seus bens, sua vida privada, em uma sociedade que também é a sociedade do trabalho e do consumo.

Nesta *sd* o sujeito-enunciador-jornalista vai sustentar o seu discurso através da narratividade do cotidiano social na defesa dos direitos adquiridos. Com isso, deixa passar a idéia de que desarmar a população não resolverá nenhum problema social, mas será um retrocesso/redução quando das questões de direito. A ameaça de um retrocesso social acompanha o discurso do Não e faz com que haja uma recusa da questão proposta pelo Referendo, que é a proibição do uso de armas de fogo e munição.

O conector condicional *Se* introduz o efeito de evidência construído pela psj-Sim apreendida pelo interdiscurso de que o Sim venceria as eleições e que nega o enunciado pela psj-Não. A partir disso, a psj-Não contesta o discurso-outro através da afirmação da supressão de um direito adquirido. Essa contestação relaciona as posições-sujeito-jornalísticas pela divergência entre seus diferentes modos de dizer.

Pela modalidade de enunciado dividido posso apreender o efeito de contraste entre as posições-sujeito-jornalísticas relacionadas ao interdiscurso:

Não	A vitória do Sim fará o cidadão perder o direito de defesa
CP : sd : EnD	-----
Sim	A vitória do Sim não fará o cidadão perder o direito de defesa

A diferença de modos de dizer entre as posições-sujeito analisadas no interior da FDJDV causa o efeito de contraste entre elas. A semelhança entre as posições-sujeito-jornalística-Sim e Não está na consideração do direito à vida. A diferença está na refutação do discurso-outro que foi apreendida no interdiscurso nas relações/articulações do discurso. O discurso do Não acrescenta/faz lembrar que a defesa da vida inclui o direito à defesa da vida em lei para sustentar seu discurso e refutar o discurso-outro.

3.3.3 Algumas considerações sobre o Terceiro Recorte

Neste recorte, pode-se perceber que os efeitos de sentido foram semelhantes aos dos demais recortes à semelhança da revista *Época*, já que apresenta os argumentos tanto da psj-Sim como da psj-Não. Através de narrativas e depoimentos, sustenta seu discurso por efeito de verdade. Ao defender o Sim defende também a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Referendo do Comércio de Armas e o porte e uso de armas de fogo pelo Estatuto do Desarmamento, como mostram os enunciados divididos.

O que registro é que na revista *Época* foi marcada uma sd com o uso do conector *Se* no discurso do Não e na revista *IstoÉ* apenas duas sds apresentaram a marca do *Se* no discurso do Sim. Por meio dos pré-construídos, como o da falta de segurança pública assegurada pelo Estado, como a violência que assola o país marca-se as semelhanças entre os modos de dizer entre no discurso jornalístico.

Nas sds 11 e 12, a psj-Sim traz para o discurso a divergência pela possibilidade e pela negação apreendidas em contestação com a psj-Não. Na sd11, a psj-Sim apresenta a possibilidade de evitar mortes com o aceite da proposta do Referendo. Na sd11, ela vai responder ao dito pela psj-Não pela negação e reorientação por acréscimo, para sustentar o seu discurso. Ressalta a morte e a culpa/morte no dizer quando afirma o despreparo do cidadão para portar armas de fogo.

As sds 13 a 16 fazem parte da defesa do discurso do Não. A sd13 apresenta uma marca de negação no discurso da psj-Não, quando seria uma possível resposta ao enunciado pela psj-Sim para contestar e acusar o Governo de não dar segurança pública. O que se coloca são as diferentes leituras para a segurança. De um lado, a falta de segurança pública e, de outro, a possibilidade de aumento da segurança com a proposta.

Na sd14, a questão do desarmamento é tratada como sendo a mobilização do Estado na proibição do comércio de armas legais e efeitos na diminuição da ilegalidade, como ressalta o dizer da psj-Sim. No dizer da psj-Não, fica afirmada a divergência na contribuição para a ilegalidade construída no discurso.

Na sd15, à semelhança da sd14, também se apresenta a divergência no efeito da proposta em aumentar ou diminuir a violência, conforme os ditos pelas psj-Não e Sim, respectivamente.

A sd16 afirma a defesa do discurso do Não pela manutenção do direito de defesa da vida para contestar a possibilidade de supressão de um direito que não é afirmado no discurso da psj-Sim, mas que pode ser apreendido pela negação no enunciado e que mostra a divergência.

**Quadro-resumo das relações entre as posições-sujeito-jornalísticas
no discurso da revista IstoÉ**

Sds/Enunciados defendidos	Posição-sujeito-Não	Posição-sujeito-Sim	Relação de diferença-divergência entre as posições-sujeito
11 Sem arma, sem morte	A proibição do uso/porte de arma de fogo não evita mortes	A proibição do uso/porte de arma de fogo poderá evitar mortes	Sim contesta o discurso da Não
12 Os cidadãos estão despreparados e não sabem usar armas de fogo	O uso/porte de arma de fogo pode evitar tragédias	O uso/porte de arma de fogo não evita tragédias e ainda traz a culpa	Sim contesta o discurso da Não
13 O Estado deve garantir a segurança pública	A proibição do comércio de armas de fogo não traz segurança à população	A proibição do comércio de armas de fogo pode aumentar a segurança da população	Não contesta o discurso da Sim
14 O desarmamento aumentará a ilegalidade	O desarmamento da população vai aumentar a ilegalidade	O desarmamento da população vai diminuir a ilegalidade	Não contesta o discurso da Sim
15 A arma de fogo serve à defesa pessoal	A proibição do porte de arma de fogo aumenta a violência em assaltos	A proibição do porte de arma de fogo pode diminuir a violência em assaltos	Não contesta o discurso da Sim
16 A proibição do comércio de armas de fogo suprime o direito de defesa	A vitória do Sim fará o cidadão perder o direito de defesa	A vitória do Sim não fará o cidadão perder o direito de defesa	Não contesta o discurso da Sim

Legenda: psj-: posição-sujeito-jornalística

3.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE OS RECORTES

Pude notar, pelas análises e através da teoria da AD, que a contradição entre dizeres, isto é, entre sujeitos e sentidos é marca constitutiva do discurso. Para tanto, retomo as relações entre sentidos (posições-sujeito, modos de dizer, enunciados), como a de contestação, diferença e divergência, para colocar sua importância nesse discurso.

Pelo que foi exposto na primeira parte da dissertação, e também pelo funcionamento da marca do conector *Se* nas sds, constatei que o discurso se coloca a serviço da construção de efeitos de verdade/evidência. Nas análises, pude perceber que duas posições-sujeito-jornalísticas relacionavam-se ora por aliança, ora por diferença e divergência no âmbito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida e nos diferentes discursos das três revistas analisadas, assinalando aquilo que se pode/deve/não pode/não deve dizer.

Esse discurso não representa um retorno às origens, nem uma certeza futura, mas se apresenta pela contestação. *Contestar* nesta perspectiva significa tomar a palavra para retomar e abrir novas possibilidades, tidas como mais acertadas de acordo com o posicionamento discursivo; questionar para depreciar/refutar o dizer do outro através de outra maneira/forma de mostrar as relações de sentido no discurso. *Contestação* e *adesão* fazem parte da relação entre dizeres das posições-sujeito-jornalística do Sim e do Não no processo de significação. O efeito de verdade se marca por lugares sociais que podem ser identificados, por exemplo, através do discurso relatado marcado, pesquisas, estatísticas, pela construção de um tecido de evidências no discurso jornalístico. O efeito de universalidade/evidência é constituído, em especial, pela presença de pré-construídos. Então, o discurso jornalístico simula evidências de verdade.

Através da diferença de modos de dizer em ressonância, pude perceber que não havia somente diferença, mas que a contestação apontava para a divergência, o que pode levar, não fosse a relação das posições-sujeito com a forma-sujeito da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida, a relação entre mais de uma FD. Portanto, as posições-sujeito-jornalísticas aqui analisadas apresentam relação de tensão na luta pelo espaço da FD. Pelo conector *Se*, que neste discurso é marca de *contestação*, a diferença evolui para a divergência, pois os enunciados defendem o direito à vida, mas de maneiras adversas e discordantes.

Em cada uma das sds de cada um dos recortes analisados pude compreender as diferentes maneiras de enunciar, de acordo com cada posição-sujeito da FDJDV. Entre os recortes, observei que o conector *Se* serve para estabelecer relação de contestação entre as posições-sujeito e entre os discursos das revistas. Pude também depreender que esta temática discursiva promove diferentes leituras apreendidas na divergência, que é a relação entre dizeres/discursos de forma não amistosa.

Cada um dos enunciados defendidos (relacionados nos quadros-resumo) aponta para relações entre sujeitos e sentidos de modos diferentes/divergentes sobre o Referendo das Armas no discurso jornalístico. Esses modos de dizer refletem a historicidade e a história da contemporaneidade que é construída na mídia impressa no tratamento dado à polêmica social. Todo esse processo de significação auxilia a compreender a partir das diferentes posições-sujeito, como a Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida apresenta saberes heterogêneos e institucionalizados no discurso jornalístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação constitui-se em um trabalho interpretativo que se ocupou em analisar o discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas no Brasil, sob a perspectiva da Análise do Discurso francesa. Desde sua fundação, esta disciplina vem mostrando que o gesto de interpretação é sempre único a cada análise. Na articulação de diferentes regiões do conhecimento científico, ela torna possível observar a relação constitutiva entre os sujeitos e os sentidos.

Para analisar este discurso, algumas questões centrais se fizeram presentes e nortearam o trabalho de análise e teorização:

1. Como o conector condicional *Se* relaciona sujeitos e sentidos no discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas?
2. Como analisar as diferentes leituras para a formulação da pergunta do Referendo do Comércio de Armas e as paráfrases no discurso jornalístico?
3. Como o discurso jornalístico *sobre* faz para sustentar determinados efeitos de sentido?

O Referendo do Comércio de Armas é um mecanismo de participação popular que levou à sociedade uma proposta para ser debatida e votada: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?”. Diante da prática social do voto cabe ao leitor-cidadão posicionar-se no debate e decidir, com base em sua reflexão e dentro de suas filiações, sobre a “melhor” solução ou o lado que apresente argumentos “convincentes”. Portanto, o trabalho de votar leva em conta o caráter da interpelação pela ideologia (assujeitamento) da AD e de determinação pelo inconsciente.

A partir da formulação da pergunta proposta pelo Referendo puderam ser apreendidas diferentes leituras e deslizamentos de sentidos, o que a AD trata como efeito metafórico. O discurso jornalístico mostrou através da análise do conector *Se*, que a pergunta causou confusão/polêmica e apresentou um discurso de denúncia/acusação. Nessa perspectiva, a língua não é homogênea e os sentidos não são únicos, podendo sempre ser outros em determinadas possibilidades. Portanto, é da língua que tem a exterioridade como constitutiva e que, por isso mesmo, tem condições de trabalhar o processo de significação, que trata a AD.

Para proceder às análises foi necessário um percurso metodológico particular, partindo exatamente da pergunta proposta no Referendo (sdr) e, a partir dessa, as sds se inter-relacionaram no âmbito de uma FD através da observação dos movimentos de sentidos no funcionamento do conector condicional *Se*. Então, as sds foram distribuídas em três recortes que, nos casos das sds das revistas *Época* e *IstoÉ*, subdividiram-se tendo como critério a relação entre as posições-sujeito-jornalísticas apreendidas no (inter)discurso. No recorte das sds da revista *Veja*, foi marcada a posição-sujeito-jornalística-Não em relação interdiscursiva com a posição-sujeito-jornalística-Sim.

Na relação entre os dizeres das três revistas analisadas (*Época*, *Veja* e *IstoÉ*), constatei a contradição que norteou os estudos de Pêcheux desde o surgimento da AD. Pensando na contradição ideológica, foi possível apreender a diferença e a divergência em ressonância de significação de modos de dizer em processo. Esses dizeres dispersos analisados puderam ser apreendidos quando da análise do conector *Se* em sua opacidade, através da modalidade de enunciado dividido. Pêcheux (1990a) comenta a esse respeito que a ideologia não é idêntica a si mesma e que ela não existe sob a modalidade da divisão, dentro da contradição que organiza nela a unidade e a luta dos contrários, a luta de classes. Portanto, essas condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção são condições contraditórias constituídas em um momento histórico dado (1997a, p. 145), e que determinam as relações na FD.

A partir das análises das sds, identifiquei uma FD, a qual nomeio Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida – FDJDV. Com base em diferentes modos de dizer, apreendo a *contestação* entre as posições-sujeito-jornalísticas Sim e Não o que foi possível pela observação do funcionamento do conector *Se*. Pela contestação apreende-se a retomada, reorientação, refutação e sustentação de um discurso em relação a outro discurso no nível da formulação na relação com o interdiscurso. Então, no discurso, esse elemento pode ser dito

como *marca discursiva de contestação* por relacionar e mostrar o movimento dos sentidos/sujeitos pela diferença e pela divergência no interior de uma FD.

Através do conector discursivo *Se* articulam-se sujeitos e sentidos em um processo de significação que sustenta determinados efeitos de sentido nunca de forma direta. Assim se pode observar a relação anterioridade-interioridade-exterioridade no discurso. Em Pêcheux (1997b, p. 32-33), a memória coloca-se no eixo da verticalização, do pré-construído (*exterioridade/ anterioridade*); enquanto no eixo da horizontalização da linguagem, da formulação, compreende-se o intradiscurso. Então, as relações intra e interdiscursivas definem o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam os dizeres num ciclo ininterrupto, como colocado na primeira parte da dissertação.

De certa forma, a determinação das relações em uma formação discursiva em detrimento das relações entre duas formações discursivas foi determinada no processo de observação da repetição de modos de dizer em ressonância de significação. A exemplo de Cazarin (1997) que trata da relação entre duas formações discursivas pela divergência, o discurso jornalístico sobre o Referendo do Comércio de Armas articula diferenças nas relações de sentido e ao mesmo tempo, nas relações de força, articula divergências em processo. Nas diferenças compreendo as relações de coexistência de sentidos no âmbito de uma formação discursiva, mas as relações de força articulam, na contestação, as divergências. Percebi, portanto, que não estava tratando de duas formações discursivas (a do Sim e a do Não), pois o comum entre todos os dizeres no discurso pretende a manutenção do direito (à vida, à defesa da vida).

No nível do intradiscurso apreende-se a contestação entre essas posições-sujeito: a do Sim, defendendo a manutenção da vida pela proibição do uso/porte/comércio de armas de fogo; e a posição Não, que defende o direito de defesa da vida pelo direito de propriedade de arma de fogo e munição como direitos garantidos em Lei. Nessa construção discursiva da atualidade para o leitor-cidadão, as revistas diferem pelas tendências que seguem (Sim e/ou Não), convergindo para um efeito de evidência/verdade entre discursos. Nesse jogo polêmico, as posições-sujeito sustentam o efeito de contraste, convivendo no interior da Formação Discursiva Jornalística do Direito à Vida por identificarem-se com a forma-sujeito do Direito. Esta forma-sujeito assume o princípio do *direito* à vida, de propriedade, de defesa e esse princípio está presente nos diferentes modos de dizer das posições-discursivas. Portanto, no âmbito da FD, as posições-sujeito-jornalísticas convivem no processo de diferença-

divergência. Observa-se, a exterioridade constitutiva da linguagem, por seu modo de considerar sujeitos e sentidos em constante movimento de significação.

No quadro abaixo, o que está fora dos parênteses é o que se apanha de comum entre os dizeres das posições-sujeito-jornalísticas, e o que está dentro é a diferença e a divergência de modos de dizer de uma rede temática em processo de significação:

Posição-sujeito-jornalística-Sim	Posição-sujeito-jornalística-Não	Rede temática dos enunciados defendidos
Direito à vida	Direito à defesa da vida	Direito à (legítima defesa da) vida
Uso/porte de arma de fogo para proteger a vida	Uso/porte arma de fogo para defender a vida	Uso/porte de arma de fogo para (defender) (proteger) a vida
Uso/porte de arma de fogo é mais insegurança	Uso/porte de arma de fogo é mais segurança	Uso/porte de arma de fogo é (in)segurança
A proibição das armas diminui a ilegalidade	A proibição do comércio de armas de fogo aumenta a ilegalidade	A proibição (do comércio) de armas de fogo (diminui) (aumenta) a ilegalidade

Através da rede temática dos enunciados defendidos mostro o atravessamento de discursos: o discurso do sim que atravessa o discurso do não como um fantasma e vice-versa. Por essa presença-ausente temos possibilidades de discurso sobre o referendo.

O que fica supostamente apagado é justamente a questão do comércio de armas de fogo na posição-sujeito-jornalística-Sim. São as armas (legais) que especificamente devem ser banidas do convívio social. Além disso, outro fator importante é que o tratamento que se pretende dar às armas com o Referendo restringe-se às armas de fogo legais, da classe média, que precisa defender seu direito de propriedade/bens e sua vida da violência (assaltos, roubo, furto, assassinato) e que denuncia a falta de segurança pública.

Em se tratando de um discurso que não gira somente em torno de uma questão de formalização jurídica, ele mobiliza outros discursos na tentativa de reavivar de forma mais ampla o debate em torno da falta de segurança pública e do excesso de violência, criminalidade e banditismo. A construção do discurso se deu sobre as questões da utilidade e nocividade que a arma representa na sociedade brasileira e, principalmente, para o sujeito-jurídico (sujeito-de-direito). Portanto, um discurso que mobiliza também discursos como o da responsabilidade social e o da violência urbana.

A atualidade, então, é constituída de questionamentos, refutações, denúncias e imposição de dizeres sobre outros dizeres determinados no discurso jornalístico. No entanto, o Sim e o Não convergem para o discurso da responsabilidade social e nenhum dos discursos se exclui, por isso a tendência parece ser para a diferença, mas se contradizem através da contestação, pois o caráter é o de debate e esclarecimento pela mídia. De modo geral, percebe-se que há diferença, igualdade e divergência entre os ditos nos discursos dos domínios analisados, o que caracteriza o espaço em que posições-sujeito diferentes convivem na contradição. Há divergência porque, mesmo na identificação das posições-sujeito com o direito à vida, com a forma-sujeito, a posição-sujeito-jornalística-Não tem tendência a defender o direito do cidadão à defesa da vida e de propriedade, e a posição-sujeito-jornalística-Sim tendência à proteção da vida.

Ficam, então, colocadas algumas considerações do olhar de analista de discurso sobre o discurso jornalístico e que remetem a uma construção ininterrupta da atualidade, da história e das histórias que refletem modos de dizer, modos de viver e de ser “sociedade”. Fica registrada uma forma de ler a polêmica social e de compreender a contradição constitutiva da linguagem. Outros e diferentes olhares, portanto, estarão sempre por vir...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS I

- ACHARD, Pierre. “Memória e produção discursiva do sentido”. *O papel da memória*. São Paulo: Pontes, p. 11-21, 1999.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- AUAD, Denise. *Mecanismos de participação popular no Brasil: plebiscito, referendo e iniciativa popular*, 2004, http://www.cultiva.org.br/textopdf/dir_prof_denise.pdf.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Campinas: Pontes, p. 245-315, 1995.
- CAZARIN, Ercília. O confronto entre duas posições de sujeito inscritas em diferentes formações discursivas, marcado linguisticamente pelo enunciado dividido. *Discurso, Memória, Identidade*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, p. 176-187, 2000.
- _____. *Heterogeneidade discursiva: relações e efeitos de sentido instaurados pela inserção do discurso-outro no discurso político de L. I. Lula da Silva*. Dissertação (Mestrado em 1997). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
- Constituição/1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm
- COURTINE, Jean-Jacques. Linguagem, discurso político e ideologia. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques. A estranha memória da Análise do Discurso. In: Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, p. 25-31, 2005.
- _____. *Analyse du discours politique*. Langages n° 62, Larousse: Paris, juin 1981.

- DAVALLON, Jean. “A imagem, uma arte de memória”. *O papel da memória*. São Paulo: Pontes, p. 23-37, 1999.
- DORNELES, Elizabeth Fontoura. Interdiscurso: espaço de encontro do factual e do teórico discursivo. *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (II Sead)*. Porto Alegre. 2005.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo: Editora Cultrix, p. 178-200, 1972.
- Estatuto do Desarmamento/2003 – <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/Publicacoes/html/pdf/Desarmamento.pdf>
- FOCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- _____. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- FONSECA, Hely de Cabral da. O referendo. *Anais do V Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita (V ELFE)*. Maceió, 2006.
- GADET, Françoise. Prefácio. In: Françoise Gadet e Tony Hak. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, p. 7-10, 1997.
- GADET, Françoise e PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. São Paulo: Pontes, 2004.
- GUIMARÃES, Eduardo. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 3.ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, Eduardo e FONTANA, Mônica Zoppi (orgs.). “Semântica a pragmática”. *Introdução às Ciências da Linguagem: A palavra e a frase*. Campinas: Pontes Editores, p. 113-146, 2006.
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria? In: Maria do Rosário Gregolin e Roberto Baronas (Orgs.). *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. São Carlos: Clara Luz, p. 60-78, 2001.
- GRIGOLETTO, Evandra. “O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar”. Tese (Doutorado 2005). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.
- HENRY, Paul. “Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969)”. In: Françoise Gadet e Tony Hak. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, p. 13-38, 1997.
- HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.
- INDURSKY, Freda. Formação Discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *Anais do II Seminário de Estudos em Análise do Discurso (II Sead)*. Porto Alegre. 2005a.

- _____. Os estudos da linguagem e suas diferentes concepções de língua. In: Claudio Cezar Henriques & Darcília Simões. (Org.). *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, p. 9-326, 2005b.
- _____. “Argumentação na mídia: do fio do discurso ao processo discursivo – um contraponto”. *Letras* (Santa Maria), v. 27, p. 55-66, 2003.
- _____. “A mídia brasileira e a questão social”. *La Argumentación*, 2002.
- _____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. In: Aracy Ernest-Pereira e Susana Bornéo Funck (Orgs.). *A escrita e a leitura como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, p. 27-42, 2001.
- _____. “Reflexões sobre a linguagem: de Bakhtin à Análise do Discurso”. *Línguas e instrumentos lingüísticos*. São Paulo: Pontes, Nº 4/5, p. 69-88, dez 1999 - jun. 2000.
- _____. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. São Paulo: Unicamp, 1997.
- _____. *A noção de sujeito em análise do discurso: do desdobramento à fragmentação*. Anais do II Congresso Nacional da ABRALIN, Florianópolis, 1999.
- KEIL, Ivete Manetzeder. Descrença política e violências urbanas. Existe uma relação?. In: José Luiz Caon...[et al]; Fernando Hartmann, Norton Cezar Dal Follo da Rosa Jr. (Orgs). *Violências e contemporaneidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, p. 27-38, 2005.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina e INDURSKY, Freda (Orgs). *Glossário de termos do discurso*. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2005a.
- _____. Análise do Discurso e Psicanálise: uma estranha intimidade. *Correio da APPOA*, n. 131, p. 37-52, dez. 2004.
- _____. O caráter singular da língua no discurso. *Organon*, v.17, n. 35, p. 189-200, 2003.
- _____. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. O lugar da sintaxe no discurso. In: Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, p. 60-68, 1999.
- LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. 3. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1970.
- MALDIDIER, Denise. Elementos para uma análise de discurso na França. In: Eni P. Orlandi. (Org.). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. São Paulo: Unicamp, p.15-28, 1994.

- MALDIDIER, Denise & GUILHAUMOU, J. “Efeitos do arquivo. A análise do discurso ao lado da História”. In: Eni P. Orlandi. (org). *Gestos de Leitura: da história no discurso*. São Paulo: Unicamp, p. 163-184, 1994.
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória)*. In: Eni P. Orlandi. (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 3. ed., p. 31-42, 2003.
- MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922/1989)*. Rio de Janeiro: Unicamp, 1998a.
- _____. *Ideologia e inconsciente*. Gragoatá, Niterói n. 5, p. 87-95, 2 sem., 1998b.
- MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2005.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. São Paulo: Pontes, 2004a.
- _____. *Cidade dos sentidos*. São Paulo: Pontes, 2004b.
- _____. *A leitura e os leitores*. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2003.
- _____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2001.
- _____. “Maio de 1968: os silêncios da memória”. In: *O papel da memória*. Tradução e introdução José Horta Nunes. São Paulo: Pontes, p. 59-69, 1999a.
- _____. Conhecimento de linguagem e filosofias espontâneas. Freda Indursky e Maria Cristina Leandro Ferreira (Orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, p. 53-59, 1999b.
- _____. *Terra à vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. Análise de discurso: algumas observações. In: *Delta*, 2 (1): 105-126, São Paulo, fev. 1986.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- PECHÊUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2002.
- _____. “Papel da Memória”. ACHARD, Pierre ... [et al.]. *O papel da memória*. São Paulo: Pontes, p. 49-57, 1999.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 1997a .

- _____. “Análise automática do discurso (AAD-69)”. In: Françoise Gadet e Tony Hak (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, p. 61-162, 1997b.
- _____. “A Análise de discurso: três épocas (1983)”. In: Françoise Gadet e Tony Hak (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, p. 311-318, 1997c.
- _____. “Remontémons de Foucault a Spinoza”. In: Denise Maldidier (Org.). *L'inquiétude du discours*. Paris: Cendres, p. 245-260, 1990a.
- _____. “Delimitações, inversões, deslocamentos”. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 19. Jul/Dez, p. 7-24, 1990b.
- PÊCHEUX, Michel e FUCHS, Catherine. “A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975)”. In: Françoise Gadet e Tony Hak (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. São Paulo: Unicamp, p. 163-252, 1997.
- SERRANI, Silvana. *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. São Paulo: Unicamp, 1993.
- SERRANI-INFANTE, Silvana. “Análise de ressonâncias discursivas em micro-cenas para estudo da identidade lingüístico-cultural”. *Trabalhos em Lingüística Aplicada*, v. 24. Jul. /Dez. p. 79-90, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.
- SOARES, Taíse Maria Marchiori. *A subjetividade no discurso legislativo penal brasileiro*. Dissertação (de Mestrado 2004), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 2

(Referência e textos utilizados nas análises)

Revista Época. *Eles mataram*, on line, 18/09/2003.

_____. *Armas na linha de tiro*, on line, edição 385, 29/09/2005.

_____. *10 mitos sobre as armas*, on line, edição 386, 10/10/2005.

_____. *Contra as armas*, on line, 19/09/2003.

_____. *Renan Calheiros defende referendo sobre venda de armas*, on line, 29/03/2005.

Revista Veja. *Veja em números*, número 11, 21/03/2007.

_____. *Um tiro na razão*, número 41, 12/10/2005.

_____. *Referendo da fumaça*, número 40, 05/10/2005.

Revista IstoÉ. *Sim? Não? Só você decide*, número 1878, 12/10/2005.